

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
LINHA DE PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS – LIPED

MARIA CRISNEILÂNDIA BANDEIRA DE OLIVEIRA

**HISTÓRIA, EMBATES POLÍTICOS, SINDICAIS E ORGANIZATIVOS
DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO PRIVADO DE
OSASCO E REGIÃO (SINPROSASCO) (1985-1992)**

SÃO PAULO

2017

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
LINHA DE PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS – LIPED

MARIA CRISNEILÂNDIA BANDEIRA DE OLIVEIRA

**HISTÓRIA, EMBATES POLÍTICOS, SINDICAIS E ORGANIZATIVOS
DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO PRIVADO DE
OSASCO E REGIÃO (SINPROSASCO) (1985-1992)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), sob a orientação do professor Dr. Carlos Bauer de Souza, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

SÃO PAULO

2017

Oliveira, Maria Crisneilândia Bandeira de.

História, embates políticos, sindicais e organizativos dos professores das instituições do ensino privado de Osasco e região (SINPROSASCO) (1985-1992). / Maria Crisneilândia Bandeira de Oliveira. 2017.

200 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2017.

Orientador (a): Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza.

1. SINPROSASCO. 2. Educação. 3. História da educação. 4. Política. 5. Sindicalismo docente.

I. Souza, Carlos Bauer de. II. Título

CDU 37

HISTÓRIA, EMBATES POLÍTICOS, SINDICAIS E ORGANIZATIVOS DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO PRIVADO DE OSASCO E REGIÃO (SINPROSASCO) (1985-1992)

Por

MARIA CRISNEILÂNDIA BANDEIRA DE OLIVEIRA

Dissertação apresentada à Universidade Nove de Julho,
junto ao Programa de Mestrado e Doutorado em
Educação, para obtenção do título de Mestre em Educação
pela banca examinadora formada por,

Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza – Universidade Nove de Julho – UNINOVE/SP –
Orientador

Prof. Dra. Maria Heloisa Aguiar Silva – Universidade Cidade de São Paulo –
UNICID/SP – Titular

Prof. Dr. Celso do Padro Ferraz de Carvalho – Universidade Nove de Julho –
UNINOVE/SP – Titular

Prof. Dr. Mauricio Pedro da Silva – Universidade Nove de Julho – UNINOVE/SP –
Suplente

Prof. Dr. Amarilio Ferreira Júnior – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar –
Suplente

São Paulo 29 de Março de 2017

Aos meus pais,

Manoel e Cristina

Exemplos de dedicação e amor, luzes da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Coisas da Terra

*Todas as coisas de que falo estão na cidade
entre o céu e a terra.
São todas elas coisas perecíveis
e eternas como o teu riso
a palavra solidária
minha mão aberta
ou este esquecido cheiro de cabelo
que volta
e acende sua flama inesperada
no coração de maio.*

*Todas as coisas de que falo são de carne
como o verão e o salário.
Mortalmente inseridas no tempo,
estão dispersas como o ar
no mercado, nas oficinas,
nas ruas, nos hotéis de viagem.
São coisas, todas elas,
cotidianas, como bocas
e mãos, sonhos, greves,
denúncias,
acidentes de trabalho e do amor. Coisas,
de que falam os jornais,
às vezes tão rudes
às vezes tão escuras
que mesmo a poesia as ilumina com dificuldade.*

*Mas é nelas que te vejo pulsando,
mundo novo,
ainda em estado de soluços e esperança.*

(Ferreira Gullar)

São muitos os amigos e amigas, companheiros e companheiras de uma vida inteira, amigos na luta pela educação, professores e professoras no percurso na minha vida acadêmica, são muitas essas pessoas, não correria o risco de deixar de citar alguém por uma falha de memória, portanto, desde já agradeço a todos os que se fazem presentes e os que me restam apenas na memória (e os que povoam os labirintos das minhas memórias).

Primeiramente agradeço ao querido orientador, professor Dr. Carlos Bauer, pela confiança, pela ética e, por toda a aprendizagem que me proporcionou nesse percurso de estudos.

Meus sinceros agradecimentos aos professores Maurício Pedro da Silva e ao professor Manoel Tavares, aos quais devo a minha entrada no Programa de Pós-Graduação.

Agradeço imensamente ao professor Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho, por fazer parte nesse processo de estudos e por toda a aprendizagem ao longo desse processo.

Meus agradecimentos a professora Dra. Maria Heloisa Aguiar Silva, que desde a minha qualificação se pôs à disposição para a colaboração deste trabalho.

Ao professor Amarílio Ferreira Júnior, pela contribuição com seus estudos sobre associativismo e sindicalismo docente.

A professora Silvana Lopes, por todas as ideias compartilhadas.

Também meus agradecimentos a professora Dra. Roberta Stangherlim, pela colaboração e ajuda em minha qualificação.

Aos meus pais Manoel e Cristina, pelos cuidados e por todo amor.

Aos meus irmãos Manoel Claudio e Francisca, por todo carinho de sempre.

Ao meu cunhado Rafael Martins, por toda ajuda com os meandros da tecnologia.

A minha cunhada Cátia, companheira na luta pela educação!

A minha amiga Eva Lúcia, que sempre me prestigiou em minha jornada acadêmica.

As minhas sobrinhas Geovana e Julia, por transformarem os meus dias mais leves com seus sorrisos.

Ao querido amigo Fábio Israel, por acreditar que todos os sonhos são possíveis.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), pela concessão de bolsa de estudos.

Também meus agradecimentos pela bolsa de estudos, ao Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP), da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A linha de Pesquisa em Políticas Educacionais (LIPED) a qual desenvolvemos este trabalho.

Aos queridos amigos, colegas de estudo do Grupo de Pesquisa em História e Teoria do Trabalho Docente e do Educador Social (GRUPHIS).

A todos os meus professores de disciplinas e a todo o quadro de docentes das linhas de pesquisas do Mestrado em Educação da UNINOVE.

Aos meus entrevistados, pela disposição em me contar suas memórias, as quais sem elas esta pesquisa não seria possível.

Meu muito obrigado!

RESUMO

O trabalho analisou em uma perspectiva histórico-educacional a atuação de uma das principais entidades sindicais paulistas no âmbito do ensino privado de trabalhadores em educação, o Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO), em um momento histórico considerado como divisor de águas no ordenamento político nacional. Período no qual se verificou, na esfera política e social, o esgotamento da ditadura civil-militar, o processo de transição democrática e a reforma constitucional, envoltos pela mobilização popular, a assunção das políticas neoliberais, centradas na diminuição da atividade governamental na esfera econômica e social e a vitória da aliança oposicionista fortemente impulsionada pelo ideário reformista social e, no que tange ao campo da educação, toda essa época histórica assistiu a expansão do ensino privado no país. Também, tivemos a intenção de promover o debate acadêmico sobre o associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação do ensino privado, mostrando suas atuações por meio dos sindicatos representativos dessa categoria e, dessa maneira, trazer à visibilidade personagens da história da educação brasileira e osasquense com suas trajetórias educacionais e políticas no âmbito do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação do ensino privado. O recorte temporal escolhido é devido a importância desse momento no campo educacional e político brasileiro e justifica-se pela criação do sindicato no mesmo período, que foi na década de 1980. No que tange ao SINPROSASCO, destacamos a criação do Sindicato e buscamos por meio da memória dos seus criadores remontar a história da instituição, contextualizando a necessidade de criação de uma entidade que pudesse representar os trabalhadores em educação, de Osasco, Cotia, Carapicuíba e Barueri, contando suas experiências e vivências na tradição dos movimentos sociais e, na ampliação das lutas, buscando por conquistas de direitos trabalhistas em prol de melhores condições de vida para o setor educacional privado osasquense e paulista.

Palavras-chave: SINPROSASCO, Educação, História da Educação, Política, Sindicalismo Docente.

RESUMEN

El estudio analizó desde una perspectiva histórica y educativa la actuación de uno de los principales sindicatos de Sao Paulo en la educación privada de los trabajadores de la educación, la Unión de Maestros de Osasco y Región (SINPROSASCO), en un momento histórico considerado como un hito en orden político nacional. Periodo en el que se encontró, en el ámbito político y social, el agotamiento de la dictadura cívico-militar, el proceso de transición democrática y la reforma constitucional, rodeado de movilización popular, la asunción de las políticas neoliberales, centrado en la reducción de la actividad gubernamental en el ámbito económico y social y la victoria de la alianza opositora fuertemente impulsado por las ideas reformistas sociales y, en relación con el campo de la educación, todo este período histórico fue testigo de la expansión de la educación privada en el país. Además, tenemos la intención de promover el debate académico sobre las asociaciones y sindicatos de trabajadores de la educación escolar privada, mostrando sus actuaciones a través de los sindicatos que representan a esta categoría y por lo tanto llevar a personajes de visibilidad en la historia de la educación brasileña y con osasquense sus trayectorias educativas y políticas dentro de las asociaciones y sindicatos de trabajadores de la educación escolar privada. El marco de tiempo elegido se debe a la importancia de este momento en el campo de la educación y el brasileño política y se justifica por la creación de la unión en el mismo periodo, lo que era en la década de 1980. En cuanto a la SINPROSASCO, destacamos la creación de la Unión y buscamos a través la memoria de sus creadores trazar la historia de la institución, la contextualización de la necesidad de crear una entidad que podría representar a los trabajadores de la educación, Osasco, Cotia, Carapicuíba y Barueri, contando sus vivencias y experiencias en la tradición de los movimientos sociales y la expansión las luchas, la lucha por los derechos laborales logros hacia mejores condiciones de vida para la osasquense sector de la enseñanza privada y Sao Paulo.

Palavras-clave: SINPROSASCO, Educación, Historia de la Educación, Política, Profesores Sindicalismo.

ABSTRACT

The work analyzed in a historical-educational perspective the performance of one of the main union organizations in the scope of private education of workers in education, the Union of Teachers of Osasco and Region (SINPROSASCO), at a historical moment considered as a watershed in the National political order. In the political and social sphere, the exhaustion of the civil-military dictatorship, the process of democratic transition and constitutional reform, surrounded by popular mobilization, the assumption of neoliberal policies, centered on the reduction of governmental activity in the economic sphere and Social and the victory of the opposition alliance strongly driven by the social reformist ideals and, as far as the field of education, all this historical epoch watched the expansion of private education in the country. Also, we intend to promote the academic debate about the associativism and syndicalism of the workers in private education, showing their actions through the unions representing this category and, in this way, bring to the fore characters characters from the history of Brazilian and Osasco education with Their educational and political trajectories in the scope of the associativism and syndicalism of workers in private education. The chosen time cut is due to the importance of this moment in the Brazilian educational and political field and is justified by the creation of the union in the same period, which was in the 1980s. Regarding SINPROSASCO, we highlight the creation of the Union and we search through The creation of an entity that could represent the education workers of Osasco, Cotia, Carapicuíba and Barueri, telling their experiences and experiences, in the tradition of social movements, and in Of the struggles, fighting for achievements of labor rights in favor of better living conditions for the Osascal and São Paulo private educational sector.

Key-words: SINPROSASCO, Education, History of Education, Politics, Teachers' Syndicalism

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

Tabela:01- Jornal da folha de São Paulo –11 de abril de 1991: ver ANEXOS C, p. LXXVI.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADES – Associação de Docentes do Ensino Superior

ADHB – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

ADUFSC – Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina

ADUFU – Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia

ADUSP – Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo

ADUNESP – Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista

ADUNB - Associação da Universidade Federal de Brasília

ADUNICAMP – Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas

ADUNIMEP – Associação dos Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba

AFUSE – Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

ANDES-SN – Associação Nacional de Ensino Superior- Sindicato Nacional

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

APEOEC – Sindicato dos Professores e Servidores em Educação do Estado do Ceará

ANPUH – Associação Nacional de História

APENOESE – Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo

APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BUS – Bloco de União Sindical

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP – Centro Estadual de Professores

CEPERS/SINDICATO - Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul/Sindicato dos Trabalhadores em Educação

CGTs – Central Geral dos Trabalhadores

CIE – Centro de Informações Educacionais

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONCLAT – Coordenação Nacional da Classe de Trabalhadores

COSEAS – Coordenadoria de Assistência Social

CPPB – Confederação dos Professores Primários do Brasil

CPB – Confederação dos Professores Do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

EJA – Ensino de Jovens e Adultos

ENP – Encontro Nacional de Professores

FaE/UFPel – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas

FEEESP – Federação dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo

FELCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

FEPESP – Federação dos Professores do Estado de São Paulo

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FITO – Fundação Instituto Tecnológico de Osasco

FIP – Faculdades Integradas Paulista

GEPGE- Grupo de Estudos sobre Políticas e Gestão da Educação

GEPT/UnB - Grupo de Estudos e Pesquisas para o Trabalho da Universidade de Brasília

GRUPHIS – Grupo de Pesquisa em História e Teoria do Trabalho Docente e do Educador Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

IDHM – índice de Desenvolvimento Humano Municipal

ICS – Instituto de Ciências Sociais

IES – Instituições de Ensino Superior

LIBELU – Liberdade e Luta

LIPED – Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação

MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MT – Movimento do Trabalho

NEPET - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Trabalho

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialista e Liberdade

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PSTU – Partido Socialista das Lutas Unificadas

PUC-CAMPINAS – (Pontifícia Universidade Católica de Campinas)

PT – Partido dos Trabalhadores

Rede ASTE – Rede de Pesquisadores Sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação

SEAD – Sistema Estadual de Análise de Dados

SBU – Sistemas de Bibliotecas Integradas

SEE – Secretária de Estado de Educação

SAMESP - Sindicato das Entidades Mantenedoras e Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPE/RJ – Sindicato Estadual dos Professores de Educação do Rio de Janeiro

SESC – Serviço Social do comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SIEEESP – Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo

SINDUTE/MG – Sindicato único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais

SINEPE – Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino

SINPEEM – Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo

SINPROSASCO – Sindicato dos Professores de Osasco e Região

UDEMO – Sindicato de Especialista de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo

UFF- Universidade Federal Fluminense

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UFPeL – Universidade Federal de Pelotas

UFRJ – Universidade Federal de Rio de Janeiro

UNB – Universidade de Brasília

UNIFEO – Centro Universitário Fundação e Instituto de Ensino para Osasco

UNATE – União Nacional dos Trabalhadores em Educação

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNICID – Universidade Cidade de São Paulo

UNINOVE – Universidade Nove de Julho

USP – Universidade de São Paulo

UPPES – União dos Professores Públicos no Estado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
CAPÍTULO I	26
A IMPORTÂNCIA DAS FONTES IMPRESSAS, DOCUMENTAIS E DA MÉMORIA PARA OS ESTUDOS DE SINDICALISMO DOCENTE EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	26
I.1 Dentre muitos caminhos a escolha da abordagem: métodos e procedimentos da investigação.....	27
I.2 Delineamento da pesquisa	38
I.3 As entrevistas como fontes documentais.....	40
CAPÍTULO II.....	44
SINDICALISMO DOCENTE BRASILEIRO: DA GÊNESE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO CONTEXTO DO NOVO SINDICALISMO	44
II.1 Breves considerações sobre o sindicalismo dos trabalhadores em educação no Brasil	44
II.2 Novas Formas Organizativas no Contexto do Novo Sindicalismo	47
II. 3 Os docentes como sujeitos coletivos	55
II.4 Sindicalismo docente e participação política	59
II.5 Sobre a Organização Sindical dos Trabalhadores em Educação.....	62
CAPÍTULO III	70
O SINDICATO DOS PROFESSORES DE OSASCO E REGIÃO (SINPROSASCO) 70	
III.1 Da Associação a Fundação do Sindicato: nasce o SINPROSASCO	70
III. 2 O SINPROSASCO em tempos de transição política.....	78

III. 3 Redemocratização e transição política no Brasil	83
III. 3.1 Sindicalismo e educação no Brasil na década de 1990: as lutas sociais, sindicais e políticas	93
III.4 1991: a greve que mobilizou o ensino privado em São Paulo	97
III.4.1 O reajuste salarial.....	104
CONCLUSÃO.....	108
REFERÊNCIAS	112
ENTREVISTAS ANEXOS A	I
ENTREVISTA ANEXO B.....	LXII
ANEXOS C – JORNAIS UTILIZADOS	LXXI
ANEXOS D – DOCUMENTOS DO SINPROSASCO	LXXVIII

OSASCO, CIDADE SORRISO

*Osasco, lendária, cidade sorriso
Seu solo conserva reais tradições
Portal de saída do audaz bandeirante
Que outrora saiu desbravando sertões*

*Foi Antonio Agu que plantou a semente
Nas folhas do tempo, a história escreveu
Margeando o Tiete de históricas lutas
Com força impoluta, Osasco cresceu*

*Rendamos um preito aos Rovaís e Viancos
Heróis emigrantes de longínquas terras
Puseram de pé o Osasco criança
E disseram: caminhe, o futuro o espera*

*E ergueram-se casas, e formaram-se vilas
Ruas, parques, jardins, avenidas e praças
Pelas mãos pioneiras de seus filhos queridos
Osasco cresceu com sorriso e com graça*

*E cobriram-se os morros ao perder-se de vista
Qual imenso pombal que seus filhos abriga
Ao voltar do trabalho no convívio do lar
De aconchego e de paz se refaz da fadiga*

*Divisa-se além o colossal Jaraguá
Igual um gigante dormindo a seus pés
Milhares de fábricas do chão se levantam
Rasgando o espaço com seus chaminés*

*Com pedra e cimento regada a suor
De seu operário valente, viril
Osasco hoje é a quarta cidade
Mais industrial do nosso Brasil*

*A Sorocabana, a Castelo Branco
Raposo Tavares são vias de acesso
Que colaboraram levando e trazendo
O fruto maduro deste seu progresso*

*Saudemos Osasco, gigante do Oeste
Esteio seguro de nossa nação
Cidade sorriso, porisso sorrindo
Queremos lhe dar nosso aperto de mão*

(José Fortuna)

INTRODUÇÃO

Ao lado da história escrita, das datas, da descrição de períodos, há correntes do passado que só desapareceram na aparência. E que podem reviver numa rua, numa sala, em certas pessoas, como ilhas efêmeras de um estilo, de uma maneira de pensar, sentir, falar, que são resquícios de outras épocas.

(Ecléa Bosi)

A referida pesquisa integra o que temos chamado de história social da educação e tem como objetivo promover com a reconstrução da memória associativista, sindical e política do movimento docente da educação. Para tanto, escolhemos como objeto de nossos estudos o Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO).

Neste trabalho trouxemos elementos políticos, sociais, econômicos e culturais que favoreceram a fundação do Sindicato dos Professores de Osasco e Região. Também procuramos analisar em perspectiva histórico-educacional a atuação deste sindicato, considerado uma das principais entidades sindicais paulistas no âmbito do ensino privado de trabalhadores em educação da cidade de Osasco.

O SINPROSASCO nasceu em um período histórico considerado como divisor de águas no ordenamento político nacional, no qual se verificou, na esfera política e social, o esgotamento da ditadura civil-militar, o processo de transição democrática e a reforma constitucional, envoltos pela mobilização popular, a assunção das políticas neoliberais, centradas na diminuição da atividade governamental na esfera econômica e social e a vitória da aliança oposicionista fortemente impulsionada pelo ideário reformista social e, no que tange ao campo da educação, esse momento trouxe a eclosão da expansão do ensino privado no país.

O recorte temporal escolhido foi o da gênese da instituição (1985-1992), por ser considerado um momento importante no campo educacional e político brasileiro. Refere-se ao significado que esta época representou para os movimentos sociais, dos trabalhadores, do campo, da cidade e da juventude passaram a assumir ao longo dos anos da década de 1980, como também foram fortemente influenciados pela conjuntura das lutas protagonizadas por diferentes setores da sociedade civil em prol da retomada do ordenamento democrático no

país. Não é de se estranhar, portanto, o aparecimento de estudos e pesquisas de cunho acadêmico a se preocupar em abordar as lutas travadas pelos trabalhadores docentes em sua história.

O sindicalismo e o associativismo dos trabalhadores em educação vêm se tornando um objeto de estudo e pesquisa cada vez mais recorrente em diferentes áreas do conhecimento, porém, os esforços organizativos de professores e funcionários da esfera da educação que atuam no setor privado são pouquíssimos analisados.

Para alguns pesquisadores do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação é muito importante compreender as origens e as transformações que se deram ao longo do tempo no interior dessas entidades. Tais preocupações, têm por finalidade, entre outras coisas, trazer à tona os embates e percalços desses personagens coletivos como parte da história social da educação brasileira.

As temáticas pertinentes ao associativismo e sindicalismo docente dos trabalhadores em educação estão longe de alcançar destaque e centralidade acadêmica, mas, paulatinamente, tem se fortalecido como objeto de estudo em diferentes programas de Pós-Graduação nas áreas de ciências sociais e humanidades; sendo crescente o registro de realização de teses e dissertações, bem como a publicação de artigos, livros, periódicos, entre outras publicações formadoras da cultura universitária.

Como resultado desse esforço, constituiu-se em 2008 a Rede a Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Rede ASTE), uma articulação de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que tem em comum a preocupação em compreender e estudar criticamente essa temática. A Rede ASTE tem-se apresentado publicamente por intermédio da organização de seminários, a publicação, a disponibilização impressa e digital de livros, artigos, teses, dissertações, relatos de pesquisas etc. e tem se pautado em se constituir e consolidar-se como um espaço permanente para o estímulo da produção, divulgação da produção acadêmica pertinente a essa temática.

A esta finalidade, de promover e ampliar a pesquisa preocupada com a temática do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação soma-se o objetivo político de fornecer subsídios que possam contribuir com o fortalecimento das lutas de todos aqueles que atuam no mundo do trabalho educacional.

A produção acadêmica preocupada em estudar e analisar a atuação política, associativista e sindical dos trabalhadores em educação tem se apresentado, pelo menos, desde o ano de 1967. A pesquisa de Marcia Ondina Vieira Ferreira, “Pesquisando gênero e sindicalismo docente”, a autora faz um levantamento dos estudos voltados para a temática do sindicalismo docente. “Primeiramente, como verdadeiros clássicos do pensamento feminista brasileiro no que tange à análise do trabalho feminino, encontramos a tese de livre-docência de Heleieth Saffioti, concluída em 1967”, a autora cita também dentre outros trabalhos, os diversos textos de Elizabeth Souza-Lobo, escritos na década de 1980, reunidos e publicados em forma de livro em 1991, com o título: “A classe operaria tem dois sexos; trabalho, dominação e resistência”, e discorre sobre os mesmos. Por meio de uma epistemologia feminista, Souza-Lobo examina as condições materiais de trabalho, as representações de homens e mulheres sobre o mesmo e sobre o sindicalismo.

O sindicalismo dos trabalhadores em educação tem apresentado características distintas, não apenas sobre os resultados, mas também as abordagens conceituais e as referências teóricas e metodológicas que mantêm essa discussão. Desta sorte, temos desde pesquisas que se preocupam com as questões de gênero, representações sociais, posicionamentos ideológicos e políticos ou ainda a presença desses personagens coletivos da educação.

Pensamos que é preciso estabelecer uma correlação entre as preocupações com a organização e o associativismo, o sindicalismo e a atuação política dos trabalhadores em educação com o conjunto do movimento dos trabalhadores que atuam organizadamente no Brasil.

No primeiro capítulo: “A Importância das fontes impressas, documentais e da memória para os estudos de sindicalismo docente em uma perspectiva histórica”, procuramos abordar a metodologia que usamos para esta pesquisa e mostrar alguns aspectos que dizem respeito as questões teóricas que procuram fundamentar a construção deste trabalho. Citamos também a importância das fontes orais e das entrevistas para os estudos de associativismo e sindicalismo docente.

No segundo capítulo: “Sindicalismo docente brasileiro: da gênese a participação política no contexto do novo sindicalismo”, procuramos fazer um panorama das formas associativistas e sindicais desde as seus primeiros modelos de organização, retornando a

história do Brasil, compreendendo a necessidade de tais estudos a fim de se preservar a memória do sindicalismo dos trabalhadores em educação, mostrando esses atores sociais como sujeitos construtores de suas próprias histórias, com seus meios de atuações no período estudado, contando como esses movimentos organizativos tomaram proporções mundiais.

O terceiro capítulo: “O Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO)”, apresentamos a gênese do Sinpro em meados de 1985 e o seu percurso de atuação até os idos de 1992, abordando as mudanças desse momento na história política, social e econômica do Brasil. Neste capítulo trouxemos com maior afinco as entrevistas realizadas por nós com os fundadores do sindicato, parte importante que consideramos dentre as demais informações, como essencial para fazermos um estudo sobre a memória e atuação do SINPROSASCO, contando a necessidade de criação deste sindicato, em um período de transição democrática, fim da ditadura militar e reforma da constituição brasileira.

Na conclusão está exposta a reflexão sobre os resultados desta pesquisa, relatos de memórias, entrevistas realizadas e pôr fim, a contribuição desse estudo para a preservação da memória sindical dos trabalhadores em educação no Brasil, podendo então, contribuir com um arcabouço teórico que vem sendo construído ao longo das últimas décadas do século XXI sobre a temática.

Nos anexos A e B, estão disponibilizadas as entrevistas que realizamos com os fundadores do Sinpro-Osasco.

O anexo C contém os documentos de fundação desta entidade, fontes dentre outras, que nos possibilitou a delimitação do período estudado.

No anexo D estão os recortes de jornais que nos serviram para a construção e análise das atuações do sindicato juntamente com outros Sinpros e, também para a compreensão da campanha salarial do ensino privado de 1991 no Estado de São Paulo.

No corpo geral desta dissertação, documentamos a importância da preservação dos acontecimentos históricos dos sujeitos construtores da história da educação e suas atuações nos processos sociais e políticos do seu tempo. Trazemos também o sindicato como importante espaço de luta e unificação desses professores, nesse caso, todos os docentes, aqui representados como trabalhadores em educação osasquense, paulistas e brasileiros.

CAPÍTULO I

A IMPORTÂNCIA DAS FONTES IMPRESSAS, DOCUMENTAIS E DA MÉMOIRA PARA OS ESTUDOS DE SINDICALISMO DOCENTE EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Na presente seção, procuramos trazer à tona alguns aspectos que dizem respeito as questões de ordem teórica e também metodológicas, que procuram, entre outras coisas, fundamentar o uso de depoimentos, a realização de entrevistas de modo a valorizar as vozes dos professores envolvidos na fundação do Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO), como fontes documentais capazes de sustentar nossas análises e interpretações sobre a história dessa entidade.

Julgamos oportuno esclarecer os aspectos e alguns passos teóricos e metodológicos, que no desenvolvimento da presente pesquisa nos permitiu o seu melhor embasamento teórico ao longo do estudo, exatamente porque nos colocamos entre os pesquisadores que utilizam a história oral não apenas para “reconstituir a história do tempo presente devido a certas dificuldades surgidas com outros tipos de fontes”; mas também é importante salientar que a sua utilização exige cuidados específicos:

[...] tendo em vista a adequação desse método a certos objetivos perseguidos, na medida em que os depoimentos autobiográficos têm a possibilidade de reconstruir de forma mais consistente a dimensão subjetiva dos processos históricos e com isso instituir sujeitos históricos concretos, antes subsumidos nos grandes mecanismos explicativos próprios de uma historiografia política onde os militantes aparecem apenas como integrantes de um sistema impessoal (...). Essa passagem ocorre na medida em que a esfera privada, reconstituída pela história oral, é capaz de inserir trajetórias individuais no contexto social, político e cultural mais amplo do período analisado. Mas esse contexto não pode ser, no entanto, apenas um cenário no interior do qual as personagens se movem (...) é necessário ver como esse contexto/cenário é interiorizado nos/nas militantes e como esse processo de interiorização acaba por incidir na constituição do que se chamou de micro-cosmos da militância. (GARCIA, 1997, p. 334)

I.1 Dentre muitos caminhos a escolha da abordagem: métodos e procedimentos da investigação

Ousarei expor aqui a mais importante, a maior, a mais útil regra de toda a educação? É não ganhar tempo, mas perdê-lo.

(Jean-Jacques Rousseau)

Em muitos estudos acadêmicos na área da educação, encontramos o uso recorrente dos chamados teóricos críticos como elementos fundamentais para o seu desenvolvimento.

A escolha da memória, das entrevistas é devido a nos parecer o caminho mais apropriado ao longo da pesquisa realizada. Lembremos que estamos estudando a história do associativismo e do sindicalismo docente, particularmente, as formas organizativas, formas de luta; como são os casos de greves, manifestações e paralisações empreendidas pela categoria. Também, nos interessou, sobremaneira, os meios pelos quais os dirigentes sindicais buscaram para orientar e conscientizar a categoria representada; na luta pela efetivação de melhores condições de trabalho, consagração de planos de carreira e valorização salarial.

A tentativa de estabelecermos a visão crítica dos processos educacionais, que nos dispomos a estudar se deve ao fato de que tais realidades são extremamente dinâmicas, não podendo, portanto, serem consideradas fora do contexto social, político, econômico e cultural que lhes são subjacentes. Desta sorte, a compreensão de determinados períodos históricos pressupõe o estabelecimento de nexos entre o passado e o presente, com o intuito de se verificar os elementos de permanência ou de transformação que se operou em determinada experiência social. Não é à toa, que em sua obra, “Que é História”, o autor diz: “o que denominei diálogo entre presente e passado, é um diálogo não entre indivíduos abstratos e isolados, mas entre a sociedade de hoje e a sociedade de ontem” (CARR, 1978, p. 49).

Corroborando com essa premissa, lançamos mão dos escritos de Marco Aurélio Garcia, que propõe construir com base na história oral, uma “outra história da ação política”. Uma história construída a partir da memória da militância política, onde as relações entre público e privado, objetividade e subjetividade, trajetórias individuais e coletivas, pudessem ser lidas através de outras “chaves” que não valorizassem apenas as suas contraposições:

Os militantes são pessoas concretas, homens e... mulheres, portadoras de valores éticos, de convicções políticas, de influências religiosas e refletem, no seu cotidiano, sua formação cultural seus antecedentes familiares e um conjunto de ‘determinações’ que incidem na forma pela qual ‘aplicarão’ a ‘linha’ do partido na sociedade, seja através de um discurso, de um panfleto, de outras formas da agit-prop ou de uma ação violenta, armada. (GARCIA, 1997, p. 322)

Em relação ao papel exercido pela memória, e sua importância, na tentativa de procurarmos interligar tais experiências através da história oral, convém ainda ressaltar que,

O passado não é um ‘acontecimento’ ou ‘fato’ a ser simplesmente restaurado como quem desenterra um fóssil arqueológico, tratando de recuperar objetivamente algo perdido em algum ponto de um tempo linearmente concebido. A reconstituição desse passado sofre uma dupla interferência político-ideológica. Os ‘acontecimentos’ que lhe dão consistência enquanto objeto a ser reconstituído estão cercados de uma ou mais significações que lhes foram anteriormente atribuídas. Mas, por sua vez, a reconstrução do passado pela memória sofre também a incidência dos valores dominantes no momento em que esse processo se desencadeia. (Ibidem, p. 336.)

A busca do estabelecimento de uma interpretação crítica da atuação das entidades associativas e sindicais em, através de defender formas de estudo e pressão junto aos setores trabalhistas e sociais para os seus representados, pressupõe a adoção de uma abordagem que não desconsiderava os conflitos e o dinamismo presentes nessa relação. Logo, a procura de entendê-los dialeticamente se mostra plausível. Segundo alguns articulistas nos têm dito,

[...] a dialética é a grande ideia fundamental segundo a qual o mundo não deve ser considerado como um complexo de coisas acabadas, mas como um complexo de processos em que as coisas, na aparência estáveis, do mesmo modo que os seus reflexos intelectuais no nosso cérebro, as ideias, passam por uma mudança ininterrupta de devir e decadência, em que, finalmente, apesar de todos os insucessos aparentes e retrocessos momentâneos, um desenvolvimento progressivo acaba por se fazer hoje (MARCONI & LAKATOS, 2003, p.101).

As autoras supracitadas colaboram conosco na compreensão de que os processos históricos, políticos ou sociais, interpretados pelo prisma da dialética, não podem serem vistos ou analisados de forma estática, mas, inseridos num movimento de ininterruptas e

permanentes mudanças ou transformações. Trazendo essa discussão para o nosso campo de estudo podemos dizer, que a educação não pode ser pensada como um objeto estático, imutável diante de nossos olhos. Longe disso, pelo contrário, a busca pelo o estabelecimento de inúmeras relações, que interferem na sua presença no seio da sociedade.

A perspectiva de elencar a construção desta pesquisa nos levou a dimensionar da memória como fonte primária, obtidas por meio da realização de entrevistas com os professores que participaram da fundação do Sinpro-Osasco; como também, a procura por materiais impressos constituída por jornais, panfletos, assim como, documentos oficiais da entidade, registros inscritos em atas, entre outras fontes pertinentes aos anos de 1985 a 1992. Portanto, podemos dizer que a presente pesquisa tem um caráter qualitativo, ou seja,

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (SILVEIRA & CORDOVA, 2009, p. 32).

Lançamos mão do uso da realização de entrevistas com os personagens que almejaram e fundaram o SINPROSASCO e esta necessidade se deu devido a intenção de obtermos respostas sobre o momento da fundação do Sinpro, para a compreendermos a dinâmica social e política do período em questão, procurando problematizar não apenas os percalços que estiveram presentes no processo de fundação do sindicato, mas também, os desafios que seus fundadores tiveram e as conquistas que almejavam alcançar para a categoria representada.

Na busca da consecução desse objetivo, procuramos nos escritos de Ecláa Bosi e em sua discussão sobre a “Substância social da memória”, os fundamentos dessa escolha.

Quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstruir comportamentos e sensibilidades de uma época! O que se dá se o pesquisador for atento às tensões implícitas, aos subentendidos, ao que foi só sugerido e encoberto pelo medo... (...) cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento. (BOSI, 2003. p. 16-18)

As reflexões de Ecléa Bosi, articuladas em torno daquilo que a autora chamou d’A luz de Estrelas Remotas, colaboram com os que estão interessados em compreender como “opera” a memória da trajetória de militante dos professores que nos emprestaram suas vozes na construção da presente pesquisa acadêmica e educacional:

[...] a memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relaciona através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo. É tarefa do cientista social procurar esses vínculos de afinidades eletivas entre fenômenos distanciados no tempo. (BOSI, op. cit. p. 31.)

Neste intento de busca de fontes primárias e documentais objetivamos compreender de forma mais ampla algumas das principais características que marcaram o momento político, social e econômico, que nos dispusemos a estudar. Tal caracterização, trazia embutido o objetivo de responder o seguinte questionamento: O que havia levado alguns trabalhadores em educação a se mobilizarem e a se organizarem com o precípua objetivo de criarem, o Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO)? Simultaneamente a isso, também descortinar quais eram suas intenções e quais haviam sido suas conquistas que consagraram a importância desta entidade para a categoria.

Muitas das passagens retratadas nesse estudo fazem parte das lembranças e das memórias dos professores, que estiveram presentes ao longo de toda urdidura sindical e que haveriam de se constituir em fontes privilegiadas no processo de construção da entidade estudada. Vale ressaltar, que, essas vozes muitas vezes discriminadas e mesmo oprimidas, raramente conseguem romper o cerco produzido pelo discurso do poder. Nesse aspecto, novamente, recorreremos aos apontamentos de Ecléa Bosi, quando nos diz que,

A memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo. O tempo não flui uniformemente, o homem tornou o tempo humano em cada sociedade. Cada classe o vive diferentemente, assim como cada pessoa. Existe a noite serena da criança, a noite profunda e breve do trabalhador, a noite infinita do doente, a noite pontilhada do perseguido. (BOSI, op. cit., p. 53)

Para obtermos as informações e as fontes primárias, ou mesmo secundárias que nortearam os nossos estudos sobre o SINPROSASCO, elegemos o procedimento, que pode resumidamente ser apresentado da seguinte forma: começamos, pela realização de levantamento bibliográficos, particularmente de obras que têm sido produzidas e divulgadas no âmbito da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Rede ASTE), com o intuito de fundamentar, teórica e metodologicamente o nosso objeto de estudos.

No bojo das publicações da Rede ASTE nos pareceu ser conveniente mensurar, dentre outros, os seguintes artigos: “Sindicalismo docente da educação básica no Brasil: história, memória coletiva e construção de interfaces”, de Erlando da Silva Rêses (2011), traz a consciência de que o sentimento de exploração do trabalho assalariado é um dos fatores para que os trabalhadores possam se organizar e formar sindicatos. De fato, os educadores são agentes sociais de transformação, como modelos para a sociedade que promove a consciência e a criticidade, em que se sentem livres para pensar, reivindicar, organizar-se e lutar pelos seus direitos.

A tese de Kênia Aparecida Miranda, “As Lutas dos Trabalhadores da Educação: do novo sindicalismo a ruptura com a Central Única dos Trabalhadores CUT (2011)”, nos permitem entender, ao mesmo tempo, o processo do novo sindicalismo e o processo histórico da constituição dos trabalhadores da educação, analisados a partir dos embates travados, dos atores sociais a frente de greves e paralisações e, também algumas transformações no processo do trabalho docente.

Esse esforço foi importante para que pudéssemos construir um entendimento geral sobre a temática do associativismo e do sindicalismo docente, como também, identificamos pouquíssima incidência de pesquisas preocupadas em localizar e analisar as perspectivas de organização dos professores que atuam ou atuaram no ensino privado brasileiro. Daí as fontes bibliográficas diretamente relacionadas com a nossa pesquisa ser até o presente momento escassas ou mesmo inexistentes.

Essas dificuldades perduraram, também no momento em que consultamos os bancos de dados dos principais programas de pós-graduação do país, como também no banco de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no qual, muitas vezes nossas buscas se mostraram infrutíferas.

A ausência de estudos históricos educacionais sobre os Sinpros realizados nos âmbitos dos programas de pós-graduação em educação nos remeteram para outros programas do campo das humanidades, como é o caso: da História, Sociologia, Políticas, Serviço Social, Psicologia Social e, entre outros, os de Ciências Sociais, áreas de estudos que tradicionalmente se preocuparam com as questões sindicais, mas, que pouco se dedicaram a examinar o associativismo e o sindicalismo dos professores que atuam no ensino privado.

Essa escassez bibliográfica de teses e dissertações trouxe-nos grandes expectativas sobre a importância do acervo que poderíamos encontrar nos arquivos do SINPROSASCO, como veremos mais adiante.

A busca de fontes secundárias que pudessem auxiliar na fundamentação de nossa própria pesquisa, fez com que, canalizássemos nossa atenção para os acervos digitais produzidos e disponibilizados por algumas das principais sociedades científicas e acadêmicas existentes no país.

No portal da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), nos deparamos com alguns estudos sobre os movimentos sociais no geral e o sindicalismo docente em particular, dentre esses, achamos oportuno mencionar a pesquisas de Cássio Diniz Hiro e Carlos Bauer, “A história do movimento sindical docente em Minas Gerais (1979-1983)”. O trabalho apresenta um estudo sobre o sindicalismo docente no Estado de Minas Gerais, mais precisamente as cidades de Belo Horizonte e Caxambu, localizadas ao sul de Minas essas cidades são consideradas cenários centralizadores da ação sindical docente no Estado, por isso uma das importâncias de se estudar o Sindicato único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind UTE/MG).

Encontramos trabalhos com enfoque na construção social e história da profissão docente, dentre esses, nos chamou atenção, a pesquisa de Libânia Nacif Xavier, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), intitulado, “A Construção Social e Histórica da Profissão Docente”, a autora faz um estudo dos últimos 30 anos do século XXI, sobre esta temática.

Interessou-nos também, os estudos de Robson Santos Câmara Silva, “O Sindicalismo Docente da Educação Básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato”, pesquisa que objetiva reconstruir os processos pelos quais se organizou o magistério nesse estado.

Nas páginas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais (ANPOCS), encontramos uma considerável gama de trabalhos preocupados em estudar questões concernentes ao associativismo e ao sindicalismo em geral e dos trabalhadores em educação em particular. Desses estudos achamos favorável citar a Tese de doutorado de Erlando da Silva Rêses, “De Vocação Para Profissão: organização sindical docente e identidade social do professor” da Universidade de Brasília (UnB), (2008). A

pesquisa nos possibilita informações sobre a gênese do sindicalismo ainda no século XIX e sua expansão no século XX. Dentre outras questões traz a desvalorização do professor da escola pública no Rio de Janeiro, o analfabetismo alarmante e, ainda possibilidades de uma análise sobre o sindicalismo docente ser tardio nesta cidade, comparado a ao sindicalismo operário.

Por fim, nas pesquisas feitas no site da ANPOCS, gostaríamos também de registrar a tese de Danusa Mendes Almeida, “Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo de professores públicos no Ceará (1962-1992): a APEOC/sindicato e o SINDIUTE”, da Universidade Federal de São Carlos (2015). A pesquisa discute as mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo docente, da fase de sindicalização à fundação dos sindicatos APEOC e SINDIUTE, no Ceará.

Na busca por mais informações que pudessem contribuir com a construção de nossa pesquisa, no portal da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (ANPED), depositamos nossas atenções para os trabalhos disponibilizados pelos GTs, História da Educação, Educação, sujeitos e processos educativos, Trabalho e Educação, dentre outros. Neste percurso achamos interessante ressaltar os seguintes estudos; “Pesquisas sobre Gênero e Sindicalismo Docente: o que dizem a respeito da participação sindical das mulheres?” de Márcia Cristiane Völz Klumb Coronel, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O estudo desdobra-se em uma pesquisa que investigou o uso do conceito de gênero na produção sobre sindicalismo docente realizada em Programas de Pós-graduação da área de Ciências Humanas. Nele são abordados os possíveis motivos que levam, ou não, mulheres docentes à participação sindical.

No campo de estudos sobre gênero e sindicalismo docente vamos encontrar a pesquisa de Márcia Ondina Vieira Ferreira, anteriormente mencionada “Representações sobre relações de gênero entre sindicalistas do CPERS/sindicato”, da Faculdade de Educação (FaE/UFPel). A autora apresenta o seu estudo no qual o principal propósito foi investigar a participação de homens e mulheres num sindicato que congrega docentes, especialistas e servidores as técnico-administrativos e administrativas, no âmbito do ensino básico público do Rio Grande do Sul, estudando o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS/SINDICATO).

No GT, Trabalho e Educação, constatamos alguns estudos com a temática, sindicalismo docente, entre eles, temos a pesquisa intitulada: “Como os trabalhadores da educação pensam a educação dos trabalhadores: um estudo sobre os sindicatos docentes do Rio de Janeiro”, de autoria de Kênia Aparecida Miranda, da Universidade Federal Fluminense (UFF – FME-Niterói). Miranda faz uma análise do pensamento e o projeto sindical de três sindicatos docentes do Rio de Janeiro, que compõem camadas políticas diferenciadas da organização docente da educação básica, sendo eles; o caráter multifacetado dos sindicatos docentes do Rio de Janeiro; o pensamento pedagógico e o projeto sindical do SEPE, do SINPRO e da UPPEs.

Dentre uma considerável gama de estudos realizados sobre a temática do sindicalismo docente que podemos encontrar neste portal, mas para aqueles que dizem respeito para o nosso objeto de estudo, que é o Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO), não encontramos nenhum trabalho que fizesse menção a entidade estudada.

Depois de mensurar estes trabalhos considerados importantes para nós, dentre vários outros, continuamos nossa busca pelos portais, seguindo sempre com as mesmas palavras-chave, associativismo e sindicalismo docente, encontramos trabalhos que para nós estudiosos desta área, nos é muito caro para a pesquisa que nos interessa realizar.

No portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), encontramos mais de 200 trabalhos com discussões diversas e associadas ao sindicalismo e associativismo, dentre eles: Andrea Luciana Harada Sousa, dissertação de mestrado defendida no ano de 2015, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), intitulada: “Mercantilização da educação e precarização das relações de trabalho docente: o ensino superior privado e a atuação do Sindicato dos Professores em Guarulhos” Neste trabalho é estudado o processo de expansão do ensino superior privado e sua relação com a precarização do trabalho docente, bem como a análise das tentativas de resistência por meio das ações do Sindicato dos Professores e Professoras de Guarulhos.

Temos ainda, a pesquisa de Mestrado de Rudhy Marssal Bohn. “Organização Sindical e Precarização do Trabalho Docente nas Instituições Privadas de Ensino Superior em Rondônia” realizada na Universidade Federal de Rondônia (2015). Essa dissertação trata da precarização do trabalho docente no ensino superior privado em Rondônia e de sua organização sindical.

E por último, registramos o trabalho de Juan Carlos da Silva, “A política educacional do governo José Serra (2007-2010): Uma análise da atuação da Apeoesp”, realizada no Programa de pós-graduação em Educação da UNICAMP (2013). Este estudo analisa a relação entre a política educacional implantada na gestão José Serra (2007-2010) e a atuação do Sindicato dos Professores do Ensino do Estado de São Paulo (APEOESP).

Gostaríamos de enfatizar, que as indicações dos trabalhos, até aqui realizados por nós, não desvaloriza de forma alguma aqueles que não foram mencionados, todos são de muita valia para a efetivação e enriquecimento de nossa pesquisa. Esses últimos mencionados, são pesquisas defendidas no ano de 2013 a 2015 e, são de extrema relevância para que possamos, mais uma vez, firmar a importância de nossos estudos, que cada dia mais cresce no âmbito dos centros de pós-graduação das universidades brasileira.

Nas pesquisas feitas no site da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo ((FFLCH/USP), as publicações estão distribuídas da seguinte maneira: do ano de 1977 a 2008, 6 dissertações, sendo que, 2 em 1977, 1 em 1999, 1 nos anos 2000, 1 em 2002 e a última publicação no ano de 2008. Este último faz menção aos estudos de gêneros, de Leonardo José Ostronof, de título: “Poder, gênero e identidade: um novo momento no sindicalismo”.

As pesquisas referentes a teses de doutorado, então publicadas entre as datas de 1989 a 2006 totalizam 11, são elas: 1 em 1989, 1 no ano de 1991, 1 em 1993, 1 em 1998, 1 em 2002, 2 teses em 2005 e também 2 em 2006, 1 em 2010 e outro em 2012. É importante citar que esses números referem-se a trabalhos que discutem sindicalismo em geral, procuramos com as palavras-chave, sindicalismo docente e sindicalismo. Neste total achamos conveniente mencionar o trabalho de Amarílio Ferreira Junior, que é referente ao ano de 1998, intitulado” Sindicalismo e Proletarização: a saga dos professores brasileiros. O professor Amarílio discute a proletarização do trabalho docente desde o golpe militar em 1964 a 1985.

No portal Sistema de Bibliotecas Integradas da (SBU / Unicamp) Universidade de Campinas, encontramos trabalhos sobre a nossa temática, associativismo e sindicalismo docente, os mais significativos para os nossos estudos são os dos pesquisadores, Sadi Dal Rosso, Hélvia Leite Cruz, Erlando da Silva Rêses, com o estudo, “Condições de emergência do sindicalismo docente”. Esses estudiosos buscam por meio de suas pesquisas encontrar fatores tais como condições econômicas, políticas, sociais, culturais e educacionais vigentes à

época da formação da organização sindical docente. E também componentes da estrutura interna da categoria docente, entre os quais as relações de trabalho, a formação dos docentes, sua origem social, o sistema educacional, a estrutura das escolas, a percentagem da população com acesso à educação, o controle do Estado sobre a formação e o exercício da atividade de magistério; e elementos específicos da subjetividade docente, além de outros, que possam detectar as condições que permitem interpretar como se dar a emergência das condições associativista e sindicais da categoria docente.

Neste arcabouço de pesquisas, temos ainda, as pesquisas de Carlos Bauer, Cassio Diniz, Maria Inês Paulista, “Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil”. Os estudos pretendem ampliar a investigação referente a produção do conhecimento crítico da historicidade e das relações políticas, associativas e sindicais dos trabalhadores em educação no Brasil contemporâneo, além de disseminar as pesquisas sobre tais processos sobre a temática associativista e sindical dos trabalhadores em educação.

“O Movimento docente de Minas Gerais, Brasil, no final dos anos de 1970: Um engajamento no “Novo Sindicalismo”” por Wellington de Oliveira. Esta tese apresenta os movimentos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais a partir da atuação profissional e sindical do próprio autor nesses movimentos, trazendo aspectos de mais relevância com a chegada do novo sindicalismo na década de 1970.

Por fim, consultando o portal da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) usando sempre as palavras-chave, sindicalismo docente, encontramos 10 trabalhos, e dentre eles achamos conveniente mencionar as pesquisas realizadas nos últimos anos, que são: a primeira delas a dissertação de Alessandro Rubens de Matos, intitulado, “Trajetória do sindicato dos profissionais em educação no Ensino Municipal (SINPEEM): 1986-2004, defendido no ano de 2010. Este trabalho estuda a Trajetória do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal (SINPEEM): 1986-2004. Procurando compreender o papel deste sindicato em uma perspectiva histórico-social, analisando alguns aspectos da atuação da categoria docente do município de São Paulo.

Referente ao ano de 2013, obtemos a pesquisa de Hélida Lança, “O Jornal Sindical e a Formação Política: o caso da UDEMO junto dos diretores de escola da rede Estadual paulista”. A pesquisa tem como objetivo compreender de que forma O Sindicato de Especialista Ensino do Magistério Oficial de São Paulo (UDEMO), realiza sua formação

política a partir do seu jornal, partindo da premissa que este jornal é um importante instrumento de comunicação com sua base.

No ano de 2016, localizamos três trabalhos, que são: o primeiro deles é a dissertação, “Sindicalismo e associativismo docente universitário na América Latina e embates políticos na contemporaneidade (1990-2010)”, de Luis Roberto Beserra de Paiva. Os estudos de Paiva procuram destacar os aspectos mais gerais da estrutura do sindicalismo docente universitário mexicano: seu surgimento, desenvolvimento e principais desafios com a implantação das políticas neoliberais a partir da década de 1980. O autor usa diversos relatos e entrevistas com professores universitários que participam, ou participaram da vida política de sua categoria e das entidades sindicais docentes, trazendo questões sobre a organização das entidades docentes e a atuação dos docentes junto suas instituições de trabalho e o sindicato ao qual participam.

O segundo trabalho, de título, “Aspectos históricos e políticos da Associação de Professores do Estado do Maranhão”, por Vanessa Amorim Dantas. Essa pesquisa enfoca a trajetória histórica do associativismo docente da rede estadual maranhense, que se organizou durante o período da ditadura militar (1964-1985), com ênfase no movimento de organização sindical desses trabalhadores, tencionando, assim, ampliar as pesquisas sobre essa temática e compreender, criticamente, a proeminência deste processo social.

E por último, os estudos de Mirian Maria Bernardi Miguel, com a tese de doutorado, “História da educação Brasileira e seus personagens invisíveis: práticas políticas a sindicais do sindicato dos funcionários e servidores da educação do Estado de São Paulo – AFUSE (1978-1992)”. Nesta pesquisa foi feito um estudo sobre a AFUSE, com suas atuações sindicais e políticas desta categoria de trabalhadores, com o objetivo de dar credibilidade e presença a esses personagens da história social da educação brasileira; procurando localizar a presença dos funcionários que atuam na escola pública em seus esforços organizativos, políticos e sindicais, que marcaram a presença desses personagens na história social da educação brasileira.

O levantamento destas questões de ordem teórica e metodológica, assim como, a seleta de teses e dissertações aqui levantadas, tiveram um papel importante na sustentação e na compreensão de avançar em nosso objeto de estudo. Muitos desses autores serão retomados ao longo do trabalho.

I.2 Delineamento da pesquisa

Os progressos obtidos por meio do ensino são lentos; já os obtidos por meio de exemplos são mais imediatos e eficazes.

(Sêneca)

Depois de consultar diversos meios de exposição de trabalhos acadêmicos, partimos para uma busca mais particular, no que diz respeito a informações e dados da cidade de Osasco, mais precisamente, documentos que pudessem fundamentar nossa análise sobre o Sinpro-Osasco. Para tanto, fizemos um levantamento de dados estatísticos sobre esta cidade, no que diz respeito aos anos de 1985 a 1992.

Consultamos inicialmente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), esta última encontramos informações desde a os anos de 1980 referente a cidade de Osasco. As demais encontramos muitas dificuldades em colher dados dessa época, questões referentes ao número de professores, escolas e matrículas da cidade estudada, pois as instituições possuem 1/3 de suas informações digitalizadas, a partir do ano de 2005 encontramos essas informações melhor organizadas nos portais, IBGE, SEADE e INEP.

Neste site, nos interessou a procura pelo total de docentes e matrículas da cidade de Osasco para o ano de 1985, e obtivemos os seguintes dados, nas, Secretaria de Estado da Educação (SEE), Centro de Informações Educacionais (CIE), Ministério da Educação (MEC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e na Fundação Seade. No ano de 1985, a cidade de Osasco tinha uma população de 514.864, dentre os quais as matrículas no ensino particular, eram 13.045 para o ensino fundamental e 7.872 no que diz respeito ao ensino médio. Não encontramos os registros de matrículas para o ensino infantil referente a esse mesmo ano e também o mesmo para as matrículas em universidades, sendo esses registros disponíveis a partir do ano de 1995.

Sobre a expansão do ensino na década de 1990, principalmente sobre o ensino universitário e o processo de expansão do ensino superior privado e, sua relação com a

precarização do trabalho docente, bem como analisar as tentativas de resistência por meio das ações do sindicato, a dissertação de Andrea Luciana Harada Sousa, “Mercantilização da educação e precarização das relações de trabalho docente: o ensino superior privado e a atuação do Sindicato dos Professores em Guarulhos”, a autora diz que esses processos se deram com maior vigor a partir da Reforma do Estado nos anos de 1990, sob o governo de Fernando Henrique, com a adequação do projeto político brasileiro à nova ordem mundial e à nova fase do capitalismo, que passou a incorporar elementos da ideologia neoliberal.

Nossas buscas também se estenderam para as bibliotecas, pesquisamos nos acervos físicos e virtuais; na Mário de Andrade, ao qual fizemos consulta física no local. Biblioteca Nacional via e-mail e a Biblioteca Municipal Monteiro Lobato na cidade de Osasco, foi feita nesses locais uma consulta a hemeroteca com objetivo de encontrar materiais sobre os movimentos sociais e os movimentos sindicais no período estudado, referente a participação do SINPROSASCO na atuação da sociedade daqueles dias, mas não obtivemos sucesso. Na biblioteca Mário de Andrade, encontramos microfimes sobre movimentos sociais no Brasil entre 1966 e 1986 e jornais dos professores de São Paulo, no período de 1979 a 1989.

Para completar nossa procura, também entramos em contato com os sindicatos, Federação dos Professores do Estado de São Paulo (FEPESP), com o intento de conseguirmos algum documento referente a fundação da FEPESP que mencionasse participação do Sindicato dos Professores de Osasco, porém, não obtivemos retorno desta entidade. Procuramos ainda, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (SIEESP) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com a finalidade de encontramos material referente a campanha salarial de 1991 do ensino privado no estado de São Paulo e, essas entidades deram pronto retorno, informando que não possuíam esses documentos, sendo essas informações obtidas no Jornal Folha de São Paulo.

A partir dos títulos mencionados de dissertações e teses e outras publicações em livros, revistas, sites, que diziam respeito sobre o sindicalismo docente e sobre a ação sindical dos sindicatos dos professores em geral, que conseguimos encontrar, é que construímos o nosso trabalho. Esmiuçamos também a documentos históricos e originais do SINPROSASCO, como o Estatuto da entidade, Carta e Registro Sindical, boletins sindicais, Convenções Coletivas, folders, jornais e por fim as entrevistas que deram a possibilidade de fomentar uma história sobre esta entidade e a participação daqueles que a criaram.

Como vimos até aqui, não foi nada fácil encontrarmos fontes documentais, sindicais e estudos acadêmicos ou mesmo referências bibliográficas que tenham mencionado o SINPROSASCO, direta ou mesmo indiretamente. Essas buscas nos permitiram afirmar, que os estudos preocupados em localizar a presença do sindicalismo privado osasquense tem certo ineditismo.

I.3 As entrevistas como fontes documentais

Uma vivência, algo pelo qual simplesmente eu passei, eu atravessei, ou algo que me aconteceu, ela não é nada se ela não puder ser transformada em alguma narrativa compartilhável e transmissível ao grupo ao qual eu pertença. É a transmissão, é o compartilhar, que transforma a vivência em experiência.

(Walter Benjamin)

A necessidade de construir nossa pesquisa fez com que procurássemos nas memórias e nas lembranças dos fundadores do SINPROSASCO essas informações, por esta razão, adotamos como procedimento a ser seguido a realização de entrevista semiestruturada e a coleta de depoimentos dos professores que haviam participado do processo de organização e fundação da entidade sindical. De fato, ouvimos os seus fundadores, diretores e ex-diretores, enfim, atores que tiveram papel importante na gênese da instituição e nas atividades sindicais de modo geral. Assim, desenvolvemos as perguntas de modo que considerávamos pertinentes na expectativa de explorarmos mais as questões inerentes a construção da história, como também, os entrevistados tiveram liberdade para expressar suas opiniões e contarem suas próprias interpretações do momento a analisado.

A primeira entrevistada foi Maria José Favarão. Mazé, como faz questão de ser chamada, iniciou sua carreira no magistério paulista em meados da década de 1970, período turbulento e marcado pela sua militância estudantil nos movimentos, que, então se fazia nos campi universitários, conta a ditadura. Como veremos mais adiante, sua militância política se deu como membro da Liberdade e Luta (LIBELU), que teria grande significado na sua ulterior trajetória de professora de Língua Portuguesa nas redes de ensino, público e também

privado, sediados nas cidades de Osasco e na capital paulista. Mazé participou ativamente do processo de fundação do sindicato e foi eleita a primeira presidente da entidade em (1985).

O segundo entrevistado foi o Rubens Aparecido dos Santos, conhecido pelos seus colegas com o apelido de Rubão, denominação que não despreza e, com a qual gosta muito de ser chamado. Rubão iniciou sua carreira no magistério nos anos de 1970, como professor de Geografia, lecionou tanto nas escolas públicas quanto privadas das cidades de São Paulo e de Osasco.

Na construção documental da presente dissertação, também foram levadas em conta uma entrevista cedida pelo próprio sindicato, entrevista feita com um dos dirigentes e fundadores do Sinpro, o professor Marcos Müller. Nesta construção levamos em conta algumas informações que obtivemos em uma entrevista com o professor Onassis da Silva Xavier, presidente da entidade estudada nos anos de 2015.

As memórias desses professores, aliás, como tantas outras, que possam ser lembrados, podem ser lidas, interpretadas e compreendidas de diferentes formas ao recuperarem suas trajetórias de envolvimento consciente, de participação nos eventos constituintes dos processos sociais e históricos do seu próprio tempo; por conseguinte, foram considerados como uma preciosa e ampla gama de informações e conteúdo de caráter político pedagógico que jamais poderíamos desprezar.

Claro que, as memórias dos professores, dos funcionários, dos estudantes e outros quaisquer integrantes do edifício educacional, podem ser questionadas como uma fonte credível na sua construção acadêmica de sua historicidade. No entanto, recuperá-la tem um importante papel na compreensão crítica das formas de organização, que se disseminam no seio do, nas comunidades, nas sociedades, enfim, no interior de qualquer grupo social. Em nosso caso específico, evocamos as vozes dos professores que se organizaram, almejaram e fundaram o Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO), traduzindo suas lembranças, elementos de interesse coletivo, dos quais, para nós não podem ser analisados separadamente. Por isso, para alguns autores, como veremos a seguir é possível se falar em memória coletiva, de fato, esses professores com os quais procuramos conversar e registrar seus depoimentos não viveram isolados; desta sorte, vossas memórias ao serem retratadas dizem respeito a um grupo social ou, no nosso caso a uma fração da classe trabalhadora.

É com esse conceito de coletividade que, Halbwachs em sua obra “A Memória Coletiva” define o sujeito. “Nunca estamos sós, não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem” (HALBWACHS, 1990, p.26).

A partir dessas vivências e de ideias comuns a certos grupos sócias é que são construídas através de um grupo de referência, tendo em vista que essas lembranças retomam relações, que não são simplesmente ideias ou sentimentos isolados, mas que, são construídas acerca de um fundamento comum de dados e noções compartilhadas. A memória é esse trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os grupos sociais, nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articular-se entre si.

Ainda, no livro “História oral: possibilidades e procedimentos”, a autora diz que o entrevistado deve ser considerado, ele próprio, um agente histórico e sua visão acerca de sua própria experiência e dos acontecimentos sociais dos quais participou necessitam ser resgatados, no que diz respeito à subjetividade, ela está presente em todas as fontes históricas, sejam orais, escritas ou visuais (FREITAS, 2002, p. 29).

A importância da memória para o estudo do sindicalismo docente, em uma perspectiva histórica é percebermos as características, as mudanças que ocorreram nessa forma de organização, as lutas que foram travadas ao longo das décadas e se firmaram em seus objetivos pedagógicos, no cenário sindical e político brasileiro, lutando por melhorias salariais, condições de trabalho e dignidade do exercício da profissão.

A história não é apenas conhecimento do passado, das nossas heranças, tradições e cultura, mas uma forma de estabelecermos uma interpretação crítica dos próprios rumos alcançados ou que estão em jogo na cotidianidade da vida social. O estudo do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação, em uma perspectiva histórica, nos possibilita a compreensão dessa forma organizativa, seus processos de formação, levando em consideração as circunstâncias políticas, econômicas, sociais e culturais que estão intrincados em sua materialização. Logo, com base nessas premissas, poderemos compreender o nascimento e a consolidação dos trabalhadores em educação da instituição SINPROSASCO.

Para uma compreensão da história do Sindicato dos Professores de Osasco e Região, escolhemos como vimos há pouco a incorporação de diferentes fontes documentais em seu constructo. Nesse caso, partimos da premissa que a coleta, a seleção e a análise desses

depoimentos nos possibilitaram uma melhor análise da inserção do Sindicato nos embates que foram travados no seio da sociedade daqueles dias, como também, verificamos de que forma os seus participantes colaboraram ou não nos processos históricos e sociais, que estavam em curso na transição democrática brasileira.

Toda essa discussão até aqui realizada nos remete, em síntese, para as problemáticas inerentes a exprimir que os estudos históricos estão a exigir dos seus adeptos. Alguns autores em última instância pensam que: “A história consiste num corpo de fatos verificados” (CARR, 1978, p. 13).

Não foi por acaso, que empreendemos um esforço muito grande na obtenção de diferentes fontes que pudessem sustentar e criar condições para o desenvolvimento desta pesquisa, dificuldades das mais variadas surgiram nesse processo, importa-se dizer, que tais percalços seriam apenas mais um obstáculo a ser superado na consecução dos nossos objetivos.

CAPÍTULO II

SINDICALISMO DOCENTE BRASILEIRO: DA GÊNESE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO CONTEXTO DO NOVO SINDICALISMO

Neste capítulo procuramos fazer um panorama das formas associativistas e sindicalistas, desde as suas primeiras formas organizativas, fazendo um retorno à história recente do Brasil, compreendendo a necessidade de tais estudos, a fim de se preservar a memória do sindicalismo dos trabalhadores em educação e, suas formas de lutas no período histórico estudado. Também, contamos sucintamente, como esses movimentos organizativos tomaram proporções mundiais.

II.1 Breves considerações sobre o sindicalismo dos trabalhadores em educação no Brasil

A história também se faz de acontecimentos e homens invisíveis, pouco falados e mesmo prosaicos, que não poderiam ser jamais negligenciados e desprezados por quem quer que fosse capaz de se interessar pelos seus caminhos. Exatamente por isso a necessidade de se firmar o compromisso teórico de resgatar as trajetórias e experiências desses personagens coletivos imprescindíveis na construção da história social da educação brasileira.

(Carlos Bauer)

O sindicalismo dos trabalhadores em educação tem apresentado características políticas e organizativas distintas, não apenas variando os resultados dos estudos realizados, mas também as abordagens conceituais e as referências teóricas e metodológicas que animam os interessados em sua discussão. Desta sorte, temos encontrando desde pesquisas que se preocupam com as questões de gênero, representações sociais, posicionamentos ideológicos, políticos ou, ainda, a presença desses personagens coletivos na defesa dos interesses corporativos dos que vivem do próprio trabalho no mundo da educação.

Na nossa pesquisa, estabelecemos um paralelo entre as preocupações com a organização e o associativismo, o sindicalismo e a atuação política dos trabalhadores em educação com o conjunto do movimento dos trabalhadores que atuam organizadamente na contemporaneidade do Brasil.

Assim, o recorte temporal que escolhemos se coaduna ao significado e a importância que os movimentos sociais, dos trabalhadores do campo, da cidade e da juventude passaram a assumir ao longo dos anos da década de 1980, como também foram fortemente influenciados pela conjuntura das lutas protagonizadas por diferentes setores da sociedade civil em prol da retomada do ordenamento democrático no país. Não é de se estranhar, portanto, o interesse e o aparecimento de estudos e pesquisas acadêmicos que se preocupam em abordar as lutas travadas pelos trabalhadores em sua história.

Muito do que conhecemos sobre a gênese dos movimentos associativistas e sindicais, registradas na história social do Brasil estão associadas às influências das experiências europeias que foram trazidas pelos trabalhadores estrangeiros, que para cá afluíram nos fins do século XIX. Esses imigrantes muitas vezes traziam consigo não apenas a qualificação para o trabalho industrial ou mesmo experiências em diferentes ramos manufatureiros, mas também, os acompanhavam os ideais políticos e sociais, dentre esses merecem destaque, o anarquismo e o anarcosindicalismo, que tiveram grande importância na infância organizativa dos trabalhadores no Brasil.

A organização associativista, sindical e política dos trabalhadores tomou forte impulso e alcançou proporções mundiais com o advento da revolução Russa, que influenciou o conjunto dos movimentos operários contra a exploração perpetrada pelo capitalismo em escala internacional. No Brasil os ventos da Revolução de Outubro influenciaram, em 1922, a formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que haveria de marcar de forma significativa a sua presença na história do movimento operário em nosso país.

Para alguns autores, como é o caso de Ricardo Antunes (2007), com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, nos idos da década de 1930, o Brasil experimentou um forte e acelerado surto de urbanização e industrialização. Nesse momento foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro de 1930, por meio do Decreto nº 19.433, e uma série de medidas legislativas que visavam não apenas o controle de suas finanças.

Com o uso de prerrogativas políticas e jurídicas o governo Vargas ambicionava controlar regamente o comportamento das atividades sindicais e, os movimentos reivindicativos da classe trabalhadora, procurando desestruturar ou mesmo inibir quaisquer perspectivas de sua atuação independente e autônoma. Porém, isso não impediu que as lutas operárias se desenvolvessem ao longo dos anos em que Getúlio Vargas se mantivesse no poder.

Mesmo com esse impedimento de ordem legal, diversas entidades representativas dos trabalhadores da educação que atuam no setor público procuram se organizar em praticamente todas as regiões, criando associações, realizando campanhas salariais, oportunizando encontros, e congressos que trouxeram um sem números de conquistas econômicas, direitos trabalhistas e outros benefícios para todos aqueles que atuam no âmbito da educação pública no Brasil.

Em 1991, no Estado de Minas Gerais encontramos a Fundação Associação dos Professores Primários do Estado de Minas Gerais. Uma entidade pioneira no caráter associativista e que esteve muito presente na origem dos movimentos sindicais docentes no Brasil. Nesta linhagem, também localizamos a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, fundada no ano de 1945.

O sindicalismo e o associativismo dos trabalhadores em educação, desde as suas primeiras associações, vêm se tornando um objeto de estudo e pesquisa cada vez mais recorrente em diferentes áreas do conhecimento, porém, os esforços organizativos de professores e funcionários da esfera da educação que atuam no setor privado são pouquíssimos analisados.

O artigo “Contribuições para o estudo do sindicalismo em educação no Brasil”, o autor nos diz textualmente que é:

[...] gritante a ausência de pesquisas empíricas sobre sindicalismo em geral e sobre sindicalismo no setor da educação, orientadas por hipóteses solidamente fundamentadas em pressupostos teóricos. Os estudos empíricos permitem desenvolver conceituações e teorias calcadas na realidade específica da periferia, observando, a partir dela, a totalidade do sistema global (DAL ROSSO, 2011, p. 27).

Por sua vez, a tese de Kênia Aparecida Miranda, “As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo a ruptura com a CUT (2011)”, traz no seu bojo alguns aspectos sobre os elementos que dificultam os estudos em sindicalismo e associativismo. A autora constata uma fragmentação desses estudos e as dificuldades do pesquisador em formar um arcabouço teórico sobre essa temática.

Também identificamos essa escassez quando analisamos os dados qualitativos nos estudos de Almeida e Ferreira Jr. “As pesquisas sobre o associativismo docente no Brasil: o que dizem as produções acadêmicas nacionais? (2015)”, nos quais os autores trazem alguns aspectos que marcaram a abordagem nacional sobre esses estudos, ora com aspectos associativista, ora sindicalistas, ao qual dizem que:

Uma incursão pela produção acadêmica sobre o movimento dos professores das escolas públicas indica que sua trajetória, até o momento, é marcada por duas faces, a saber, o associativismo e o sindicalismo. A primeira corresponderia o período que abrange a metade do século XIX a meados da década de 1970, fase que engloba a criação das associações docentes, mas também o surgimento dos primeiros sindicatos dos professores ligados às instituições particulares de ensino, nos moldes da estrutura sindical instituída na era Vargas (1930-1945). A fase do sindicalismo, por sua vez, refere-se ao momento de eclosão das greves dos professores das escolas de 1º e 2º graus, em diversos estados brasileiros, sob a influência do Novo Sindicalismo que, dentre outros aspectos representou a consternação da estrutura sindical montada na era Vargas (AMEIDA & FERREIRA JUNIOR, 2015, p. 78).

II.2 Novas formas organizativas no contexto do Novo Sindicalismo

Elogio da dialética

*A injustiça avança hoje a passo firme.
Os tiranos fazem planos para dez mil anos.
O poder apregoa: as coisas
continuarão a ser como são.
Nenhuma voz além da dos que mandam.
E em todos os mercados proclama a exploração:
Isto é apenas o meu começo.
Mas entre os oprimidos muitos há que agora dizem:
Aquilo que nós queremos nunca mais o alcançaremos.
Quem ainda está vivo nunca diga: nunca.
O que é seguro não é seguro.
As coisas não continuarão a ser como são.*

*Depois de falarem os dominantes, falarão os dominados.
Quem pois ousa dizer: nunca?
De quem depende que a opressão prossiga? De nós.
De quem depende que ela acabe? De nós.
O que é esmagado, que se levante!
O que está perdido, lute!
O que sabe e o que se chegou, que há aí que o retenha?
Porque os vencidos de hoje são os vencedores de amanhã.
E nunca será: ainda hoje.*

(Bertolt Brecht)

A fim de compreendermos os acontecimentos associativistas e sindicais que mobilizaram a classe de trabalhadores em educação buscamos estudiosos, que com seus esforços, dedicam-se há muitos anos ao estudo dessa temática. Por exemplo, os autores da obra, “Proletarização e Sindicalismo de Professores na Ditadura Militar (1964- 1985)”, ao qual é feito um rico panorama das urgências de formas de organização associativista e sindical, observando ainda que a “política educacional do regime militar abrange ao longo de seus vinte e um anos de duração, todos os níveis de ensino” (FERREIRA JR & BITAR, 2006, p. 14).

Entre outras coisas, os episódios que são narrados e analisados no livro de Amarilio Ferreira Junior e Marisa Bittar, também nos motivou a refletir sobre como o sistema educacional foi atingido pelos modelos políticos e econômicos, então estabelecidos pelos governos militares. Mas, do ponto de vista dos nossos interesses acadêmicos é importante reconhecer que tais mudanças trouxeram consequências que depreciaram o exercício do magistério, empurrando centenas de professores, tanto das instituições públicas, quanto privadas, para caminho da sindicalização, procurando encontrar saídas para “a crise econômica que os estrangulava” (idem, 2006, p. 42).

Em que pese reconhecer a legitimidade dessas afirmações, também é importante sinalizar que as afirmações são bastantes polêmicas, na medida em que vários estudiosos afirmam exatamente o contrário, no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas experimentadas neste período histórico do capitalismo.

Polêmicas à parte, com episódios como a crise do petróleo e a criação da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), na década de 1970 e, com a mudança nos

paradigmas energéticos, o avanço na robótica, nos micros processadores e nos sistemas eletrônicos comunicacionais, explodia aquilo que se convencionou chamar de sociedade capitalista. Esse processo trouxe uma mundialização do capital com claras manifestações em sua estrutura produtiva e, por conseguinte na divisão internacional do trabalho. Esse processo, dito de reestruturação produtiva, também foi acompanhado de enormes transformações nas atividades que eram próprias do capital, financeiro e improdutivo dos países centrais e periféricos do capitalismo.

No Brasil essas transformações afetaram diretamente as formas de organização e ações da classe trabalhadora, como foi o caso das inúmeras lutas de resistência contra a maximização dos lucros, ampliação das taxas de mais valia, com a consequente redução dos direitos sociais e a precarização das condições de vida dos trabalhadores. Não bastasse isto o chamado ideário não liberal também colocou na ordem do dia uma prática política e econômica privatizante que, obrigou os setores organizados dos movimentos sociais e populares a se levantar contra essas iniciativas, exigindo-lhe grande esforço mobilizatório no afã de detê-las.

Encontramos manifestações sindicais docentes tanto vinculadas às redes públicas de ensino como também no âmbito das instituições privadas, inclusive, inserido algumas de suas organizações no que se convencionou chamar de novo sindicalismo, porém, com características diferenciadas do sindicalismo operário, presentes em nossa história desde os primórdios do século XX.

O sindicalismo praticado pelos professores, embora guarde algumas similitudes com aqueles que são próprios do movimento operário, obviamente, tem suas características próprias. No que se refere às formas de se mobilizar e de reivindicar, também são distintas suas ações e o relacionamento com o Estado, existem tensões e conflitos envolvendo mantenedores das escolas privadas, e os sindicatos que os representam, mas elas são veladas, no sentido de que os representantes sindicais encontram grandes dificuldades em fazer o trabalho de divulgação, principalmente no que se refere as campanhas salariais, como podemos concluir pela fala da entrevistada.

Então veja, não era diferente do que a gente está vivenciando atualmente. Vamos estabelecer a repressão que existia nas escolas não eram uma repressão tão marcada como sendo uma repressão política, partidária, não é isso, digamos assim, então era um controle, você tem um emprego, bom

então é nas condições que eu dou, são essas as condições que eu estou dando, não é o piso, não é o salário mínimo, não é o registro, não são os direitos, porque é isso, ou é isso ou você não será empregado. E isso não é uma questão menor, como não é hoje ainda, não é uma questão menor para o aspecto organizacional. [...] (FAVARÃO, ANEXOS A, 2016, p. IV).

Retomando a esse depoimento, é importante observar que já faz algum tempo que as formas de organização e associativistas e sindicais do professorado tem contribuído com a ampliação e o fortalecimento do movimento sindical brasileiro, todavia é importante reconhecer que, “novo sindicalismo brasileiro, na verdade nasceu das entranhas do sindicalismo corporativo. Isso explica, sem dúvida, o alto grau de continuidade dessa estrutura, apesar do ímpeto reformador das novas lideranças” (CARDOSO, 2002, p. 26).

Todas essas discussões que dizem respeito ao chamado novo sindicalismo estão associadas ao período que estabelecemos para estudar o Sinpro-Osasco e seus desdobramentos no cotidiano dessa organização, que é o período de redemocratização do Brasil.

O novo sindicalismo, como sabemos, utilizou-se da tática de se enveredar pelas entranhas das organizações sindicais corporativas e tradicionais e, com a proposta de construir uma nova estrutura que fosse, gradativamente, desentrelaçando-se das amarras estatais, capaz de romper com os limites geográficos, determinação do estabelecimento de hierarquias os quadros divergentes e que se pautasse pela liberdade e autonomia sindical.

No que se referem ao SINPROSASCO esses objetivos não seriam tão facilmente alcançados.

Nós tentamos fugir um pouco disso, nós criamos um colegiado, mas veja, alguém tem que assinar o cheque, alguém tem que responder a um processo, alguém tem. Então, nós tínhamos um comportamento colegiado, mas, a estrutura era a estrutura que nos permitia ser reconhecidos. Então, presidente, tesoureiro, tem o secretário, primeiro tesoureiro, primeiro secretário. Nós fazíamos a comissão de comunicação, grupo de comunicação, grupo jurídico, o grupo de finanças, como é que a gente vai trabalhar as questões das finanças, a questão que nós discutíamos o não recebimento do imposto sindical na época, chegávamos a devolver para o associado, contribuição confederativa tá certo, porque cutista que éramos defendíamos escapar da estrutura, como uma reforma política, certo, você pode ser o melhor partido do mundo, você pode ser a melhor pessoa do mundo, tem uma estrutura, tem um sistema e para sua sobrevivência você passa a sobreviver daquele sistema mantendo a sua identidade (FAVARÃO, ANEXOS A, 2016, p. XII).

Em meados da década de 1980, quando o Sindicato dos Professores de Osasco e Região, estava sendo fundado, o Brasil passava por um processo de significativas mudanças, políticas, econômicas e sociais. No que diz respeito aos movimentos sociais, urbanos e rurais, como também aqueles relacionados aos trabalhadores dos chamados setores médios, como é o caso dos médicos, jornalistas, bancários, funcionários públicos e outras categorias profissionais, também se verifica uma formidável efervescência mobilizatória, com isso criando condições objetivas para a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que haveria de aglutinar e orientar politicamente as ações dos adeptos do novo sindicalismo,

[...] nascido no interior da estrutura sindical daquele período (do qual o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo era, por exemplo) e o movimento das oposições sindicais (de quem foram exemplos o Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo – MOMSP – e oposição Metalúrgica de Campinas) que atuavam fora da estrutura oficial sindical (ANTUNES, 2007, p. 293).

As formas organizativas alcançadas pelo sindicalismo brasileiro nesse período, também repercutiram intensamente no cenário político do país, no qual se notabilizou o Partido dos Trabalhadores (PT), o que sinalizava um certo fortalecimento da classe trabalhadora e de suas instituições sindicais e política. Nesse período inclusive, se registraram muitas greves como formas de se difundir amplamente as reivindicações e os interesses das categorias mobilizadas. De fato, “durante cada greve cresce e desenvolve nos operários a consciência de que o governo é seu inimigo e de que a classe operária deve preparar-se para a luta contra ele pelos direitos do povo” (ANTUNES, 1980, p. 40).

A ideia de um Estado de bem-estar social no Brasil é polêmica. Porém, a partir da década de 1970 foi se registrando um significativo aumento dos serviços públicos, mormente voltados para a educação. Esse tipo de política trouxe a necessidade de se ampliar as vagas de trabalho no âmbito do funcionalismo público, com a contratação de professores, gerentes administrativos, gestores, dentre outros, que haveriam de fortalecer as associações representativas dessas categorias.

Os artífices da abertura política posta em marcha, a partir dos fins da década de 1970, não foram capazes de incluir na mesma as organizações sindicais, fazendo com que o regime militar reprimisse violentamente suas ações e toda e qualquer forma de manifestar os seus

interesses. Ocorre que, mesmo diante de toda sorte arbítrio e autoritarismo perpetrado pelo regime, os trabalhadores se organizaram e lutaram contra as condições desumanas reinantes nos locais de trabalho, como também trouxeram para o centro do debate político as questões que eram próprias da cidadania que se almejava constituir no Brasil.

Para isso, “em 1983, em meio a uma recessão sem igual na história brasileira, o sindicalismo nacional realizou a primeira greve geral desde 1963, conseguindo parar todos os grandes centros urbanos, inclusive São Paulo” (CARDOSO, 2002, p. 28, 29).

A ocorrência de greves, entre os professores que atuam no ensino privado são pouco usuais, isso decorre não dos excelentes salários e condições de trabalho que são oferecidos, mas, pela maneira coercitiva e repressiva que são adotadas pelos mantenedores. Por conta disso, o registro dessas ocorrências paredistas nos parece ser um elemento basilador das nossas discussões sobre os períodos que devemos estudar da história das associações e sindicatos de professores que atuam no ensino privado.

As realizações de greves pelos trabalhadores da educação têm motivações e significados políticos e sociais que guardam suas particularidades, traduzem interesses muito específicos e corporativos, mas, muitas vezes, extrapolam essas reivindicações e alcançam questões mais gerais e políticas da vida social.

Nas palavras de Ricardo Antunes, “Marx, Engels e Lenin sempre enfatizaram a luta da classe operária e a necessidade de transformá-la em uma luta política” (ANTUNES, 1980, p. 40).

Pelos menos desde a década de 1970, em comparação com outras categorias, as greves perpetradas pelos professores que atuam nas instituições públicas têm sido muito longas. Alguns fatores contribuem para tal tipo de ocorrência, entre os quais podemos destacar o grande número de filiados as associações e sindicatos que representam esses professores. Desta forma a greve dos professores públicos, tem sido, desde então, constantes, abrangentes, manifestando ainda uma significativa adesão. Para alguns autores,

O comportamento social que caracteriza os movimentos grevistas da categoria dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus, no final da década de 1970, era do tipo que já engendrava uma “*consciência da solidariedade de interesses gestada entre todos os membros do grupo social*”, e que questionava, ainda que do ponto de vista econômico, as bases jurídicas do Estado ditatorial brasileiro (FERREIRA JR, BITTAR, 2006, p. 72, grifos dos autores).

Umas das peculiaridades das ações realizadas pelas entidades sindicais que representam os professores que atuam nas escolas públicas são as manifestações grevistas. Essas paralizações procuram traduzir, não apenas a capacidade organizativa dos movimentos dos professores, na afirmação dos seus direitos econômicos e sociais, mas também, demarcam claramente sua presença no mundo do trabalho, igualando-os pela condição de assalariados ao conjunto da classe trabalhadora.

Além do que, na análise realizada por Amarílio Ferreira Junior e Marisa Bittar estava

[...] superada a época em que o educados originava-se das classes médias altas ou das elites brasileiras e, portanto, não mais fazia sentido denominá-lo de “professor. Melhor naquela conjuntura, era considerá-lo nominalmente como “trabalhador’ da educação, o que, pressupunha a sua aliança política com os funcionários da escola pública (2006, p. 87).

Por esses caminhos, as entidades associativistas e sindicais do professorado brasileiro tiveram um peso considerável na criação e no fortalecimento de entidades e procuravam congregar o conjunto da classe, como foi o caso da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Dessa forma os professores se somavam a outras categorias de assalariados na efetivação desse auspicioso objetivo, que é a criação de uma central sindical. Mas, ao mesmo tempo, sinalizavam que estava em curso à perda de um pretenso prestígio social, situação “que seria aprofundada na década de 1990” (FERREIRA JR & BITTAR, 2006, p.87).

Um exemplo interessante desse esforço organizativo aparece no estudo: “Contribuição sócio-histórica do sindicalismo docente da educação básica no Rio de Janeiro”, do professor Erlando da Silva Rêses, no qual é entendido que,

A Confederação dos Trabalhadores nos Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), representa a maioria dos sindicatos dos professores do ensino particular do país, do ensino técnico-administrativos, do ensino infantil ao superior, congregando 68 sindicatos e 6 federações, abrangendo cerca de 500 mil trabalhadores em educação (RÊSES, 2011, p. 248).

Essa disposição de se organizarem podem nos ajudar a demonstrar que os trabalhadores em educação almejavam se tornarem sujeitos de sua própria história, feita de lutas, conflitos que forjam suas concepções de mundo. Nesse momento histórico, da década

de 1990, foi se consolidando a concepção de que as entidades sindicais, com seus métodos de lutas, ações coletivas, realização de congressos tem um papel decisivo no questionamento das formas de pressão e exploração que são próprias do mundo do capital. Esse esforço fez também, com que os movimentos sindicais trabalhassem a construção de um projeto político que fosse capaz de unificar as lutas e superar toda a estrutura sindical herdada da chamada era Vargas.

Dall Rosso (2011, p. 23), em seu artigo seminal, “Contribuições para a teoria do sindicalismo no setor da educação”, faz uma leitura global da organização estrutural sindical compreendendo-as a partir da teoria das relações industriais, e concebe os componentes da ação sindical da seguinte forma:

- a. as condições externas de ordem estrutural (estrutura e conjuntura, crises do capitalismo, composição da força de trabalho) e de ordem política (se as relações de poder entre as classes exprimem uma supremacia absoluta ou uma supremacia condicionada e os equilíbrios políticos prevalentes são antilabor ou pró-labor);
- b. os atores são basicamente três: o sindicato, os empregadores e o Estado. Na organização e representação sindical, Baglioni destaca o sindicato e sua ação, a representação e a representatividade: as formas de organização territorial e vertical, gestão democrática ou autoritária, centralização e descentralização, sedes de poder e meios financeiros; formas de luta (greves); relações com os movimentos políticos (modelos reivindicativo puro, trade-unionista, correia de transmissão). O autor leva ainda em consideração a representação espontânea, os movimentos coletivos e grupos não organizados. A contrapartida ao sindicato e representada pelos empreendedores e suas organizações nos setores privados e públicos e formas intermediárias. O papel do Estado manifesta-se por meio de intervenções legislativas sobre normas e termos da regulamentação das empresas, as intervenções de política econômica e social sobre as condições gerais do desenvolvimento, taxa de desemprego, o sistema de welfare etc.
- c. Baglioni destaca ainda o que chama de “métodos” pelos quais toma lugar a regulação das relações industriais, a saber: a contratação coletiva e a regulação por lei.
- d. o esquema inclui ainda o nível em que ocorre a ação política do sindicato-nacional ou regional - a contratação coletiva a nível de empresa ou em âmbito mais geral como categorias das confederações e das centrais sindicais.

Para o autor, esse modelo de organização oferece elementos importantes para uma leitura da questão sindical docente no que diz respeito de que esta teoria abarca a ideia de que sindicato e conflito são partes de um sistema de assalariamento. Essa noção faz parte do

mercado de trabalho e que também traz um esquema analítico, no qual esse esquema de estudo proporciona elementos para a leitura da estrutura sindical dos sindicatos dos trabalhadores em educação.

Essa narrativa, até aqui realizada, com o intuito de localizar a atuação dos professores e seu papel histórico na criação e no fortalecimento de associações e organizações sindicais, objetivam fundamentar a importância de estudá-los e compreendê-los de forma mais atenta e profunda, razão pela qual procuramos nos inserir nesse campo de estudos.

II. 3 Os docentes como sujeitos coletivos

Mãos dadas

*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.*

*Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, do tempo presente, os homens presentes,
a vida presente.*

(Carlos Drummond de Andrade)

No Brasil o movimento docente se expressou com força política e sindical nos anos da década de 1980, momento em que redefine sua identidade coletiva. Observamos tais características em suas formas de organização e de luta, e quando discutimos essas categorias não podemos fugir de elementos conceituais, como o de sujeito coletivo.

A obra, “Quando novos personagens entram em cena”, Eder Sader (1995), trata o sujeito coletivo como forma de organização no sentido de coletividade na qual uma identidade se elabora por meio das práticas, através das quais seus membros pretendem defender seus

interesses e diz: “E outro traço comum vinculado a este, é a conotação com a ideia de autonomia, como elaboração da própria identidade dos projetos coletivos de mudança social a partir das próprias experiências” (SADER, 1995, p. 53).

Em certos momentos da história podemos perceber essas práticas em declínio e, em outros momentos, elas apresentam-se na força da construção, encorajando os trabalhadores a constituírem uma identidade coletiva, com formas organizativas, expressando seus interesses e objetivos de luta, mesmo que essas lutas não sejam abraçadas por toda uma categoria, ainda assim não são divergências internas à categoria.

Podemos compreender melhor as questões da união quando entendemos o processo de organização desses trabalhadores de forma qualitativa. Dessa maneira, por exemplo, podemos perceber uma classe que define a sua identidade na união coletiva do magistério, redefinindo-os enquanto sujeitos plurais, resultados dos processos interativos e mutáveis que, “não se encontra na consciência de um ator privilegiado, mas é também resultado do encontro das várias estratégias” (SADER, 1995, p. 55).

No prefácio da obra do Sader, elaborado por Marilena Chauí, ela diz que os movimentos sociais produzem um novo sujeito que distinto dos sujeitos modernos e individualistas e passam a se tornar um sujeito coletivo, e este pensamento é firmado pela própria autora, textualmente, da seguinte forma:

Não é o cotidiano nem sua aparência reiterativa que fazem a novidade, mas o sentido novo que lhes emprestam seus agentes ao experimentar suas ações como lutas e resistências. No dizer de um operário: “São pequenas lutas, mas que na consciência do cara representa uma puta coisa, porque é uma vitória, o cara sente que foi uma conquista dele, sabe? ”. Pequenas lutas que no dizer de um outro, são “lutas por migalhas” e ao mesmo tempo “uma luta interessante”. Que são as migalhas das pequenas vitórias das pequenas lutas? São as experiências que os excluídos adquirem de sua presença no campo social político, de interesses e vontades, de direitos e práticas que vão formando uma história, pois seu conjunto lhes “dá a dignidade de um acontecimento histórico” (CHAUÍ, In SADER, 1995, p. 12, grifos do autor).

Em linhas gerais, Marilena Chauí expressa suas ideias recolhendo subsídios e se baseando nos discursos dos próprios trabalhadores presentes na obra de Sader. Com isso procura demonstrar que a classe forma suas reflexões na construção histórica de suas experiências coletivas e, dessa maneira, compreendem-se os conflitos e os processos de transformações e ainda a maneira em que esses acontecimentos passam a significar

experiências sociais são fatores determinantes para analisarmos os processos de modificações na sociedade.

Para tentarmos entender como se deu o processo de organização e de união dos trabalhadores em educação, é preciso pensar como essa categoria se uniu socialmente, para isso é necessário abordar as condições de existências postas para esse grupo social de trabalhadores e também dos movimentos sociais, portanto, recorreremos a Thompson quando concebe a constituição histórica das classes sociais.

Acontecem à medida que os homens e mulheres vivem suas relações de produção e experimentam suas situações determinantes, dentro do conjunto de relações sociais, com uma cultura e expectativas herdadas e ao modelar essas experiências em formas culturais (THOMPSON, 1968 apud SADER, 1995, p.44).

Essas experiências compartilhadas nos possibilitam a formação de uma criticidade sobre o momento vivenciado. A concepção de experiência apresentada por Sader valoriza a investigação do pesquisador, no sentido de que o empírico é o princípio de uma investigação para o aparato de construção do conhecimento.

Quando analisamos a conjuntura política e social em que foi formado o SINPROSASCO, encontramos a união desses sujeitos coletivos, que buscavam através do movimento sindical mobilizar a categoria de trabalhadores em educação, para alcançar as reivindicações daquele período e, unidos como categoria, também era uma forma de combater o medo causado pela repressão.

Favarão diz que essa prática de agrupamento e da luta coletiva surgiu com força nos anos de 1980, tomando proporções maiores a partir de 1984, onde o Brasil mobilizava multidões pela luta da democracia, a categoria unia-se coletivamente, buscavam parcerias para ampliar o movimento dos trabalhadores em educação, desde a esfera do ensino público ao privado. (FAVARÃO, 2016, ANEXOS A, p. XVII).

O Sindicato está associado à uma noção de defesa e de justiça para com os direitos dos trabalhadores compondo uma determinada coletividade. A matriz histórica da atual organização sindical está sintonizada com o desenvolvimento industrial, que tem por base a “Revolução Industrial” nos fins do século XVIII e início do século XIX, na Inglaterra, Berço

do sindicalismo industrial, mas que através dele deu-se expansão para outros setores da economia, inclusive o educacional.

Pode-se dizer que o sindicalismo é o sistema de organização político-social dos trabalhadores, tanto urbano-industrial, rural e de todos os serviços remunerados pelo capital.

Ricardo Antunes em O que é sindicalismo nos diz:

É nesse momento que surgem os sindicatos; estes nasceram dos esforços da classe operária na sua luta contra o despotismo e a dominação do capital. Os sindicatos têm como finalidade primeira impedir que os níveis salariais coloquem-se abaixo do mínimo necessário para a manutenção e sobrevivência do trabalhador e sua família. Os operários unidos em seu sindicato colocam-se de alguma maneira em pé de igualdade com o patronato no momento da venda de sua força de trabalho, evitando que o capitalista trate isoladamente com cada operário (ANTUNES, 1980, p.12)

Dessa maneira, os trabalhadores organizados acumulam forças, criam condições de lutar pela diminuição da taxa de mais-valia, por condições humanas de trabalho e, pelo aumento do seu poder aquisitivo. Nessa luta os trabalhadores contam com a vantagem de se constituir em grande quantidade.

Para cumprir este papel, os sindicatos tornam-se os locais organizados dos assalariados, constituindo-se focos de resistência a exploração capitalista. Em um primeiro momento essas instituições vão congregam os operários das oficinas e fabricas, os que produzem diretamente as riquezas, o setor dinâmico da sociedade capitalista e, com o desenvolvimento da sociedade conseqüentemente essa forma organizativa vai atingir outros setores da economia.

Em seus mais de duzentos anos de história o sindicalismo passou por diferentes concepções ideológicas e teorias de ação, permitindo uma construção de reformas, que ao longo desses anos permitiu que, o movimento sindical fosse traduzido num conjunto de práticas sociais, com características próprias e distintas em cada país, congregando força política e peso social em defesa dos direitos de todos os trabalhadores nos contextos nacionais, sempre buscando novos desafios, devido a inserção de novas formas de atuação e de novos atores sociais, inseridos em seus lugares de atuação, cidades ou campo, com as transformações da economia e das instituições.

Maria José Favarão, falou que um dos principais anseios de se fundar um sindicato era a busca pela legalização dos direitos trabalhistas,

Então o que nós brigávamos era isso, que fossemos todos registrados e, sendo registrados que fôssemos reconhecidos e reconhecidos todos os direitos da categoria a qual eu pertenço que é a aposentadoria especial, o recesso, as férias de 30 dias, a própria jornada e tal [...] (FAVARÃO, 2016, ANEXOS A, p. II)

Neste sentido, um dos motivos principais de se criar um Sindicato era para o fortalecimento da categoria de professores, assim tornariam-se mais fortes para lutar contra os abusos e a escassez de fiscalização, no que diz respeito aos registros e direitos trabalhistas, muitas vezes negligenciados pelo empregador.

II.4 Sindicalismo docente e participação política

*Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Você vai ter que ver
A manhã renascer
E esbanjar poesia
Como vai se explicar
Vendo o céu clarear
De repente, impunemente
Como vai abafar
Nosso coro a cantar
Na sua frente
(Chico Buarque)*

O processo político institucionalizado vigente no Estado de São Paulo, nos primeiros anos da década de 1980 e a vitória eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), rompendo com os governos e os parlamentares biônicos impostos a sociedade, animou os opositores ao regime militar a dar continuidade à luta pelo processo de abertura política. Este caminho também fez com que novas experiências fossem construídas entre o Estado e as entidades representativas dos que vivem do próprio trabalho no mundo educacional. Nesse

sentido, procurar estudar como agiram alguns dos personagens durante esse processo histórico, tais como os professores, nos possibilita a retomada dos embates vivenciados neste período histórico, marcado pela transição política para a democracia e por uma conjuntura econômica de inflação elevada, na qual “o sindicalismo nacional acumulou vitórias organizativas importantes, reocupando o espaço político que havia sido reduzido pelos militares” (CARDOSO, 2002, p. 36).

Na esfera federal, este quadro é ressaltado e ampliando ainda mais ao longo do governo de José Sarney (1985-1989). De fato, esse controverso governante eleito pelo colégio eleitoral e desprovido do apoio popular enfrentou incontáveis mobilizações trabalhistas, sendo dessa forma os anos 1980 o palco das consolidações dos movimentos grevistas, que vinha sendo registradas desde o final dos anos de 1970, mormente, pelo sindicalismo metalúrgico do ABC paulista, “ponta de lança dos trabalhadores no cenário político nacional na luta pela democracia” (Idem).

O movimento sindical foi se consolidando e preconizou mais de 6500 greves, não somente na luta pelos direitos dos trabalhadores, mas também como agente no processo de transição democrática ao qual o país dava curso. Porém é importante lembrar que este número expressivo de greves foi registrado, principalmente, no setor da educação e também da saúde pública. A esse propósito Eduardo Noronha (1991, p. 99), em seu artigo “A explosão das greves da década de 80”, nos diz que houve o avanço da organização docente no país e que essa característica deve ser entendida dentre outras formas pelas transições políticas vivenciadas pelo país e não “exclusivamente como resultado do aumento de tolerância às greves”.

O período também preconizou a consolidação das centrais sindicais, aumento das taxas de sindicalização e também o crescimento dos setores médios assalariados, porém ainda assim, o sindicalismo manteve dificuldades na organização de enraizamento dentro das empresas, causando experiências que se tornavam dispersas e muito pontual. Porém, mesmo com as dificuldades que apresentavam as mobilizações ainda assim, foram de suma importância para amenizar os impactos degenerativos da inflação na vida dos trabalhadores, mas, por não conseguir a devida generalização entre as categorias, “não alcançaram redução efetiva das desigualdades sociais” (CARDOSO, 2002, p. 37).

Em outubro de 1983, em massivo e concorrido congresso realizado em São Bernardo do Campo (SP) a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada. Rapidamente a CUT viria a se constituir numa das mais importantes centrais sindicais independentes de nossa história, realizando greves gerais contra a ditadura militar e estando na linha de frente na campanha por eleições diretas para presidente da república e também pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte que haveria, em 1988, promulgar a nova carta constitucional para o Brasil. Este momento foi configurado por uma conjuntura de lutas dos trabalhadores, retomada das entidades e movimento estudantil intenso, com a presença de movimentos sociais urbanos em defesa de diversos direitos, movimentos de negros, mulheres, homossexuais, saúde, moradia, movimentos rurais etc.

Marcos Müller, um dos fundadores do SINPROSASCO nos conta um pouco sobre a participação da entidade nesse período, embora observando que por razões políticas,

Na época não dá para negar que a CUT era quem puxava a luta, então você tem questões gerais não é, de condições de trabalho, de jornada de trabalho, coisas até que acabaram refletindo na constituição de 88, eu mesmo tive uma participação pelo Sinpro, até de ônibus cheguei a ir para Brasília, para pressionar, lutar, pressionar senadores, [...] (MULLER, ANEXO b, 2015, p. LXVIII).

O sindicato participou efetivamente das lutas pela democratização do país e, mesmo em sua fase embrionária e associativista, por exemplo, incentivando a campanha pelas Diretas já. Assim, a instituição nascia como um espaço de organização e divulgação das lutas políticas e sociais, desempenhando um importante papel na história dos movimentos políticos e sociais dos trabalhadores em educação de Osasco e cidades próximas.

A professora Mazé, dirigente sindical do Sinpro nesse período lembra que,

Houve um papel importante de divulgação das lutas gerais, de divulgação das atividades coletivas do movimento sindical tá, de debates face a disputas eleitorais, tá certo. Nós promovemos debates entre candidatos, nós levávamos na época da Assembleia Constituinte em 1988, os candidatos e os deputados aqui de Osasco, o deputado de Osasco era Francisco Rossi, nós levamos as reivindicações da categoria para ele, isso tudo a partir da ação da própria Federação, então a Federação e o Sindicato de Osasco, nós tivemos sim, no mínimo esse papel difusor, no mínimo, está certo, nós participávamos de tudo. (FAVARÃO, 2016, ANEXOS A, p. XIX, XX).

Os movimentos ocorridos na década de 1980 se consagraram em questões como a defesa da liberdade de organização sindical e, no Sinpro-Osasco, a autonomia foi colocada em prática por criação de estruturas sindicais horizontais, plenárias, coletivas e baseadas nas formas democráticas de federações. Nesse momento histórico os representantes do novo sindicalismo defendiam uma nova forma organizativa que, privilegiasse uma administração mais participativa e com mais autonomia para os trabalhadores se organizarem de forma a pensar um modelo mais democrático e participativo. (MOLINA, 2003)

II.5 Sobre a organização sindical dos trabalhadores em educação

É preciso conhecer os limites da força. É preciso saber quando combinar força com estratégia.

(Leon Trotsky)

Traremos neste item algumas características sobre a organização sindical docente. Desse modo, destacaremos em primeiro lugar, a divisão entre os níveis de ensino e modalidades de ensino e em segundo as distintas formas organizativas (associativistas ou sindical) e por fim, a fragmentação dos estudos sobre sindicalismo docente no Brasil.

Em nossas pesquisas observamos que, no que diz respeito aos níveis de ensino os estudos sobre sindicalismo docente se dão de duas formas: os estudos sobre sindicalismo docente da educação básica e os estudos da educação superior.

No Brasil, quando tratamos da questão dos trabalhadores em educação vamos encontrar uma subdivisão que abrange o Distrito Federal, os 26 estados brasileiros e suas divisões dos municípios. Com essa distribuição vamos encontrar uma rede federal de ensino, as redes municipais e estaduais e a cisão entre os serviços privados e públicos.

Sobre as distintas formas organizativas, vamos encontrar no bojo das organizações, a forma associativa ou sindical, dimensões que podem abranger o conjunto de trabalhadores em educação, ou apenas ao conjunto de professores e, no que diz respeito à dimensão política dessas instituições as entidades estão ligadas a estrutura sindical; mas também pode haver instituições que construíram uma oposição mantendo ligações entre as entidades e o Estado.

Com essas formas organizativas temos sindicatos vinculados a centrais sindicais ou confederações. Quando analisamos as lutas dos trabalhadores em educação não encontramos muitas vezes lutas compartilhadas, devido à imensidade geográfica brasileira.

Quando pensamos sobre as pesquisas em sindicalismo dos trabalhadores em educação, vamos encontrar um campo de prevalência maior sobre esses estudos, em determinadas regiões do país e, dessa maneira alguns autores por acharem quase mínima essa produção acadêmica diz que:

É possível afirmar que os estudos sobre a temática do sindicalismo docente possuem expressividade na produção acadêmica, no entanto, estão majoritariamente localizados nas regiões Sudeste e Sul do país. A região Sul fica em segundo lugar no número de pesquisas, ao que tudo indica esta e o Sudeste foram os estados que tiveram mais greves, ao final da década de 1970. A região Norte quase não possui pesquisas acerca da temática (MIRANDA, 2011, p. 37).

Miranda constata uma fragmentação dos estudos de sindicalismo e associativismo docente e mostra as dificuldades do pesquisador em formar um arcabouço teórico sobre essa temática e, também percebemos essa escassez quando analisamos os dados qualitativos nos estudos de Almeida e Ferreira Jr., “As Pesquisas Sobre o Associativismo Docente no Brasil: o que dizem as produções acadêmicas nacionais?”, os autores, trazem alguns aspectos que marcaram a abordagem nacional, sobre esses estudos, ora com aspectos associativista, ora sindicalistas, ao qual dizem que:

Uma incursão pela produção acadêmica sobre o movimento dos professores das escolas públicas indica que sua trajetória, até o momento, é marcada por duas faces, a saber, o associativismo e o sindicalismo. A primeira corresponderia o período que abrange a metade do século XIX a meados da década de 1970, fase que engloba a criação das associações docentes, mas também o surgimento dos primeiros sindicatos dos professores ligados às instituições particulares de ensino, nos moldes da estrutura sindical instituída na era Vargas (1930-1945). A fase do sindicalismo, por sua vez, refere-se ao momento de eclosão das greves dos professores das escolas de 1º e 2º graus, em diversos estados brasileiros, sob a influência do Novo Sindicalismo que, dentre outros aspectos representou a consternação da estrutura sindical montada na era Vargas (ALMEIDA & FERREIRA JR. 2015, p. 78).

Podemos observar pelos indicativos apresentados pelos autores, uma maior produção em algumas Regiões do Brasil e, com prioridade para o período do sindicalismo e, para as pesquisas voltadas ao setor público educacional. Ainda, segundo os estudos de Almeida e Ferreira Junior, em suas pesquisas puderam concluir segundo os estudos de Vianna 2009, “Os nós do Nós: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo” mostra um registro de 54 trabalhos entre teses e doutorados, todos voltados para o período do sindicalismo, e os mesmos dizem que esses trabalhos podem ser analisados de acordo com cada temática e com o contexto regional. Dentre 109 estudos, 55 desses trabalhos, estão concentrados na Região Sudeste do Brasil.

Essa fragmentação nos dificulta no mapeamento dessas pesquisas, geram uma quantidade de publicações quase irrisória e a dificuldade de acesso a esses materiais. Porém, a partir de 2009, vamos encontrar muitos autores preocupados com a temática e a valorização dos estudos sobre associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação. Algo que podemos comprovar com a pesquisa de Julian Gindin, “Os estudos sobre sindicalismo docente na América Latina e no Brasil” (2009), como também com alguns autores afirmar que,

Não obstante a prevalência das pesquisas com foco no sindicalismo, a partir de 2009, evidencia-se maior interesse em torno do tema do associativismo, com o aparecimento de novos estudos, entre teses e dissertações. Um levantamento atualizado indicou um total de 115 trabalhos (91 dissertações e 24 teses). No que se refere aos textos produzidos em 2009 e outubro de 2014, das 21 pesquisas (17 dissertações e 4 teses), 4 abordaram a fase do associativismo docente como objeto central de estudo, [...]. Convém ressaltar, o surgimento da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (REDE ASTE) (ALMEIDA & FERREIRA JR. 2015, p. 80).

Por meio desses números quantitativos encontramos algumas lacunas, que precisam ser investigadas, como por exemplo, o interesse das pesquisas se concentrarem mais na fase do sindicalismo e não do associativismo? Por que determinadas Regiões apresentam um número maior dessas pesquisas? Por que os trabalhos sobre associativismo e sindicalismo no setor privado da educação são irrisórios? Percebemos essa peculiaridade quanto ao nosso objeto de pesquisa, o Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO), não

encontramos nenhuma pesquisa sobre essa entidade, muito menos sobre os trabalhadores em educação osasquense.

A tese de Ferreira Jr., “Sindicalismo e Proletarização: a saga dos professores brasileiros (1998)”, nos permitiu o conhecimento da primeira experiência de constituição de uma organização docente da educação básica do país. O autor faz uma análise da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), no período histórico de (1964-1985), fazendo uma leitura do envolvimento dos trabalhadores em educação dessa época de modo orgânico e de vanguarda, trazendo também contribuições acerca da organização desses trabalhadores em educação e suas participações no movimento de esquerda e o enfrentamento a ditadura militar no Brasil.

A primeira experiência de caráter nacional construída foi a de professores da Educação Básica, em 1960, a qual foi fundada nessa mesma década em Recife a Confederação dos Professores Primário do Brasil (CPPB). Também temos o registro de que já na década anterior havia ocorrido o primeiro congresso, na data de 1953, no Estado da Bahia, ao qual resultou na fundação da CPPB¹.

A Confederação dos Professores Primários do Brasil, (CPPB), a mais importante entidade docente da época, tinha caráter mais associativista e recreativo do que propriamente sindical, e inicialmente apoiou o regime militar (FERREIRA JR. & BITTAR, 2006, p. 78).

A confederação entra em desacordo com o regime militar, a categoria coloca-se em oposição ao modelo econômico implantado pelo Golpe de 1964. Posteriormente, na década de 1970, já transformada em Confederação dos Professores do Brasil (CPB), destacam-se nas lutas pelas liberdades políticas, econômicas e sociais, as questões reivindicativas da classe dos trabalhadores em educação começam a ganhar espaço nos congressos da entidade nacional. Todos esses acontecimentos respaldam principalmente na escola pública.

¹ Os responsáveis pelo movimento inicial o Centro do Professorado Paulista, e também a União dos Professores Primários do Rio de Janeiro, a Associação dos Professores Primários de Minas Gerais, o Centro dos Professores Primários do Rio Grande do Sul, a União dos Professores Primários do Estado da Guanabara, a União do Magistério dos Professores Primário Acreano, Sociedade Unificadora dos Professores Primários da Bahia, Associação dos Professores Primários de Goiás, a Associação dos Professores Primário do Amapá, o Centro de Estudos e Recreação do Magistério do Ceará e o Centro dos Professores Primários de Pernambuco.

Assim desde massivas greves do final da década de 1970 com a participação da Confederação dos Professores do Brasil, até a constituição do Fórum Permanente de Valorização do Magistério da Educação Básica e da Qualidade de Ensino proposto entre outras entidades, pela Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação, durante o governo do presidente Itamar Franco, ficava estabelecida uma contradição de um lado, a categoria dos professores públicos estaduais lutando por mudanças estruturais da sociedade e, do outro, os parcos corolários sociais desta mesma luta presentes no cotidiano da escola pública (CNTE) (Idem, p. 79).

Mesmo transformando-se em Confederação dos Professores do Brasil (CPB), em 1973, a entidade enfrentava grandes limitações políticas e organizativas, como destacado Ferreira Júnior:

Com um contingente de apenas 75.783 filiados, nunca uma categoria social composta de 1.205.771 membros, a entidade nacional dos professores brasileiros revelava toda a sua fragilidade organizativa para viabilizar as demandas reivindicativas (1998, p. 70).

A trajetória desta entidade é marcada por lutas internas, enfrentaram muitas críticas de setores do movimento docente. Muitos defendiam a ruptura com a CPB, devido ao seu regime da política colaboracionismo, queria uma instituição que lutasse hegemonicamente na luta sindical nacional, dessa maneira, batalhas antagônicas se manifestava na luta por uma nova entidade nacional e, outras, que defendiam a redemocratização da Confederação dos Professores do Brasil.

Neste intento da busca pela democratização, Ferreira Jr. em sua tese, “A saga dos professores brasileiros”, apresenta o segundo o Relatório do 1º encontro da Comissão Organizadora do Encontro Nacional de Professores (ENP), no qual é divulgada a participação de 13 entidades de estados brasileiros. Momento em que estavam presentes os professores, oposições e sindicatos e, o resultado é a vitória das forças políticas que defendiam a democratização da CPB (FERREIRA JR. 1998).

Também, a partir de 1973, vamos encontrar mudanças na APESNOESP, passa por modificações e recebeu uma nova denominação: Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) e no Rio de Janeiro surgia o Centro Estadual de Professores. No contexto das universidades, ampliavam-se as Associações de Docentes do Ensino Superior, no privado e também nas instituições públicas. “A propósito, outras formas

de organização levadas a diante, sobretudo, por docentes do ensino superior, embora não sindicais, estimulavam de alguma forma, a ascensão do sindicalismo docente” (RÊSES, 2008, p. 101).

No que diz respeito aos trabalhadores do ensino superior a partir de 1980 cogitava-se a necessidade de uma entidade que os representassem a nível nacional, assim uniram várias Associações Docentes existentes nas universidades e formaram uma organização nacional, criando a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES – SN), passando a ser a entidade representativa dos professores universitários do Brasil.

Ainda, em meados da década de 1970, foram fundadas as seguintes instituições: Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP) e Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (APUFSC). A primeira tinha como antecedentes a Associação de Auxiliares de Ensino, do ano de 1956, e a Associação Paulista de Professores do Ensino Superior, que representava todos os professores universitários de São Paulo. Quanto a ADUSP, teve um importante papel na colaboração para a construção de outras Associações Docentes (ADs) de São Paulo, dentre ela, com participação na criação da Associação dos Professores da Pontifica Universidade Católica (APROPUC) e Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista (ADUNESP), essas universidades nascem de ações reivindicatórias e contra a ditadura.

Os anos de 1977 foram marcados com a fundações das seguintes associações: Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas (ADUNICAMP), Associação dos Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba (ADUNIMEP). Tivemos ainda a fundação de outras associações, no ano de 1978, a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Brasília (ADUnB), em 1979, a Associação dos Docentes da Universidade de Uberlândia (ADUFU).

De certo, não conseguimos retratar aqui todas as associações fundadas, porém nos servem para repensar as necessidades que a categoria de trabalhadores em educação almejava nesse período histórico. As greves, os enfrentamentos dos trabalhadores contra a ditadura militar e sua política econômica fizeram com que esses se organizassem associativamente e sindicalmente, a fim de combater um regime repressivo. Nesse contexto os professores universitários e da educação básica estavam envolvidos em prol dos mesmos objetivos,

construir uma unidade sindical que os pudessem representa-los enquanto categoria, “e o primeiro encontro das Associações Docentes (ADs), ocorrido em São Paulo no ano de 1979, contou com mais de 24 Associações Docentes, 3 comissões Pró ADs, associava a democratização da universidade à democratização da Sociedade” (MIRANDA, 2008, p.44).

A década de 1980 iniciava-se com uma nova conjuntura para o sindicalismo brasileiro, concepções de um velho sindicalismo perdia força e a novo modelo sindical almejava a um Novo Sindicalismo, que mesmo com bases do sindicalismo operário não se limitou apenas a essa categoria, abrangendo assim, segundo Rêses em sua tese: “De Vocação Para Profissão: organização sindical docente e identidade social do professor”, diz que:

Ele nasce como um sindicalismo de massas, onde os líderes – diferentes das cúpulas burocráticas – não substituem *os trabalhadores em movimento*. São estes que têm um papel ativo a definição dos rumos a serem seguidos pelos sindicatos (RÊSES, 2008, p. 57, grifos do autor).

Neste momento histórico os grupos minoritários que eram compostos pelas correntes do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) e trotskistas, enunciavam um novo modelo de uma concepção sindical que questionava o vigente de práticas atrelada ao Estado. “As divergências no interior do movimento chegaram ao longo do ano de 1981, a se materializar na fundação de uma nova entidade, a União Nacional dos Trabalhadores em Educação, (UNATE)” (MIRANDA, 2011, p. 40).

Todos esses acontecimentos reconfiguravam-se em um ambiente de redemocratização política brasileira, e no esgotamento da ditadura militar e a esquerda tradicional que tentava almejar a legalidade política, opunha-se ao Novo Sindicalismo, novas ideias surgem e entra em discussão a criação de uma central sindical, mas com o acirramento das divergências de opiniões foram criadas duas organizações.

Os novos sindicalistas do Bloco Autêntico (sindicalistas independentes, esquerdistas e sindicalistas oriundos das oposições sindicais) fundaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e *os antigos sindicalistas* do Bloco da União Sindical (PCB, MR-8 e PC do B), aliando-se com a burocracia sindical do Movimento do Trabalho, criaram a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (LEITE, 1996. Apud RÊSES, 2008, p. 58. Grifos do autor).

Na evolução desses episódios um novo quadro sindical se forma, com seus colaboradores, os militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e uma significativa participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e aderem-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Neste contexto vamos encontrar a organização de movimentos dos trabalhadores em educação em todo o país. Ao centro entre as duas (CGTs) Central Geral dos Trabalhadores, ficou a burocracia tradicional sindical, e a direita, o ex- militante do PCB, Luís Antônio de Medeiros que recebeu o apoio do empresariado e também do governo, o Presidente Fernando Collor de Mello, em 1991 fundou uma nova Central, a Força Sindical (RÊSES, 2008).

Foi nesse quadro de tensas forças políticas e sindicais que surgiu o chamado “novo sindicalismo”, que teve como principal porta voz a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Esta entidade haveria de se constituir a principal central sindical, se tornando em polo de aglutinação dos movimentos reivindicativos dos professores, como também, do conjunto da classe trabalhadora, com isso se constituindo a principal Central sindical no Brasil ao longo do século XX.

CAPÍTULO III

O SINDICATO DOS PROFESSORES DE OSASCO E REGIÃO (SINPROSASCO)

Neste capítulo trouxemos alguns aspectos que julgamos fundamentais e, que objetivaram a fundação do Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO). Em primeiro lugar, abordaremos os aspectos organizativos e reivindicatórios da categoria dos trabalhadores em educação, nas décadas de 1980 e 1990. No que tange ao Sinpro-Osasco, destacaremos a formação da associação, chegando a criação do sindicato, buscando através da memória dos seus criadores contextualizar a necessidade de criação de uma entidade que pudesse representar os trabalhadores em educação, mais especificamente os professores de Osasco e região, contando suas experiências e vivências, na tradição dos movimentos sociais e, na ampliação das lutas no setor educacional privado osasquense e paulista.

III.1 Da associação a fundação do sindicato: nasce o SINPROSASCO

A Necessidade do Sindicato

Mas quem é o sindicato?

Ele fica sentado em sua casa com o telefone?

Seus pensamentos são secretos, suas decisões desconhecidas?

Quem é ele?

Você, eu, vocês, nós todos.

Ele veste a sua roupa, companheiro, e pensa com a sua cabeça.

Onde more é a casa dele, e quando você é atacado, ele luta.

Mostre-nos o caminho que devemos seguir e, nós seguiremos com você.

Mas não siga sem nós o caminho correto.

Ele é sem nós o mais errado.

Não se afaste de nós.

Podemos errar e você ter razão, portanto não se afaste de nós!

Que o caminho curto é melhor do que o longo, ninguém nega.

*Mas quando alguém o conhece e não é capaz de mostrá-lo a nós,
de que serve a sua sabedoria?*

*Seja sábio conosco!
Não se afaste de nós!*

(Bertold Brecht)

A Associação Profissional dos Professores de Osasco nasceu em 1985 e, em 13 de novembro de 1986, o Sindicato ganha sua Carta Sindical e a denominação de Sindicato dos Professores de Osasco, como sindicato representativo da Categoria Profissional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino. A instituição teve o seu Registro de Entidade Sindical em 07 de março de 1990, para representar a base territorial de Osasco, Cotia, Carapicuíba e Barueri.

Em 20 de junho de 2001, a instituição ganhou o registro de alteração estatutária, do Sindicato dos Professores de Osasco e Região- SINPROSASCO, representante da categoria Profissional dos Professores, Orientadores Educacionais, Supervisores de Ensino de Todos os Níveis Profissionalizante do Sesi (Serviço Social Indústria), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESC (Serviço Social do Comércio); abrangendo todos e qualquer docente empregado em empresa privada que desenvolva atividade de ensino em qualquer natureza, abrangendo em sua base territorial nos municípios de Barueri, Carapicuíba, Cotia e Osasco.

O SINPROSASCO no momento de sua criação tinha pelo menos 22% de filiados dos professores do ensino particular de Osasco, número esse que abarcava, então, em sua maioria o conhecido ensino primário e colegial.

Idealizado pelos professores, Marcos Müller, Divalte Garcia, Maria José Favarão (Mazé), Antônio Osmar Orlandini e Rubens Aparecido dos Santos, nos parecem especificar que, diferentemente, das entidades de professores que atuam na esfera pública, normalmente acolhendo as reivindicações e procurando representá-los com base no grau de ensino que exercem, no âmbito do sindicalismo docente privado os sinpros defendem os professores que atuam nos diferentes graus. A criação do Sinpro-Osasco teve uma influência direta dos processos organizativos associativistas e sindicais que, se operaram em torno do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), chegando a dividir o mesmo espaço.

A professora Mazé assumiu o mandato de vereadora pela cidade de Osasco em 2001 e em 2006 foi nomeada Secretária de Educação nessa mesma cidade. No ano de fundação da Associação em 1985, atuava como professora no Instituto Tecnológico de Osasco (ITO), atualmente Fundação Instituto Tecnológico de Osasco (FITO) e conciliava seu trabalho na instituição privada com o cargo de professora na Rede Estadual de Ensino e, Divalti Garcia lecionava no colégio Leonardo Da Vinci e na FITO.

Os professores Marcos Müller e Osmar Orlandini trabalhavam no colégio Nossa Senhora dos Remédios na cidade de Osasco e, por fim, o professor Rubens Aparecido dos Santos (Rubão), atuava como professor no colégio Abdala Lince nessa mesma cidade.

O atual presidente do Sinpro é o professor Onassis da Silva Xavier, que teve seu ingresso na instituição em 1992. Neste período o professor Onassis já trabalhava na rede Sesi de ensino, atuando como professor desde março de 1991 e, desde a sua chegada ao SINPROSASCO tem feito parte das diretorias sequenciais do sindicato.

Uma das características, presentes entre esses professores que criaram o SINPROSASCO e, que passaram por sua diretoria está na atuação de um determinado nível de ensino, o Colegial, atual Ensino Médio.

Nós, tínhamos desde 1ª a 4ª, 5ª a 8ª e Colegial. A maior parte dos dirigentes ministravam aulas no Colegial. Em Osasco nós tivemos uma grande dirigente, que era professora de 1ª a 4ª série, só uma, que se projetou como dirigente, depois vieram outras, mais que não está mais na categoria há algum tempo, mais é do ensino médio, que seria o Colegial (FAVARÃO, ANEXOS A, 2016, p. XVII).

Os professores que entrevistamos tinham muita confiança, firmeza e clareza política, sobre a necessidade de naquele momento histórico criar e organizar uma instituição, que fosse capaz, não apenas no âmbito das questões corporativas e específicas da rede privada de ensino osasquense, mas que também, os inserissem no processo de mudanças e reorganização da estrutura, política, sindical e educacional que estava em curso naqueles dias.

Em entrevista com Maria José Favarão (Mazé), a mesma comentou sobre este momento de decisão de se fundar o Sindicato de Osasco (SINPRO).

Então, vamos dizer assim os fundadores, os primórdios, eu, o Marcos Muller, o Rubão, o Orlandini e também o Divalti, embora o Divalti que se colocou uma missão que era construir o sindicato, depois disso ele falou:

“agora é com vocês”, mas sempre esteve junto. Nós viemos de movimentos outros, em fim da luta contra a ditadura, da década de 70 de uma forma ou de outra, nós havíamos participado, um mais na igreja, outro na universidade tá, no movimento estudantil, [...] (FAVARÃO, ANEXOS A, 2016, p. V).

Também falou, que um dos principais anseios de se fundar um sindicato era a busca pela legalização dos direitos trabalhistas.

A grande bandeira é: se você tem um trabalho sistemático, frequente, que é o trabalho fim, que é o trabalho fim na educação, a atividade fim, você tem que ter o registro, tem que estar registrado na carteira de trabalho e, a Previdência Social, você tem que ter o registro. Então o que me motivou foi o reconhecimento da carteira, através do seu registro, não apenas a mim, mas, a todos os companheiros da época (FAVARÃO, 2016 ANEXOS A, p. II).

Com uma instituição que representasse a categoria de professores tornariam-se mais fortes para lutar contra os abusos e a escassez de fiscalização, no que diz respeito, aos registros e direitos trabalhistas, muitas vezes negligenciados pelo empregador.

Nesse instante da história da instituição, a mesma enfrentava uma importante luta, que tinha como objetivo questionar os mantenedores do Instituto Tecnológico de Osasco (ITO), esta instituição de ensino não estava efetivando os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dos professores.

[...] a FITO sem sombra de dúvida sempre foi uma dificuldade que nós enfrentamos, passadas aí várias administrações aí de vários prefeitos, vários gestores, a instituição com a questão do fundo de garantia continua com um grande problema, o respeito à convenção nem sempre se dá com deveria, em fim eu acho que isso continua sendo um problema e já perdemos várias batalhas, mas não perdemos a guerra. [...] (MÜLLER, ANEXO B, 2015, p. LXXI, LXXII).

O professor Marcos Müller, quando se lembrou das lutas mais difíceis que a entidade já enfrentou, citou este momento como um de grande dificuldade, que era a falta de respeito dos patrões à convenção coletiva e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Desde o surgimento do Sindicato SINRPOSASCO a instituição preconizava representar os trabalhadores em educação, todo e qualquer docente que desenvolvesse atividade de ensino no

setor privado, das Instituições de Ensino Superior (IES) e das Instituições vinculadas ao ensino infantil, fundamental e médio, da cidade de Osasco, Cotia, Carapicuíba e Barueri.

Com base no seu estatuto, são prerrogativas e deveres do SINPROSASCO:

art. 3º - São prerrogativas e deveres do sindicato;

I. Representar e defender, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria profissional;

II. Promover e participar de negociações coletivas, celebrar convenções e contratos coletivos de trabalho e ajuizar dissídios coletivos e ações de cumprimento, com o conhecimento e referendada pela Diretoria Colegiada;

III. Eleger ou designar os representantes da respectiva categoria profissional diferenciada;

IV. Colaborar como órgão técnico e consultivo no estudo e solução dos problemas atinentes à categoria profissional e aos trabalhadores de modo geral;

V. Estabelecer contribuições a todos àqueles que participam da categoria profissional representada, de acordo com as decisões tomadas em Assembleia Geral;

VI. Manter relações com as demais categorias profissionais para concretização da solidariedade social e da defesa dos interesses dos trabalhadores;

VII. Lutar pela defesa das liberdades individuais e coletivas, pelo respeito à justiça social e pelos direitos fundamentais do homem;

VIII. Construir serviços para a promoção de atividades culturais, educacionais, profissionais, recreativas, de formação continuada e de comunicação entre outros serviços, para seus associados.

IX. Colaborar com órgãos públicos visando à consecução dos interesses dos trabalhadores nas atribuições de fiscalização em defesa dos direitos dos trabalhadores, e de regulamentação da categoria profissional de ensino.

X. Estimular a organização da categoria por local de trabalho;

XI. Manter os serviços de assistência jurídica a todos os membros da categoria, sendo gratuita aos associados com, pelo menos, 12 meses de contribuição;

XII. Promover assistência social à categoria por intermédio de convênios, conforme o interesse dos associados e a disponibilidade financeira da Entidade. (ESTATUTO SINPROSASCO, 2015, p. 01).

Dentre as formas organizativas do Sinpro estavam presentes as assembleias, congressos e convenções coletivas, esta última acontece a cada dois anos com participação dos profissionais de educação infantil, ensino fundamental e médio, curso técnico, superior, profissionalizante e pré-vestibular; abrangendo a categoria econômica dos estabelecimentos particulares de ensino superior no Estado de São Paulo e a categoria profissional designada como professor com fins de reivindicar as principais questões trabalhistas, como salário e plano de carreira.

As entidades participantes dos congressos, assembleias e convenções conforme os registros que obtivemos são os, Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO), Federação dos Professores do Estado de São Paulo (FEPESP), Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino Básico de Osasco e Região (SINEPE Osasco), Federação dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (FEEESP).

Um dos temas que ganha grande destaque no âmbito do Direito Coletivo do Trabalho brasileiro é a adequação de nosso ordenamento à convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), responsável por dispor a respeito da liberdade sindical, data de 9 de julho de 1948². O documento aborda dentre outras questões, uma nova ordem global que pede a transparência, democracia e equilíbrio nas relações econômicas e profissionais, com novas demandas de diálogo social, com flexibilização na dinâmica das relações de trabalho.

Embora o Brasil tenha participado da Sessão da Conferência Geral dos Membros da OIT de 1948 e se posicionado favoravelmente à aprovação da Convenção nº 87, o Poder Executivo brasileiro não a ratificou³ durante o trâmite do Projeto do Decreto Legislativo

² Convention Concerning Freedom of Association and Protection of the Right to Organise (No. 87), July 9, 1948, 68 UNTS 17. Convenção n.º 87. (Convenção Sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical). Texto em português disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/liberdade-sindical-e-proteção-ao-direito-de-sindicalização>>.

³ A Convenção nº 87 da OIT, todavia, ainda não foi ratificada e promulgada pelo Brasil. E os principais entraves para a sua ratificação são: a) a manutenção do sistema confederativo com os sindicatos, federações e confederações e sua organização por categorias; b) a contribuição sindical obrigatória; c) e a unicidade sindical

58/84. Sob essa questão o ensaio dos professores, os professores Maristela Basso e Fabrício Polido elencam alguns motivos que podem justificar a negativa do Brasil em dar andamento à ratificação, são eles: incompatibilidade entre a proposta de liberdade sindical feita pela Convenção nº 87 da OIT e os regimes constitucionais previstos nas Cartas de 1946 e 1967⁴; incompatibilidade entre a Convenção nº 87 e a cobrança da Contribuição Sindical Compulsória confirmada pela Carta de 1967; A possibilidade de que a ratificação gerasse mudanças radicais e inoportunas ao nosso ordenamento legal naquele momento histórico. (BASSO & POLIDO, 2012)

A Convenção de nº 98, a Convenção 87 da OIT buscava assegurar a efetividade dos postulados de liberdade de associação sindical e do direito à sindicalização, o que em uma análise simplificada, significa a viabilização de tentar garantir aos trabalhadores a possibilidade de constituir ou formar suas próprias agremiações sindicais, em consonância com seus interesses e seus juízos de conveniência e oportunidade.

No Brasil, as negociações coletivas de trabalho são feitas entre os empregadores; individualmente ou por meio de seus sindicatos; e trabalhadores sob a representação sindical, salvo algumas exceções. Assim sendo, torna-se claro que as associações e agremiações sindicais são essenciais não apenas na esfera das dinâmicas negociais, mas também, são instrumentos utilizados pelo Estado na regulação de seus agentes.

Sobre as convenções coletivas, o professor Marcos Müller se lembrou da primeira assinada pela instituição e, também por outras entidades sindicais.

Então já em 87 a gente passou a negociar e as negociações em nossa base ela se dá em nível estadual, então, era o Sinpro São Paulo, o Sinpro ABC, o Sinpro-Osasco, Sinpro-Campinas, Sinpro-Santos, a FETEE, e logo nós, organizamos uma outra federação chamada FEPEESP que você vai ouvir

com a autodeterminação das bases territoriais, e vedação da criação de mais de uma associação sindical, em qualquer nível, representativa de certa categoria em uma mesma base territorial.

⁴De forma sintetizada, em se tratando de liberdade sindical, não houve alterações com as Constituições de 1946 e 1967. A respeito da influência da fase intervencionista do direito sindical brasileiro, fortemente presente na consolidação das Leis do Trabalho de 1943, entre as quais o sistema único de sindicato que veda a existência na mesma base territorial de mais de um sindicato da mesma categoria. Outra figura herdada é a contribuição sindical compulsória sobre os salários de todos os membros da categoria, associado ou não. Ver: NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho. 26. ed. – São Paulo: Saraiva, 2011. p. 1273.

falar bastante, que era, já que a FETEE fazia o jogo patronal, e a gente queria uma outra federação que era possível, já que a FETEE lidava muito com trabalhadores em estabelecimentos de ensino e nós não podíamos representar os trabalhadores em estabelecimentos de ensino, só os professores, já os inspetores, secretários, todos esses continuavam sendo representados pela FETEE, então daquilo que eu tenho lembrança, primeira convenção que nós assinamos juntamente com outros sindicatos foi em 87, e o sindicato patronal representado pelo SIEESP na época presidido pelo Camargo, José Aurélio de Camargo (MÜLLER, ANEXO B, 2015, p. LXVI).

Desde a associação, o sindicato já nasceu com a pretensão de representatividade regional e, preza como característica desde a sua gênese a participação dos movimentos sociais e políticos partidários.

Mazé, fundadora e primeira presidente do Sinpro-Osasco falou sobre algumas participações do sindicato.

Sim! Ele nasceu com a representação regional, ele nasceu. E participávamos e também da CUT, então os congressos da CUT todos eles nós participamos, fazíamos as assembleias, as assembleias não eram concorridas, não eram, mas sempre atendíamos ao mínimo exigido para poder eleger o delegado, tínhamos direito a um delegado, dois, três, tal, tínhamos, nunca compusemos a direção, nunca compusemos a direção da Central e a época logo no comecinho não havia ainda sub sede da Central como hoje há em Osasco, então nós também disputamos estar na sub sede, nós sempre tivemos. O Sinpro com certeza no período em que eu era mais ativa sempre esteve envolvido nos movimentos políticos e sindicais mais amplos, partidários aí cada um tinha o seu partido, embora a retomada de tudo isso passasse muito perto do Partido dos Trabalhadores, muito perto (FAVARÃO, ANEXOS A, 2016. p. XI).

Favarão nos contou que neste período de criação do SINPROSASCO existia a preocupação de consolidar uma instituição com ações participativas em congressos e assembleias, que mesmo não sendo de organização da instituição procuravam representar a entidade com a participação em massa de seus representantes e que, procuravam com a atuação dos dirigentes sindicais elaborarem estratégias, ações, para dialogar com a categoria,

Na época que eu estava lá tinha o *Cafezinho Sindical*, que era assim, saía especial se não saía a cada mês e meio, dois, atualizando, informando, entramos no processo dos convênios, eramos o que tínhamos o sistema não permite muito mais que isso, então era avisos informativos sempre, fazíamos atividades né, as assembleias para eleger os delegados para a CUT, CUT Nacional, CUT Estadual, para tirar pauta de reivindicação, fazíamos algumas atividades vamos chamar assim, de confraternização, como eu sei que faz até

hoje, que eu vou a quase todas, a festa do dia dos professores, fazemos um jantar, alguma coisa, mais a época eram essas, visitas as escolas, eu ia muito à escola, adorava ir à escola (FAVARÃO, ANEXOS A, 2016, p. XIII).

O SINPROSASCO procurava diversificadas formas de lutas e, atuação política sindical, dentre elas destacavam-se os congressos educacionais, as convenções e acordos coletivos, com o compromisso de defesa intransigente da categoria e a luta por uma educação de qualidade.

Constituindo-se como um movimento importante na conquista de benefícios e garantias trabalhistas para seus representados, o Sindicato dos Professores de Osasco, vislumbrava com o seu fazer político e sindical, trazer alguma influência nas políticas educacionais adotadas pelos governantes e mantenedores das instituições privadas e confessionais de ensino, desde a educação básica ao ensino superior.

O professor Marcos Müller, disse que, umas das grandes conquistas do sindicato foi fazer a categoria docente do ensino privado reconhecer o sindicato como entidade representativa da categoria de professores e, como uma instituição que ia à luta pelos direitos dos trabalhadores em educação de Osasco e Região.

Uma entidade que vai à luta, que organiza a categoria e defende a base e, todo sindicato pequeno se você pegar numericamente, toda vez que tinha discussão política, seja na Federação ou na Confederação Nacional, a FETEE, nós estávamos presentes, sempre ouvidos e fazendo valer, cabe mesmo que não seja algo fundamental, mas muitas vezes sempre reservavam um espaço para nós, nós tínhamos uma importância, não numérica, mas, política, isso era importante (MÜLLER, ANEXO B, 2015, p. LXXI).

Além do enfrentamento político, o Sindicato também tinha a disposição de se envolver nas lutas mais gerais, participando da fundação da CUT, apoiando na greve dos metalúrgicos, exercendo a solidariedade uma parceria sem competição de hierarquia, tradicionalmente instituídos no mundo do trabalho. “O Sinpro era um sindicato internacional, tinha essa disposição, sempre se posicionou por lutas de todos os agrupamentos que estavam passando por enfrentamento [...]” (SANTOS, ANEXOS A, 2016, p.XLII).

III. 2 O SINPROSASCO em tempos de transição política

Que As Crianças Cantem Livres

*O tempo passa e atravessa as avenidas
E o fruto cresce, pesa e enverga o velho pé
E o vento forte quebra as telhas e vidraças
E o livro sábio deixa em branco o que não é*

*Pode não ser essa mulher o que te falta
Pode não ser esse calor o que faz mal
Pode não ser essa gravata o que sufoca
Ou essa falta de dinheiro que é fatal*

*Vê como um fogo brando funde um ferro duro
Vê como o asfalto é teu jardim se você crê
Que há sol nascente avermelhando o céu escuro
Chamando os homens pro seu tempo de viver*

*E que as crianças cantem livres sobre os muros
E ensinem sonho ao que não pode amar sem dor
E que o passado abra os presentes pro futuro
Que não dormiu e preparou o amanhecer..*

(Taiguara)

A trajetória do SINPROSASCO não é linear, uma vez que, a sua criação ocorreu concomitantemente, ao processo de redemocratização do país, a eleição de sucessivos governos imbuídos de perspectivas neoliberais favoráveis à transformação da educação em mercadoria, o que haveria de trazer grandes dificuldades para aqueles atuam no mundo do trabalho educacional do setor privado.

A década de 1980 foi um momento histórico considerado como divisor de águas no ordenamento político nacional. Período no qual se verificou, na esfera política e social, o esgotamento da ditadura civil-militar, o processo de transição democrática e a reforma constitucional, envoltos pela mobilização popular, a assunção das políticas neoliberais, centradas na diminuição da atividade governamental na esfera econômica e social. Concomitantemente, tivemos a vitória da aliança oposicionista fortemente impulsionada pelo ideário reformista social; e, no que tange ao campo da educação, toda essa época histórica assistiu a uma grande expansão do ensino privado no país, movimento esse que oportunizou a precarização os serviços em educação e o arrocho salarial da categoria, fazendo com que novos sindicatos surgissem em defesa dos direitos da categoria.

Dal Rosso, pesquisador dessa temática, em seu artigo “Contribuições para a teoria do sindicalismo no setor da educação ” diz que, “[...] o docente é um agente de transformação. O mesmo conceito aplica-se para o sindicato” (DAL ROSSO, 2011, p. 25). O autor mostra o profissional de educação como agente transformador da sociedade e a força que o sindicalismo docente tem em mobilizar ações que contribuem para conquistas dessa categoria.

Os estudiosos da história política e social brasileira, em sua maioria identifica o crescimento de associações e sindicatos ao período da redemocratização brasileira, em que saímos de um período de ditadura militar, marcada por repressão, por cassação de direitos, arrocho salarial e prisões das lideranças que atuavam ou possuíam atrelamento ao movimento sindical.

A pesquisa “Associativismo docente no Brasil: Configurações e estratégias de legitimação do final do século XIX à década de 1970 ”, os autores discorreram sobre os movimentos docentes no final da década de 1970 e dizem que,

Esse processo é entendido, portanto, como tarefa coletiva na qual diversos agentes se engajam, motivados por visões contrastantes acerca da docência, a fim de interferir nas tentativas de delimitar o espaço de atuação dos professores e de estabelecer, assim, as práticas e os valores que deveriam caracterizar a sua atuação (VICENTINI & LUGLI, 2011, p. 172).

O aumento do número de assalariados, na metade da década de 1970, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, fizeram com que generalizassem lutas, principalmente por reivindicações de salário e por melhores condições de trabalho. Centenas de greves tinham as mesmas características de reivindicações, buscavam a autonomia e liberdade sindical, além da principal pauta, que era o arrocho salarial, e a vanguarda desse processo encontrava-se em São Paulo, por mobilizar as principais economias do país, como as indústrias em variados seguimentos, dentre elas, as empresas automobilísticas, e o setor educacional.

Ampos contingentes, daqueles que vieram do próprio trabalho tiveram uma importante atuação e participação nos processos políticos e, também gestação de um novo projeto sindical que, desatrelasse o Estado, os sindicatos do Estado e dos patrões e o fim do imposto sindical. Buscavam uma estrutura sindical de combate, de luta e de classe, rompendo com o velho sindicalismo e dando-se início a construção de um novo sindicalismo.

Para compreendermos melhor a importância que a cidade de Osasco possui na história dos movimentos sindicais, retornaremos ao ano de 1968, quando importantes movimentos grevistas aconteceram nas fábricas de Osasco.

Carlos Bauer, em seu artigo, “Brasil, 1968: estudantes, operários e guerrilheiros escreveram a história a contrapelo”, faz uma análise sobre esse momento histórico e diz:

Diante das circunstâncias impostas pela repressão deflagrada pela ditadura militar, o trabalho político acabou sendo realizado silenciosa e cotidianamente no interior das fábricas e a implantação dessa perspectiva trouxe consigo elementos de “basismo” e autonomia operária, sendo fundamental para o estabelecimento dos alicerces e a expansão do chamado “novo sindicalismo” que começou a se apresentar a partir de 1977 (BAUER, 2010, p. 18, grifos do autor)

O autor neste ensaio descreve alguns acontecimentos grevistas que se produziram no Brasil a partir de 1968, dentre eles, as greves de Contagem e Osasco e, as repercussões políticas e sociais que marcaram a sociedade brasileira, como, que o movimento sindical buscava maior autonomia, formavam uniões sindicais independentes, no auge das reivindicações operárias, da educação e também estudantis.

Identifica-se a participação dos sindicatos na atuação e vida política nacional, que ainda neste período não possuía um sindicalismo independente e desatrelado do Estado. Neste momento os sindicatos procuravam a participação das massas e das reivindicações coletivas como instrumentos necessários aos trabalhadores.

Osasco guarda participações importantes e significativas na história do movimento sindical brasileiro e paulista. Greves e protestos contra a política de contenção e das liberdades democráticas emergiram nos finais da década de 1960, inúmeras delas, motivadas pelo crescente custo de vida e, o arrocho salarial, motivos que desencadeou grandes graves, dentre elas, a de 1968, e o autor diz:

A violenta greve que irrompeu em Osasco no ano de 1968 pode ser compreendida como um produto da ruptura ideológica e organizativa com as concepções sindicais do populismo, pois sua origem e desenvolvimento buscavam se dar por meio de um incansável trabalho de organização molecular e de permanente politização dos setores de base que se colocavam em oposição direta à política salarial vigente do governo militar. Criticavam, também, as concepções corporativas do sindicato vertical e atrelado ao Estado, o que levou os dirigentes sindicais de Osasco, naqueles dias, a se afastarem tanto das propostas “conciliadoras” emanadas do MIA,

quanto de quaisquer perspectivas de associarem aos partidários de buscar construir uma frente democrática para combater os militares (BAUER, 2010, p. 12).

Bauer escreve sobre a participação dos operários da cidade de Osasco, que reivindicavam seus direitos através do movimento sindical intenso. Esse movimento refletiu para esta categoria de trabalhadores, uma significativa experiência política e sindical, inspirou à luta de diversos trabalhadores, congregando participações em outros setores da sociedade, como: movimentos estudantis, sociais e principalmente a categoria dos trabalhadores em educação, sobre essa última, nós vamos encontrar em 1978,

[...] a greve dos professores do Paraná, (que durou mais de um mês), a greve dos 170 mil professores da rede estadual de São Paulo (que durou mais de 24 dias e se estruturou com base em um Comando Geral de Greve), [...] (BAUER, 1994, p. 23).

A década de 1980 trouxe aspectos importantes, quanto à formação da categoria docente, incluindo seu caráter organizativo e reivindicatório, as experiências vividas pelos professores, o envolvimento direto e articulado desses trabalhadores com os movimentos operários, na luta pela democratização, generalizando por todo país um movimento de luta política e sindical que, estão nas raízes da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Marco Aurélio Santana apregoa que os anos de 1980 podem “ser considerados como um período de ressurgimento, mobilização e ascenso do movimento dos trabalhadores” (SANTANA, 2002, p. 35).

Este período também foi marcado pelas organizações e consolidação de centrais sindicais, houve um grande aumento das taxas de sindicalização e expansão dos setores médios assalariados. Emergiu uma crescente necessidade de organização destas lutas pelos sindicatos e, movimentos sociais propiciaram a construção de entidade classista, que tinham dentre seus objetivos unificar as lutas empreendidas pelo capital.

Em entrevista com a professora Mazé, quando perguntamos sobre esse momento da história do Brasil, da repressão que ainda havia por parte dos patrões com aqueles que aderiam aos movimentos reivindicativos através dos sindicatos e nesse caso, como o SINPROSASCO enfrentava essas dificuldades, Favarão disse:

Então veja, não era diferente do que a gente está vivenciando atualmente. Vamos estabelecer a repressão que existia nas escolas não eram uma repressão tão marcada como sendo uma repressão política, partidária, não é isso, digamos assim, então era um controle, você tem um emprego, bom então é nas condições que eu dou, são essas as condições que eu estou dando, não é o piso, não é o salário mínimo, não é o registro, não são os direitos, porque é isso, ou é isso ou você não será empregado. E isso não é uma questão menor, como não é hoje ainda, não é uma questão menor para o aspecto organizacional. Foi no mesmo período em que a própria APEOESP, da rede estadual retoma suas grandes mobilizações, não é, retoma o próprio Sindicato alguns anos antes com eleições com um diferenciado. Na APEOESP, a estrutura da APEOESP, o estatuto da APEOESP e a natureza de um serviço público permitia a entrada de dirigentes da APEOESP nas escolas, a Rede Privada não tem esse privilégio, quer dizer é uma conquista, é uma conquista mais pela sua especificidade é um privilégio, nós não tínhamos essa conquista, não temos até hoje. Então há dificuldade do debate, de entrar na escola, de conversar sobre os direitos, nós nunca nos referenciamos nas questões pedagógicas naquele momento, era assim, você trabalha, tem registro? Não, não tenho, então temos que fazer o registro. Você trabalha, trabalha, recebe no mínimo um salário mínimo, se não recebe tem que receber. Eu me lembro de uma luta que nós tivemos de uma escola em cotia que queria descontar segunda, terça e quarta-feira de carnaval, queria descontar, porque não trabalhava bom, não trabalhava porque o Brasil inteiro não trabalha está certo, bom, então se não vai trabalhar então nós não vamos pagar. Então, para você ter ideia das artimanhas de não respeitar neste caso o direito para você receber, embora naquele período você não tenha condições de estar trabalhando, então as grandes ações, as mais intensas ações e mais frequentes eram mesas redondas para o básico, registro em carteira, respeito de horário de trabalho, pagamento de hora extra (FAVARÃO, ANEXOS A, 2016, p. IV).

Essas iniciativas empreendidas pela categoria, visando possibilidades de manifestações a respeito do trabalho, procuravam interferir de diversas maneiras na organização dos sistemas de ensino, também atuavam em prol de melhores salários e reconhecimento da categoria, em que são estabelecidas as condições para o exercício da profissão. Essas iniciativas resultaram na criação de associações e sindicatos para a representação dos trabalhadores, em uma dimensão de coletividade, contribuindo para a representatividade em prol dos interesses da categoria (VINCENTINI & LUGLI, 2011).

III.3 Redemocratização e transição política no Brasil

Preso à minha classe e a algumas roupas, vou de branco pela rua cinzenta.

Melancolias, mercadorias, espreitam-me.

Devo seguir até o enjoo?

Posso, sem armas, revoltar-me?

Olhos sujos no relógio da torre:

Não, o tempo não chegou de completa justiça.

O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações e espera.

O tempo pobre, o poeta pobre

fundem-se no mesmo impasse.

Em vão me tento explicar, os muros são surdos.

Sob a pele das palavras há cifras e códigos.

O sol consola os doentes e não os renova.

As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.

Vomitam este tédio sobre a cidade.

*Quarenta anos e nenhum problema
resolvido, sequer colocado.*

Nenhuma carta escrita nem recebida.

Todos os homens voltam para casa.

Estão menos livres mas levam jornais

e soletram o mundo, sabendo que o perdem.

Crimes da terra, como perdoá-los?

Tomei parte em muitos, outros escondi.

Alguns achei belos, foram publicados.

Crimes suaves, que ajudam a viver.

Ração diária de erro, distribuída em casa.

Os ferozes padeiros do mal.

Os ferozes leiteiros do mal.

Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.

Ao menino de 1918 chamavam anarquista.

Porém meu ódio é o melhor de mim.

Com ele me salvo

e dou a poucos uma esperança mínima.

Uma flor nasceu na rua!

Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.

Uma flor ainda desbotada

ilude a polícia, rompe o asfalto.

Façam completo silêncio, paralise os negócios,

garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.

Suas pétalas não se abrem.

Seu nome não está nos livros.

É feia. Mas é realmente uma flor.

*Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.*

(Carlos Drummond de Andrade)

Como já vimos, a década de 1980 foi atravessada por diferentes tensões e manifestações políticas, econômicas e sociais. Longe de ser compreendida de forma homogeneia ou linear, esse pequeno instante da história brasileira foi crivado, por um lado, pelas expectativas com a redemocratização⁵ do país, muito marcadas com as eleições municipais, estaduais e para presidente da república que a percorreram, do começo ao fim, pela campanha das Diretas Já, pela criação de partidos políticos etc. mas, por outro lado, do ponto de vista econômico os anos de 1980, trouxeram um fortalecimento do discurso privatizante e conservador, que se convencionou chamar de neoliberalismo no campo da educação, com as políticas neoliberais e com a transformação da educação em mercadoria, as entidades que representavam a categoria sentem a necessidade de interferir no processo que convergiam às políticas educacionais, com a intencionalidade de conquistar “melhores condições para o exercício da profissão, bem como maior prestígio social” (VINCENTINI & LUGLI, 2011, p. 173).

A chamada redemocratização brasileira teve como alguns dos seus pontos nevrálgicos e marcos de identificação, o mandato do General Figueiredo, a deflagração do movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita, a mobilização operária e a reorganização sindical, ocorridos em 1979; aliás, conforme sinalizou Ricardo Antunes (1995), constituindo o chamado novo sindicalismo ou sindicalismo combativo que ressurgia, de forma impetuosa, a partir do final dos anos 1970, principalmente, entre 1977 e 1980, com as greves de metalúrgicos do ABC Paulista; o fim do bipartidarismo e a criação de inúmeros partidos políticos; o restabelecimento de eleições diretas para os governadores e para todos os senadores, pondo abaixo a figura do senador biônico. As eleições ocorreram em 1982 e foram as primeiras desde 1965.

⁵ Nos anos de 1980, o Brasil ia deixando para trás longos anos de ditadura militar (1964-1985). Nesse momento as forças atenuantes no movimento dos trabalhadores reorganizavam-se para fundarem Centrais Sindicais. Uma das mais emblemáticas Central foi a CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Dentro dessa conjuntura histórica apresentada até aqui, também foi muito importante a campanha das “Diretas Já” que, em 1984, percorreu o país de norte a sul, congregando uma gigantesca participação da população que, em todo o território nacional, exigia a volta da normalidade política.

Com a derrota desse movimento, tivemos a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney, respectivamente, para presidente e vice-presidente da República. Eles foram os primeiros mandatários civis eleitos desde a derrubada de João Goulart em 1964. Com a internação às vésperas da posse e o posterior passamento de Tancredo, Sarney chegou ao poder em 15 de março de 1985 e governou o país de forma tumultuada, com atitudes políticas intempestivas e a edição de planos econômicos mirabolantes, até 1989, quando, então, foram normalizadas as eleições gerais e o país pode voltar a eleger plenamente os seus governantes.

A história desses dias ainda merece ser lembrada, pela eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte, a promulgação de uma nova Constituição, em 1988; a eleição, em 1989, e o posterior *impeachment*, do presidente Fernando Collor; a assunção do vice Itamar Franco (1992).

É nesse contexto de lutas e reivindicações que surgiu a Associação dos Professores de Osasco, em meados da metade da década de 1980. Neste intento de reivindicar pela categoria dos trabalhadores em educação, o sindicato SINPROSASCO no momento de sua criação, almejava sua atuação, através de movimento sindical intenso, ir em busca pelos direitos da categoria, por isso recorremos ao pensamento de Sadi Dall Rosso, que diz: “o sindicato é uma forma de defesa e de resistência dos assalariados no capitalismo” (DALL ROSSO, 2011, p. 19).

Lutando pela conquista de benefícios e garantias trabalhistas para seus representados, o Sindicato dos Professores de Osasco, Cotia, Carapicuíba e Barueri, vislumbrava com o seu fazer político e sindical, trazer alguma influência nas políticas educacionais, adotadas pelos governantes e mantenedores das instituições privadas e confessionais de ensino.

Mazé, a primeira presidente da instituição nos contou sobre o período de transição democrática e, as dificuldades que era fazer movimento sindical no setor privado da educação, as limitações que o sindicato possuía. Por ser um período de transição, ações que eram próprias do tempo da ditadura, como prisões e repressões aos trabalhadores, ainda se faziam no presente, pois, muitas vezes os dirigentes sindicais eram repreendidos, não podendo fazer o

seu trabalho e os professores conforme retratado pelos nossos entrevistados, se sentiam acuados pelos patrões.

Então, nós compreendíamos o sindicato como espaço de luta política mais ampla e com muita limitação, muita limitação nós participávamos da luta do período, então havia caminhada em São Paulo, havia idas a Brasília, havia necessidade de baixo assinado, de faixas, estávamos nisso, estávamos, mais conforme eu disse, a categoria sabia disso através de um informativo, porque pela dependência do emprego ela tinha muita dificuldade de participar, era muito medo (FAVARÃO, ANEXOS a, 2016, p. V, VI).

Eram tempos difíceis, os trabalhadores em educação, mormente, os professores, tanto do setor privado, quanto público, uniam-se para reivindicar direitos trabalhistas, como, melhores salários, plano de carreira e benefícios para a categoria. Também denunciavam os aumentos abusivos praticados pelas escolas particulares, como podemos constatar por meio de comunicado, intitulado, “Alerta aos pais e alunos das escolas particulares”, que foi publicado pela grande imprensa paulista e assinado pelos principais sindicatos (Sinpros) de professores do estado de São Paulo.

Nós, Professores e Auxiliares de Administração Escolar, estamos em campanha salarial unificada no Estado de São Paulo. Fazemos parte sem dúvida alguma, daquelas categorias que, nos últimos anos, foram mais prejudicados em termos do poder de compra dos salários. Em 1988, as escolas particulares obtiveram do governo a chamada “liberdade vigiada” que, na prática, significa um sinal verde para praticarem os aumentos que bem entendessem nas mensalidades, enquanto a comunidade escolar ficou indefesa. Inclusive várias escolas já praticaram aumentos superiores a 150%. De acordo com as “planilhas de custo” oficiais entregues pelas escolas, até ano passado, no Conselho Estadual de Educação, a remuneração dos Professores e Auxiliares de Administração Escolar constitui, no máximo, 70% dos custos dos mesmos. Entretanto, os donos de escolas anunciam, bombasticamente, que mesmo tendo, na maioria dos casos, já reajustado suas mensalidades no início do ano, irão repassar, integralmente, o reajuste dos seus funcionários nas mensalidades (Folha de SP, 1º de março, 1988).

Portanto, ao contrário do que ocorria até outubro de 1988, o poder político não mais fixava os preços das mensalidades escolares e tampouco tinham poderes para vigiar tais preços, ressalvados os abusos que são disciplinados pela legislação específica.

Sobre a questão da “liberdade vigiada”⁶, obtida pelas escolas particulares a partir de 1988, era também motivo de denúncias da categoria de trabalhadores em educação, pois, muitas instituições praticavam aumentos abusivos.

Com o crescimento das polêmicas em torno da política de preços, envolvendo as mensalidades escolares, valores e taxas de matrículas, materiais e mesmo questões relativas aos salários dos professores, qualidade do ensino, absenteísmo e outras problemáticas concernentes ao ensino privado, o jornal Folha de São Paulo, publicou a seguinte matéria, sobre a medida provisória nº 290, que resultou na lei 8.170/91, que atribuía aos estabelecimentos de ensino privado a livre negociação das mensalidades escolares.

Essa lei consagrou o princípio constitucional da liberdade de ensino e reconheceu às escolas o direito de fixarem os seus preços de acordo com a qualidade de ensino proposto, estabelecendo que, sejam comunicadas, publicamente aos interessados que firmarão contratos por ocasião da matrícula. Também reconheceu aos alunos e pais de alunos, o direito de discordarem dos valores fixados, desde que o façam no prazo estabelecido e acompanhados de, no mínimo, 10% dos demais alunos ou pais de alunos matriculados na escola.

Assim estabelecido na lei, fica perfeitamente equacionada a questão sob o aspecto jurídico. As escolas fixam seus preços e os alunos e pais de alunos têm o direito de impugná-los antes mesmo de procederem a matrícula. Uma vez confirmado as partes fixam o contrato de prestação de serviços educacionais e deverão cumpri-lo no decorrer do período contratado, obedecendo inclusive suas cláusulas de reajustes ou aumentos pré-acordados (Folha de SP, 1991, 9 de maio).

Essa questão, que envolveu as mensalidades escolares, gerou tanto dissabores para pais de alunos e alunos, pode ser observada sob a premissa, ao contrário do que ocorria sob a égide da constituição anterior, a atual expressa no sentido de que o ensino é livre à iniciativa privada, condicionando-o apenas a satisfação de dois requisitos: cumprimento das normas gerais de educação nacional e autorização e avaliação de qualidade pelo poder político.

⁶ No ano de 1990, o governo federal tentou agir através de diversas medidas provisórias, a partir da nº 207. A estas seguiram-se as de números 223, 244, 265 e 290. Todas embasada na Constituição quando estabeleciam a “livre negociação” dos preços das mensalidades escolares. Todas essas medidas provisórias foram rejeitadas pelo Congresso Nacional, que sequer regulamentou os efeitos que elas produziram enquanto vigentes, impondo-lhes a perda de tais efeitos desde as respectivas edições, conforme dispõe o artigo 62 da Constituição Federal. A última medida provisória editada é a de nº 290, através de projeto de conversão, resultos na lei nº 8.170/91, a qual efetivamente disciplinou a questão a partir do ano letivo de 1991. Ver em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/108792/lei-8170-91>.

O segundo aspecto a ser abordado é o financeiro e que não tem sido fácil de equacionar, se, de um lado, a escola demonstra a necessidade de obter receita compatível com as exigências de qualidade propostas, de outro está uma clientela que, em sua maioria expressiva, não consegue articular seus ganhos na mesma proporção com que são reajustadas as mensalidades, ainda que previamente contratadas.

E aí que a questão da mensalidade escolar precisa ficar bem definida. Se for considerada depressa, há que ser enfrentada pela forma como efetivamente vem se ocorrendo, já que todos os meios são válidos para que seja possível reduzir despesas, até mesmo a queda da qualidade do ensino, a ausência coletiva às aulas ou mesmo o convívio com as greves de professores e auxiliares, que acabam sofrendo o achatamento de seus já parcos salários. Porém, se for considerada investimento, a questão deve ser melhor pensada pelos alunos e pais de alunos (Folha de SP, 1991, 9 de maio).

O segundo ponto da matéria põe em debate a questão da qualidade da educação que se espera de um estabelecimento de ensino, pondo em reflexão que a falta de uma educação de qualidade gera diversos contratempos, como: greves, falta de profissionais baixos salários, ocasionando a proletarização da educação.

Neste instante, uma das atuações do SINPROSASCO era a conscientização da categoria dos trabalhadores em educação, para isso existia a preocupação em organizar os professores em suas respectivas instituições e como esse processo de unir a categoria era difícil, como podemos analisar na fala que segue.

Nas escolas além dos próprios diretores, os colegas professores que demonstravam essa disposição, a gente já incorporava na diretoria pra que não fosse demitido tá, aí nós tivemos de outras escolas movimentos e quando surgia uma liderança naquela escola, a nossa preocupação era proteger para que ela não fosse demitida, daí vieram diretores novos, veio a Solange, veio o Luiz, veio o próprio Onassis que hoje é o diretor do sindicato, tá certo, mais naquele momento para nós do Sinpro-Osasco e Região era muito difícil pensar em uma organização em um local de trabalho, era muito difícil, porque veja, na escola particular média, nós temos aqui o Fernão Dias, temos o Haya, temos o próprio Leonardo da Vinci, temos umas outras mais novas, quantos professores eles têm tá, vamos considerar 50 professores, esses professores estão lá num período, frequentemente estão na Rede Pública também, porque na Rede Pública eles se efetivam e na Rede Privada existe o medo de perder o emprego a cada final de semestre, final de ano, então o que que seria ter as disciplinas frequentes então você pode se encontrar com seus colegas no máximo duas vezes por semana, certo. Como que você organiza isso? A categoria em minha opinião, nossa categoria de professores na Rede Privada é muito difícil de organizar, o que a gente avançou um bocadinho era de ter as referências e mesmos os delegados sindicais, certo, e ter uma

estabilidade de pelo menos um ano para cada um dos delegados, ainda assim não era fácil, não é fácil você até hoje eleger os delegados (FAVARÃO, ANEXOS A, 2016, p. VII).

A proletarização da educação levava os trabalhadores a organizarem-se contra o arrocho salarial e também pela melhoria da educação, unindo-se por meio dos sindicatos, associações, fóruns, assembleias etc. Buscavam a valorização do seu trabalho, a partir de um salário que pudessem lhes garantir o seu sustento em um período de crise e de inflação, que sobressaia a renda dos trabalhadores.

Em vista disto, reivindicavam por meio das greves uma política salarial para manter o poder de compra de seus vencimentos, buscavam ainda a constituição de planos de carreira, como estratégia para atrair e garantir perspectivas profissionais ao longo dos anos de trabalho.

Para fins de orientação e conscientização da sociedade, o jornal Folha de São Paulo publica a nota, “Senhores pais e alunos! Não se deixem enganar! ”,

Queremos a reposição do nosso poder de compra (107% sobre os salários de fevereiro de 1988, de acordo com o índice do DIEESE). Queremos um aumento real baseado na produtividade de 15,72%. Queremos o início da recomposição de nossas perdas salariais anteriores. Queremos negociar essas reivindicações através de nossas entidades sindicais.

As escolas particulares tiveram um aumento significativo em patrimônio e lucros. Entretanto, para o 1º e 2º graus propõem 70,71% de reajuste, percentagem que não atende sequer aos índices oficiais. Os donos de faculdades e universidades particulares foram mais além ainda no descaso e no escárnio para com nossas reivindicações: nada propuseram. Pura e simplesmente, sem qualquer diálogo, remeteram os outros para dissídio.

Além disso, foram nos negados outras justas reivindicações, tais como um piso salarial digno e a remuneração do trabalho realizado pelos Professores fora das salas de aula.

Todas as nossas assembleias gerais rejeitaram com indignação as ultrajantes propostas patronais (Folha de S.P, 1º de março, 1988).

Esses também eram tempos obscuros para a luta sindical e, mais difícil ainda, para o sindicalismo do setor privado da educação. Os sindicatos e a categoria de professores buscavam parcerias para enfrentar o inimigo, as paralisações e greves eram tensas; o próprio jornal em nota que segue nomina a violência que ocorria nas reivindicações dos professores e de toda a categoria de trabalhadores em educação daquele período da história paulista e osasquense, tanto na educação privada, quanto pública, como podemos observar textualmente em matéria que segue.

Estamos em estado de mobilização.

Não podemos admitir que se busque, ao mesmo tempo, evitar, ainda mais, nossos salários e cobrar abusivamente da comunidade por um serviço que depende, fundamentalmente, das condições de trabalho dos Professores E Auxiliares da Administração Escolar.

Quaisquer transtornos que venham a ocorrer nas escolas particulares, tais como a paralisação das atividades ou a queda do padrão de ensino, têm, como únicos responsáveis, os sindicatos patronais, gananciosos, intransigentes e insensíveis.

A atitude dos donos das escolas é tão violenta quanto à do governo do Estado de reprimir, com patas de cavalos, a justa manifestação dos colegas da rede pública de ensino, com os quais nos solidarizamos integralmente (Folha de S.P, 1º de março, 1988).

O professor Rubens, um de nossos entrevistados, relembrou esse momento como um dos mais emblemáticos que já viveu.

Tudo vinha em luta, uma recrudescência muito grande, de força junto com o sindicalismo da educação pública, por exemplo, o SINPROSASCO era muito miúdo, ele repartia a sua sede numa das dependências da APEOESP, do sindicato estadual e foi uma coisa assim muito importante. Havia algo que favorecia muito além do clima para a luta é, da luta contra os patrões do ensino privado ela era bem diferente, por exemplo, os patrões eles, o pessoal não tem ideia, o presidente do sindicato patronal ele negociava com os professores com dois revólveres na cinta. Então esse era horrível, ele ia negociar com o revólver na cinta e na sede deles eles colocavam na lousa “por um piso salarial abaixo da sarjeta” era nesses termos que eles eram né, fora que eles sempre tiravam fotos da gente para mandar para os outros patrões para que a gente nunca mais trabalhasse. Então era uma coisa, eles estavam bem definidos e a gente estava também, lutávamos por justiça, trabalho, por transparência e pelo socialismo (SANTOS, ANEXOS A, 2016, p. XLI).

Os trabalhadores do ensino privado uniam-se ao setor público da educação, algo até então inusitado. Assim, tornavam-se mais fortes na batalha pelos interesses da categoria, que, de forma mais geral, era a luta por melhores salários e dignidade para o exercício da profissão. Nessa luta o setor privado da educação, buscavam melhorias e mais garantia de representação, e foi nesse intento quando Sinpros uniram-se para fundar uma Federação que pudesse representar seus interesses e agregar forças na luta contra os patrões e contra o governo.

Nesse percurso a entidade Sinpro-Osasco, foi à percussora para que através de sua criação fosse fundada a Federação dos Professores do Estado de São Paulo (FEPESP).

Nós éramos filiados à CUT e sempre estivemos filiados a CUT. A Federação nós somos fundador da Federação. Para criamos a Federação era preciso à criação de cinco sindicatos, nós criamos o Sinpro-Osasco e Região e já havia os outros quatro, era: o ABC, São Paulo, Baixada Santista e um do interior que eu não me lembro agora quem era, e o Sinpro-Osasco foi quem atendeu a exigência para a fundação da Federação. Quatro sindicatos já existentes necessitavam de um quinto para criar a Federação. O Sinpro-Osasco assim que se criou entrou no processo de criação da Federação, então nós somos fundadores da Federação e sempre estivemos lá, ou na executiva, ou na executiva e direção, da mesma maneira como nos filiamos através disso a Confederação, a (CONTEE) Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (FAVARÃO, ANEXOS A, 2016, p. X, XI).

A Federação dos Professores do Estado de São Paulo (FEPESP) foi criada em 1988, por cinco sindicatos, são eles: São Paulo, ABC, Campinas e Osasco. Na época de sua fundação a Federação necessitava de cinco entidades para o processo de sua criação, um dos objetivos para tal feito era o fortalecimento da organização dos trabalhadores em educação do ensino privado no Estado de São Paulo.

Também no ano de 1988, de 07 a 11 de setembro mais precisamente, aconteceu o 3º Congresso da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que, possuía como meta dentre outras questões, garantir a efetivação dos direitos prescritos na nova constituição, com o objetivo de intensificar a mobilização para a conquista dos direitos que fora negada pela maioria conservadora.

Neste sentido, com o intento de fortalecer as reivindicações dos trabalhadores o SINPROSASCO participou dos primeiros congressos cutistas.

[...] então, os congressos da CUT todos eles nós participamos, fazíamos as assembleias, as assembleias não eram concorridas, não eram, mais sempre atendíamos ao mínimo exigido para poder eleger o delegado, tínhamos direito a um delegado, dois, três, tal, tínhamos, nunca compusemos a direção, nunca compusemos a direção da Central e na época logo no comecinho não havia ainda sub sede da Central como hoje há em Osasco, então nós também disputamos estar na sub sede, nós sempre tivemos. O Sinpro com certeza no período em que eu era mais ativa sempre esteve envolvido nos movimentos políticos e sindicais mais amplos, partidários aí cada um tinha o seu partido, embora a retomada de tudo isso passasse muito perto do Partido dos Trabalhadores, muito perto (FAVARÃO, ANEXOS A, 2016, p. XI).

Juntamente com outras entidades populares e sindicatos, o SINPROSASCO estava compromissado a pressionar o governo Sarney, no atendimento das reivindicações mais caras dos trabalhadores naquele período.

Para o professor Marcos Müller, as urgências desse instante era fazer com que os direitos trabalhistas fossem respeitados e lutavam também pela ampliação dos direitos trabalhistas e conseguiram na luta com as demais classes trabalhadoras a conquista de 1/3 de férias, 40% no fundo de garantia e 120 dias de licença maternidade (MÜLLER, 2015, p. LXVIII).

III. 3.1 Sindicalismo e educação no Brasil na década de 1990: as lutas sociais, sindicais e políticas

O Tempo Não Para

*Mas se você achar
Que eu tô derrotado
Saiba que ainda estão rolando os dados
Porque o tempo, o tempo não para*

(Cazuza)

Os primórdios da década de 1990 registraram uma série de acontecimentos que tumultuaram a cotidianidade da sociedade brasileira, inclusive trazendo fortes impactos pela sua reorganização no movimento sindical.

Com a vitória de Fernando Collor de Mello em acirrada e polêmica disputa com Luiz Inácio Lula da Silva em 1989, o país assistiu à incorporação de uma série de ajustes econômicos e financeiros que, se materializaram de forma muito nítida em uma desenfreada abertura comercial e uma política de privatizações do patrimônio público. Todos esses acontecimentos geraram grandes crises em diversos setores e, para aqueles que estão inseridos no mundo do trabalho esse período foi marcado pela perda dos direitos e seguridade social e trabalhista.

Em sua obra *Adeus ao trabalho?* Ricardo Antunes faz uma análise desse momento histórico e diz que a década de 1990, trouxe uma virada para os países emergentes dotados de

uma industrialização significativa, dentre eles, o Brasil e México. Para Antunes a crise sindical que abarcou essa década, em primeiro lugar está pautada em uma crescente individualização das relações de trabalho que provoca relações cada vez mais individualizada e nefasta.

Em segundo lugar, uma fortíssima corrente que visava flexibilizar ao máximo o mercado de trabalho, que atinge duramente as conquistas históricas do movimento sindical e que, até o momento tem encontrado dificuldades de impedir tais transformações. Em terceiro lugar vamos encontrar o esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países avançados que, optaram pelo sindicalismo de participação, causando assim, um desemprego estrutural que ameaçam os próprios sindicatos, o que obriga os sindicatos nos anos de 1990, inovarem as formas de lutas, deflagrando várias greves nos anos 90, reivindicando principalmente, redução da jornada de trabalho, melhores salários e direitos sociais (ANTUNES, 1995, p. 72).

Este período foi um marco na política brasileira. O ano de 1992 iniciou-se com a greve dos trabalhadores portuários, que tinha como ponto central a votação do projeto nomeado de modernização dos portos, que seria votado pelos deputados. Neste período os sindicatos conseguem parar mais de 35 portos⁷ pelo país, com uma greve que durou uma semana.

Em meio a esse turbilhão havia também as denúncias de corrupção contra o Presidente Fernando Collor de Melo. Por esses dias, o movimento sindical em sua maioria se dedicou as manifestações de rua a favor do impeachment que o congresso votou positivamente e o presidente foi afastado; em seu lugar assumiu o vice Itamar Franco e, em seu quadro o novo ministro da Economia e futuro Presidente, Fernando Henrique Cardoso, ao qual governou o país por dois mandatos (1994-1998 / 1998-2002), e tinha como centralidade o Plano Real, com objetivo, a redução da inflação.

Muitas mudanças ocorreram e para alguns estudiosos deste período, “tais medidas concorreram para a precarização das relações de trabalho, para a desindustrialização e para a acentuação da vulnerabilidade econômica do país” (HIDAKA 2011, p. 210).

⁷ Os sindicatos conseguiram paralisar mais de quarenta mil trabalhadores em 35 portos do Brasil, voltando as atividades depois de uma semana. Ver em: **SANTANA**, Marco Aurélio. O Sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorganização. In: Cadernos Adenauer. Ano III, nº 2, 2002, p. 39.

No que diz respeito ao conjunto dos trabalhadores em educação, esta década trouxe novos desafios. O Brasil inseriu-se em uma nova ordem social, e neste contexto era preciso pensar novas formas de atuação. As concepções tradicionais em torno do magistério se enfraqueciam e a compreensão de que os professores integram o mundo do trabalho formal, jurídica e politicamente, foram incrementadas no debate público.

Caminhando junto com todas essas discussões, a referida época abarcou inúmeras orientações de como se fazer política e da manutenção das relações internacionais, produzidas pelo Consenso de Washington, como um conjunto de medidas pensadas por economistas de instituições financeiras, como o Tesouro dos Estados Unidos, Fundo Monetário Internacional etc. que tinha como objetivo promover ajustamento econômico centrado nos cortes de gastos sociais para os países que passavam por dificuldades.

Dentre tais medidas podemos elencar: redução de gastos fiscais, juros de mercado, abertura comercial, privatização das estatais e desregulamentação de leis trabalhistas, dentre outras. O capital estrangeiro entrou no país, e veio para a periferia em geral, e a intencionalidade era, “usufruir do baixo custo da mão-de-obra e da inexistência de legislação de proteção ambiental” (BOITO JR. 1996, p.95).

Desta maneira, não se incorporou as massas e sim houve uma preocupação e preservação das elites, firmando o conservadorismo já existente e isto significou para o sindicalismo e o mercado de trabalho:

A Conjunção abertura econômica/privatização/estabilização, tendo como pano de fundo, altas taxas de desemprego, não demorou muito para acertar seus duros golpes no sindicalismo nacional, principalmente aquele mais combativo, organizado na CUT. A abertura econômica, iniciada de forma abrupta, trouxe consigo o incremento do discurso da competitividade (agora em níveis internacionais) e precipitou a fechada economia brasileira e global (SANTANA, 2002, p. 41).

Este processo incrementou novas reestruturações de empresas que passaram a incorporar novos padrões produtivos, ao qual dificultava a atuação sindical e, muito se deu com a precarização das relações de trabalho, que atingiram todas as categorias de trabalhadores, inclusive o setor público e privado da educação brasileira.

Nessa época, Osasco também sofreu com cortes na educação. O entrevistado Marcus Müller, fez referência a instituição FITO, como umas das prejudicadas nesse processo que incorporou gastos na educação.

[...]e o que eu sei da FITO é que na época ou até próximo daquela época o que havia era a prefeitura destinar 2% de seu orçamento ou coisa parecida para a instituição, esse valor somado as mensalidades pagas pelos pais acabava somando um montante que permitia uma estrutura educacional muito boa, com laboratórios bastante avançados, tanto é que a FITO era extremamente respeitada no Brasil inteiro, pelo que eu sei na gestão de Rossi, não sei não tenho essas datas na cabeça, a Mazé deve ter isso, parou de bancar os 2%, financiada apenas com o dinheiro dos pais, aí, começou um arrocho salarial a FITO que era a melhor escola que pagava no município deixou de ser, e estava muito mal em relação as outras escola, [...] (MÜLLER, 2015 ANEXO B, p. LXVII,LXVIII).

A crise sindical que já vinha em curso desde a metade da década de 1980, ganhou força no final de 1989, ao qual podemos nomear essa fase, a derrota da classe trabalhadora devido à perda das eleições presidenciais em 1989, que, juntamente com a crise da educação que havia instaurado no setor educacional uma degradação de rebaixamento salarial, motivando a demissão voluntária de inúmeros professores na metade do ano de 1990.

Na tese de Kênia Aparecida Miranda, “As Lutas dos Trabalhadores em educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT (2011)”, somo informado de que, em 1990, houve grandes mobilizações no setor da educação pública e privada no Brasil. Porém, não se obteve muitos acordos, o diálogo entre governos, representantes dos sindicatos patronais e da categoria de trabalhadores em educação estreitaram-se e, “em apenas seis meses, os governos, estadual e municipal registraram a saída de 3.000 professores” (MIRANDA, 2011, p. 108).

Exaustos da profissão e das condições mínimas para o trabalho, muitos professores das redes municipal e estadual exoneravam seus cargos e desistiam da profissão. Miranda também diz que, com esses acontecimentos cresceram as mobilizações em defesa da educação, eclodindo em junho de 1990, no Rio de Janeiro a “II Grande Marcha em Defesa da Educação”; movimento esse que contou com a participação de pais, alunos e trabalhadores da saúde, com o slogan, “arroz, feijão, saúde e educação” os trabalhadores em educação reivindicavam melhores salários e a recuperação das escolas públicas brasileiras (MIRANDA, 2011, p. 109).

Tais consequências se deram devido a uma política governamental implementada no governo de Collor de Mello, que levaram os salários para baixo, em uma conjuntura recessiva, que atingiu os setores da indústria, comércio, serviços e dentre esses, a educação.

Na obra *Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*, o autor enumera alguns dados sobre os anos de 1990, 1991 e 1992, em que o Brasil apresentou a diminuição da produção, o emprego e consequentemente a redução dos salários. Concluindo que a recessão de 1990-1992 contribuiu para a diminuição da atividade grevista e, que em 1990 um total de 12,4 milhões de trabalhadores tinham participado de greves em todo o país e, esse número cai para 8,8 milhões em 1991, diminuindo mais ainda em 1992, chegando ao índice de 2,9 milhões (BOITO JR. 1996, p. 90).

Mesmo que a conjuntura pedisse um recuo à ação sindical, ainda assim o sindicalismo dos trabalhadores em geral buscava alianças, era preciso resistir às políticas de arrocho salarial e a plataforma econômica do momento. Assumindo, assim, a intercessão dos direitos sociais que estavam ameaçados, a defesa do emprego, das empresas públicas e o enfrentamento pela valorização dos profissionais da educação e, simultaneamente a esses acontecimentos, Osasco e os trabalhadores em educação desta cidade se colocava na ordem do dia juntamente com o SINPROSASCO na batalha por direitos anteriormente citados.

III.4 1991: a greve que mobilizou o ensino privado em São Paulo

E Vamos À Luta

*Eu acredito é na rapaziada
Que segue em frente e segura o rojão
Eu ponho fé é na fé da moçada
Que não foge da fera e enfrenta o leão
Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia*

(Gonzaquinha)

Na presente seção, procuraremos trazer algumas questões que possibilitaram a categoria de professores a unirem-se em defesa pelas lutas mais gerais, entre anos de 1991 e 1992, no o setor da educação privada do Estado de São Paulo.

No que se refere ao Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO), os anos mais lembrados por aqueles que participaram da fundação da entidade, são os de 1990, principalmente, os dois primeiros, que são recordados como anos de lutas em defesa dos direitos de todos os trabalhadores em educação, da cidade de Osasco e também da grande São Paulo.

Os entrevistados quando se recordam dos momentos de paralisação e de greve em que a entidade esteve presente juntamente com outros sindicatos da categoria do ensino privado, rememoram basicamente o mesmo período, que foi uma paralisação de mais de 150 escolas e faculdades de ensino privado do estado de São Paulo, em março de 1991, deflagrando uma greve em abril desse mesmo ano.

Eu me lembro de uma outra greve que nós fizemos, se eu não estou equivocada isso já era em 92, uma greve de professores aqui pela campanha salarial e nós já estávamos na Federação, já desenvolvíamos campanhas estaduais, como outro sindicato, sindicato da baixada, sindicato do ABC, São Paulo. É que nós íamos panfletar nas escolas privadas e nós panfletávamos na entrada, porque não podíamos entrar e quando chegava dentro da unidade o dono da escola estava na porta para falar bom dia, boa tarde, dependendo do horário e os professores jogavam fora o material. (FAVARÃO, ANEXOS A, 2016, p. VI).

O professor Onassis da Silva Xavier, também nos contou um pouco mais sobre a atuação do Sinpro e suas reivindicações, que para o sindicato e a categoria de professores era uma luta constante e, dentre as quais, uma de suas principais objeções era,

Uma data base para os professores em nível nacional isso é um sonho, se nós pudéssemos dizer, o Brasil inteiro a data base dos professores da escola particular é primeiro de março, seria uma coisa assim, extremamente importante, porque você ia tentar movimentos em que o Brasil se movimentasse, isso não acontece (XAVIER, 2016, ANEXOS A, p. XXVII).

A amplitude dessas reivindicações estava para além dos reajustes salariais, que não acompanhavam o curso econômico, lutavam também pela evolução da carreira do magistério e benefícios para todos os trabalhadores em educação da capital paulista.

Rubens Aparecido dos Santos, um dos nossos entrevistados nos falou sobre algumas dessas reivindicações, dentre elas, estava à extensão dos benefícios a todos os trabalhadores do ensino privado em todo o estado paulista.

No caso do ensino privado era você estender benefícios que São Paulo já tinha, por exemplo, todas as escolas de São Paulo ofereciam aos professores que seus filhos pudessem ser bolsistas, nas outras cidades isso não era permitido, então mesmo que você trabalhasse, por exemplo, no Anglo de São Paulo, em Osasco você não tinha (SANTOS, ANEXOS A, 2016, p. XLVIII).

O SINPROSASCO, nos anos de 1990 a 1992, as lutas mais frequentes estavam para a reposição salarial devido às altas taxas de inflação e, a extensão de benefícios a todos da categoria do ensino privado na capital paulista.

O professor Marcos Müller lembrou como eram duras as negociações e, nos falou sobre as convenções mais difíceis de serem consolidadas, na luta pelo reajuste salarial dos trabalhadores em educação representados pelo sindicato.

Então, eu acompanhei bem o processo em 89 e 90 porque fui eu, representante do Sinpro, mas, todas elas esbarravam na questão da reposição salarial por conta das altas inflações e de um ganho real, não posso te dizer quais foram as mais difíceis, mais teve dois anos seguidos, se eu não me engano 90, 91, não vou confirmar porque não me lembro bem, mas lembro que em uma delas eu estava em negociação, uma os reivindicados do DIEESE, que é a classe trabalhadora, se baseia né, porque é o Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos, bancados pelos sindicatos, então seria ilógico não usar o índice do DIEESE, e os patrões não aceitaram e foi para dissídio, e a justiça concedeu o índice do DIEESE, foi uma baita vitória porque eles negaram e a justiça concedeu, mas depende muito do grupo de juízes que cai o processo, tem grupo de juiz que não concede nada, bem patronal mesmo, e tem juízes mais progressistas, então nós negociamos, e no ano seguinte era o medo do Color entrar né em 90, o Color tinha sido eleito em 89 e lançar o pacote econômico, queria lançar a data base 1º de março certo, conclusão, o patronal assinou logo e assinou com o índice do DIEESE, então, foi dois anos seguidos que o índice do DIEESE ficou na nossa convenção produtiva, uma por conta do juiz e outra por conta do medo patronal de um pacote econômico que impedisse o reajuste, porque é, o patrão faz assim, dá o reajuste e repassa a mensalidade, então se eles dão um reajuste e não tem tempo de repassar a mensalidade eles entram pelo cano, então eles queriam antecipar por conta do pacote econômico que viria, e veio (MÜLLER, ANEXO B, 2015, p. LXV).

Mesmo com as dificuldades que a conjuntura apresentava o Sindicato dos professores de Osasco e Região, buscava ações para conseguir o aumento que a categoria almejava.

De acordo com os dados do DIEESE, a categoria reivindicava as perdas salariais desde março de 1990, sendo que, os professores de escolas de 1º e 2º graus e faculdades particulares

de São Paulo, Campinas, Santos, Osasco, São José do Rio Preto e ABC tinham acionado uma paralisação com 20% de adesão em 26 de março de 1991. Depois da paralisação, a greve foi decidida em assembleia com a participação de mais de 2 mil professores. Nesse mesmo período na capital paulista existiam mais de 30 mil professores distribuídos em 2.600 escolas e, atendia 800 mil alunos. Segundo o jornal Folha de São Paulo, o índice que os trabalhadores reivindicavam era uma reposição de 837%, descontados as antecipações. A média de reajustes, já feitos os descontos eram de 140% (Folha de S.P. 1991, 10 de abril).

Diferentemente dos seus companheiros de ofício que atuam no ensino público, quer seja, municipal, estadual ou federal, os professores que atuam no ensino privado, raramente ou pouco realizam greves no Brasil. Nesse aspecto, parece interessante abrir um parêntese e registrar a ocorrência deste movimento grevista na cidade de São Paulo, dado ao seu caráter inusitado, chamou a atenção da grande imprensa paulista, conforme a publicação no caderno Cotidiano⁸ da Folha de São Paulo, tal qual podemos conferir na íntegra a sua publicação.

Greve para principais escolas de São Paulo

Em seu primeiro dia, a greve dos professores das escolas particulares do Estado teve adesão de 30% da categoria na Grande São Paulo, deixando cerca de 270 mil alunos sem aulas, segundo avaliação do Sinpro (Sindicato dos Professores).

Segundo o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado (SIEEESP), José Aurélio de Camargo, 42, “a paralisação foi irrisória”. Ele disse que “tudo deve voltar ao normal” hoje. Algumas escolas podem estar paradas, mas isso não representa nada”, comentou.

Em assembleia realizada ontem, professores de São Paulo, Campinas, Santos, Osasco, São José do Rio Preto e ABC decidiram pela continuação da greve. A assembleia de São Paulo reuniu cerca de mil pessoas.

Só na capital, onde há cerca de 2.600 escolas e cerca de 30 mil professores, 240 mil alunos ficaram sem aulas, afirmou o Sinpro.

Entre as principais escolas particulares da capital ouvidas pela Folha ontem, oito estavam sem aulas: Santa Cruz, Magno, Galileu Galilei, Vera Cruz, Oswald de Andrade, Logos, Fernando Pessoa e Pequénópolis. A PUC de São Paulo, a PUC de Campinas e a Universidade Metodista de Piracicaba também pararam.

Até o fim da tarde de ontem, o Sinpro tinha uma relação de 150 escolas em greve. Em Campinas, o sindicato afirma que 60% da categoria parou e que

⁸ **Figura:03** – Jornal Folha de São Paulo – **Fonte:** acervo digital da folha de São Paulo – ver ANEXOS C, p. LXXVI.

12 escolas estão sem aulas. O SIEEESP diz que 4,13% das escolas de Campinas pararam.

Os professores reivindicam a manutenção da convenção coletiva realizada em março de 1990, que garante direitos trabalhistas, além do reajuste salarial de 837% sobre o salário definido na convenção. Aplicado sobre o salário de fevereiro último, o reajuste deverá ser de 120%, em média.

Para negociar, o SIEEESP quer que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) homologue o possível acordo com os professores, que é a única forma legal de o reajuste ser repassado às mensalidades. O fato de os professores estarem em greve com que o TRT julgue a questão em caráter de urgência, disse o presidente do Sinpro, Luis Antonio Barbagli.

O presidente do Grupo – que reúne 63 escolas no Estado – José Roberto Cury, 48, afirmou que 20 escolas filiadas estão parcial ou totalmente paradas. “Esperamos que a greve se encerre até amanhã (hoje), já que a adesão é pequena”.

Hoje, os professores fazem manifestação em frente ao Colégio São Bento (Região Central), onde o SIEEESP tem assembleia às 15h. amanhã, haverá nova assembleia docente para decidir sobre a continuidade da greve (Folha de São Paulo, 1991, 11 de abril).

A tabela seguir apresenta os índices que a categoria docente reivindicava e que não obtiveram, de modo que mantiveram a paralisação em todo o estado de São Paulo por mais dez dias, mobilizando todos os sindicatos do ensino privado da capital paulista. Os dados descrevem os salários dos professores de algumas instituições privadas que também estavam em greve pela reposição salarial. (Folha de São Paulo, 1991, 11 de abril).

Piso salarial dos professores – 20 horas semanais em Cr\$ - Cruzado Novo⁹

1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série	2º Grau
53.940,00 mil	67.200,00 mil	78.225,00 mil

Piso reivindicado

⁹ De 16 de março de 1990 a 31 de julho de 1993, durante o governo de Fernando Collor, o cruzeiro volta como unidade monetária nacional, mantendo, contudo, a equivalência com o padrão anterior, cruzado novo, quando, após um período de transição com o cruzeiro real, foi adotado o padrão em uso até hoje, real. Exemplo (no caso de Cruzeiro Real para o atual Real)

CR\$ 2.750,00 / 2.750,00 = R\$ 1,00

CR\$ 1.000.000,00 / 2.750,00 = R\$ 363,64

CR\$ 2.750.000,00 / 2.750,00 = R\$ 1.000,00

Exemplo: para o piso reivindicado de 144.900,00, teríamos a seguinte resolução

144.900,00 ÷ 2.750,00 X 100 = 5.269,09 (Cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e nove centavos de real).

Consulta feita ao site: http://pt.coinmill.com/BRC_BRL.html#BRC- Acesso dia 26/12/2016.

1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série	2º Grau
120.00,00 mil	144.900,00 mil	144.900,00

1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série	2º Grau
---------------	---------------	---------

Santo Américo	118 mil	131.250,00 mil	145.845,00 mil
Pueri Domus	122 mil	137.680,00 mil	141.750,00 mil
São Luis	107 mil	115.500,00 mil	126.000,00 mil
Pentágono	102 mil	142.800,00 mil	147.000,00 mil
Pio 12	129 mil	178.300,00 mil	189.000,00 mil
Porto Seguro	140 mil	136.500,00 mil	151.200,00 mil
Dante Alighiere	124 mil	136.00,00 mil	136.500,00 mil

Tabela:01- Jornal da folha de São Paulo –11 de abril de 1991: ver ANEXOS C, p. LXXVI.

Durante esta greve, os professores do Sinpro alegavam que os donos das instituições escolares romperam negociações e, que as escolas aguardavam na justiça a decisão da data base da categoria.

O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (SIEEESP), José Aurélio de Camargo declarou:

O movimento não é “contra as escolas, mas contra a política econômica”. O SIEEESP quer orientar as escolas para reajustar os professores se o TRT definir que essa é a data legal para negociação. O Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior do Estado de São Paulo (SEMESP) diz que só tomará posição quando o governo encaminhar ao congresso projeto de lei regulamentando as negociações coletivas (Folha de SP, 1991, 10 de abril).

Para as negociações o SIEEESP queria que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), homologasse o possível acordo com os professores como a única forma legal do reajuste ser repassado as mensalidades.

Os trabalhadores fizeram nova manifestação dia 11 de abril, em frente ao Pátio do Colégio São Bento, pois ali em frente no mesmo dia, as 15 horas foi realizada pelo SIEEESP,

assembleia para decisão das reivindicações. As solicitações da categoria não foram atendidas e os professores reuniram-se novamente e decidiram que continuariam com a paralisação (Folha de SP, 1991, 11 de abril).

A greve deflagrada dia 10 de abril continuou por mais de uma semana. Segundo o Sindicato dos Professores – Sinpro, das 150 escolas que haviam paralisado, nesse mesmo dia, 100 escolas ainda continuavam de greve.

Porém, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (SIEEESP), dizia que considerava a paralisação “inexpressiva” (Folha de SP, 1991, 16 de abril).

Com a demora da justiça em estabelecer o reajuste, que deveria ser passado aos trabalhadores, dirigentes escolares e professores fizeram acordos com os donos dos estabelecimentos escolares, era uma forma de voltarem as atividades até que fosse decidido o percentual de aumento pelas leis trabalhistas, como explica o recorte abaixo.

A legislação só admite aumento das mensalidades agora pelo repasse de 70% do reajuste salarial dos docentes. A data-base dos professores foi março, mas o Tribunal Regional do Trabalho ainda não julgou o dissídio. Muitas escolas estão negociando aumento salarial direto com os seus docentes, algumas chegando a 151%, o que autoriza repasse de 105% à mensalidade. Reajuste salarial e repasse são retroativos a março (Folha de SP, 1991, 15 de maio).

Neste momento estava em trâmite no Tribunal de Justiça de São Paulo, uma liminar determinando, ao Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (SIEEESP), a orientar as escolas, a não reajustarem as mensalidades em 26,46%. Essa liminar foi suspensa em 14 de maio de 1991 pelo 4º vice-presidente do TJ de São Paulo, Renato Torres de Carvalho Filho.

Haja vista, as escolas poderiam cobrar o reajuste de 26,46% até que a ação do Ministério Público do Estado contra o SIEEESP fosse julgada. Segundo Carvalho Filho, o dano que a liminar causaria às escolas, se a ação fosse julgada favoravelmente a elas, “seria irreparável”, enquanto que para os alunos, “prejuízo algum haveria” (Folha SP, 1991, 15 de maio).

O ministério Público defendia que o reajuste das mensalidades proposto pelo SIEEESP era ilegal, e que o sindicato não deveria indicar um reajuste apoiado em contratos

assinados pelos pais de alunos durante as matrículas, que, esses contratos fixavam alinhamento monetário, diferentes de encargos educacionais, e se o reajuste de 26,46% fosse favorável ao Ministério Público, as escolas que cobraram esse valor antes da decisão judicial deveriam devolver os valores pagos a mais. O promotor do Ministério, Marco Antônio Zanellato, disse que, “a ação deveria ser julgada em quatro meses” (Folha SP, 1991, 15 de maio).

Ainda no dia 14 de maio, 1.500 escolas participaram de uma assembleia realizada pela SIEEESP e, segundo o seu presidente, foi decidido que, as escolas dariam 48 horas para que os pais regularizassem suas mensalidades, sem cobrança de multa, então o presidente da Associação Intermunicipal de Pais e Alunos, orientava que os pais se organizassem por escola para entrar com ação na justiça; pedindo pagamento em juízo, até que a mesma definisse a legalidade do reajuste. “Apenas as escolas que negociarem o reajuste salarial diretamente com professores através do Sindicato dos Professores (Sinpro) poderão fazer o repasse de 70% às mensalidades, segundo a diretoria do Sinpro” (Folha SP, 1991, 15 de maio).

III.4.1 O reajuste salarial

Que é o salário?

Como se determina?

Se perguntássemos aos operários: — Que salário recebem?, responderiam: — Eu recebo do burguês um marco pelo dia de trabalho; outro dirá: — Recebo dois marcos; etc. Conforme os diferentes ramos de trabalho a que pertencem, assim nos indicariam diversas quantias que recebem dos burgueses respectivos, pela execução de um determinado trabalho, como, por exemplo, tecer uma vara de pano ou compor uma página tipográfica. Apesar da diversidade das suas indicações, todos concordarão neste ponto: o salário é a soma em dinheiro que a capitalista paga por um determinado tempo de trabalho ou pela prestação de determinado trabalho.

(Karl Marx)

Depois dessas tomadas de decisões¹⁰, que envolviam os sindicatos do ensino da Capital Paulista, São Paulo, Santos, Jundiaí, ABC, Campinas, São José do Rio Preto e Osasco, foi decidido no dia 07 de agosto pelo Tribunal Regional do Trabalho de Campinas um aumento de 70% para os professores, e, o SIEEESP informou no dia seguinte que iria recorrer desta decisão. Em São Paulo foi aprovado para a mesma categoria no mês de junho um aumento de 4%.

O presidente do SIEEESP, disse que, a certidão ainda não tinha sido emitida e que, “enquanto o SIEEESP não recebesse a certidão, os salários não serão reajustados nem as mensalidades” (FOLHA SP, 1991, 08 de agosto).

Para a Presidente do Sindicato dos Professores de Campinas (Sinpro), as escolas teriam condições de reajustar os salários dos trabalhadores em 70%, sem que houvesse o repasse integral nas mensalidades. Mas, Camargo dizia que, como o reajuste era retroativo a março do ano de 1990, as mensalidades teriam esse reajuste, porém seria necessário, uma folha de pagamento adicional que corresponderia a três mensalidades e meia reajustadas. (FOLHA SP, 1991, 08, agosto).

A decisão do aumento para os trabalhadores em educação de Campinas foi tomada com base nos acordos feitos com os professores da PUC-CAMP (Pontifícia Universidade Católica de Campinas), do Colégio Pio 12 e Colégio Rio Branco, que tiveram aumento de 70%. Na época o SIEEESP não apresentou nenhuma contraproposta, os professores e o sindicato patronal tiveram duas audiências de conciliação no TRT, mas, não houve acordo entre as partes.

O Sinpro defendia que os reajustes das mensalidades já haviam sido feitos no início do ano, sem repasse equivalente nos salários e, o presidente dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, dizia que desde fevereiro os reajustes eram feitos mensalmente, chegando a uma porcentagem de 65,94%. Diante desse impasse, os sindicatos dos professores por meio de seus representantes proferem em defesa dos direitos da categoria coma seguinte proposição:

¹⁰ Em abril de 1991 a categoria de professores do ensino privado do Estado de São Paulo entrou em greve, reivindicando perdas salariais desde março do ano de 1990, uma reposição que chegava a 837, 31%. Depois de 4 meses de negociações indefinidas, professores e mantenedores de estabelecimentos de ensino fazem acordos até que a justiça determinasse o percentual do ajuste salarial.

Entidades trocam acusações

Colocar pais contra professores parece ser o objetivo o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo”, disse Débora Carvalho, da diretoria da Associação Intermunicipal de Pais de Alunos das Escolas Particulares.

Rubens Gabriel Abdal, 45, vice-presidente do Sinpro de Campinas, disse que o SIEEESP, quer confundir a sociedade. Abdal considera a situação do atual presidente do SIEEESP, José Aurélio de Camargo, “um jogo político”. Hoje acontecem as eleições do SIEEESP e Camargo é o candidato único.

Segundo Débora, a Associação tem procurado acatar sempre a decisão da justiça e o que está em discussão não é o reajuste de 70% aos professores, mas a forma com que as escolas vão conduzir o repasse nas mensalidades.

Débora disse que participam da Associação professores que também são pais de alunos e que também reclamam da diferença entre os reajustes concedidos nas mensalidades e nos salários.

Muitas escolas mantêm livre negociação com os pais e já concederam alguns reajustes nas mensalidades, provenientes de repasses dos salários dos professores, disse Débora.

Em Campinas, e nas dez cidades atingidas pela decisão do TRT, existem 120 mil alunos matriculados em mais de mil escolas particulares (FOLHA SP, 1991, 08 de agosto).

Estes são os acontecimentos sobre a greve do ensino privado em diferentes regiões do Estado de São Paulo que conseguimos resgatar no ano de 1991. Esses momentos ficaram marcados na memória daqueles que fundaram o SINPROSASCO como uma luta coletiva dos trabalhadores em educação.

É importante ressaltar, que durante este ano, aconteceram muitas greves no Estado de São Paulo e também no Brasil. Greve no setor público da educação, estadual, federal e municipal, greve dos bancários, greve dos metalúrgicos, greves nas universidades federais e estaduais, greve dos metroviários, greve no setor da saúde etc. Foi um ano de reivindicações por direitos trabalhistas, mesmo que os números mostrem uma significativa diminuição nesses movimentos, ainda assim, foi um ano muito significativo nas conquistas pelos direitos dos trabalhadores em educação, no que se refere ao ensino privado paulista.

Segundo Noronha, o ano de 1991 se equiparou ao ano de 1989, sendo que, no setor privado a média grevista ainda foi maior que a década anterior. “ Enfim, 1990 e 1991 têm alto índice de jornadas não trabalhadas (devido à longa duração das greves), mas índices declinantes de grevistas (no segundo semestre) e de greves” (NORONHA, 2009, p. 135).

O autor atribuiu esse acontecimento ao início do fim do ciclo de transição democrática. Em 1992 houve uma queda expressiva. A redução das greves coincide com o

período das denúncias feitas ao governo Collor de Mello, inicialmente em maio até o impeachment em setembro, terminando com a posse do vice Itamar Franco. E o mesmo conclui. “Diante da instabilidade político-institucional, as lideranças sindicais adotaram a mesma atitude cautelosa que haviam adotado nos momentos de instabilidade política, reduzindo as paralisações” (idem, 2009, p. 135).

De certo, as variáveis políticas, mesmo que conjunturais, tiveram impactos consideráveis e expressivos no volume de greves, que perdurou pelo período de transição e de consolidação da democracia brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um objeto vai ganhando concreção à medida que outras pessoas dele têm conhecimento e se comunicam com a criança, reafirmando sua presença.

(Ecléa Bosi)

O SINPROSASCO surgiu em meio a um turbilhão de embates e tensões sociais, preconizando representar os trabalhadores em educação das instituições de ensino privadas dessa importante região do estado de São Paulo. Abrangendo desde o ensino infantil ao universitário, atuando por meio de diferentes formas de ações presentes no movimento sindical, se destacando, entre seus atos políticos e formas de organização sindical, as assembleias, as convenções, os acordos coletivos e os congressos, em prol da defesa dos direitos da categoria; com constante mediação com os setores privados e confessionais presentes na contemporaneidade educacional brasileira, mas também procurando estabelecer laços de solidariedade com amplos setores da classe trabalhadora em nosso país.

O movimento sindical docente se expressa e evolui significativamente a partir de 1980, redefinindo sua identidade coletiva, fato que podemos identificar analisando as formas de organização e de luta que tem sido engendrado pelos que vivem do trabalho no mundo educacional.

Eder Sader pode nos ajudar a redefinir a identidade dos trabalhadores em educação enquanto interagem e operaram as suas reflexões na construção histórica de suas experiências coletivas quando argumenta que “uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultados de suas interações em processos de reconhecimento recíprocos” (SADER, 1988, p. 55). Dessa forma compreendem-se os conflitos e os processos de transformações e a maneira em que os acontecimentos passam a constituir experiências sociais significativas e se estabelecem em fatores determinantes para analisarmos os processos de modificações que estão em curso na sociedade.

E nesse período que também começavam a despontar tendências econômicas, políticas e ideológicas que se voltavam para a produtividade e para uma nova organização emergida

pela urgência do capital ávido em renovar os valores do liberalismo e exercer sua hegemonia de classe.

As entidades representativas dos que vivem próprio trabalho, tanto na esfera pública quanto privada não poderiam ficar desatentas às consequências da nova ordem econômica social que se colocava em marcha a partir da década 1980, seriam tempos conservadores e que haveria impor ao sindicalismo docente formas de atuação renovadas e massivas. Evidentemente, o SINPROSASCO, como organismo vivo e representativo da categoria, não poderia ficar alheio a esses processos, então, procurando povoá-los de consciência política e de direitos laborais, se revigorando socialmente e árdua e permanentemente buscando melhorias para o exercício da profissão docente dos seus representados.

Com esta pesquisa, entre outras coisas, objetivamos trazer à tona alguns aspectos da história social e política do sindicato privado dos professores de Osasco, de tal modo, que os nossos esforços pioneiros viessem contribuir com novos pesquisadores interessados na presença desta entidade no universo acadêmico educacional, oferecendo-lhes informações e interpretações que auxiliem e sirvam de alicerces para o desenvolvimento de futuros estudos analíticos, não apenas da entidade, mas como suporte e incentivo de novas pesquisas sobre o associativismo e sindicalismo dos trabalhadores do ensino particular.

Os estudos preocupados com a construção da história e da trajetória política e social do sindicalismo dos trabalhadores em educação tem ganhado algum espaço em certos grupos de pesquisas e programas de pós-graduação, como é o caso, do Grupo de Pesquisa e Teoria do Trabalho Docente e do Educador Social (GRUPHIS), da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), do Grupo de Estudos e Pesquisas para o Trabalho – GEPT/UnB, coordenado por Sadi Dall Rosso, ao qual é, co-criador da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Rede ASTE). Neste âmbito também temos a professora Marcia Ondina Viera Ferreira, que coordena o Grupo de Pesquisas Processo de Trabalho Docente, criado em 1999, com projeto de pesquisa em andamento: "Sindicalismo docente, mulheres e representações de gênero". O professor Erlando da Silva Rêses é membro dos Grupos de Pesquisa do CNPq: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (GEPT) do Instituto de Ciências Sociais (ICS) /Departamento de Sociologia da UnB e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Trabalho (NEPET) da FE/UnB.

Esses nomes são apenas para ilustrar, dentre tantos outros pesquisadores que vêm se debruçando nos estudos sobre a temática do associativismo e sindicalismo docente. De nossa parte, nos colocamos com o compromisso de colaborar com a construção da memória do sindicalismo docente, localizando e coletando documentos, fotografias, panfletos, realizando entrevistas e depoimentos daqueles que participaram de processos fundamentais da trajetória desses organismos de defesa dos interesses daqueles que vivem do próprio trabalho no mundo educacional, partindo do pressuposto que são esses os personagens que colaboraram para o entendimento mais profundo da presença dos professores, enquanto categoria profissional na história da educação.

Essas são as premissas, que nos levaram a estudar o SINPROSASCO, enquanto sujeito coletivo, que se constitui e se consolida na defesa dos direitos trabalhistas; celebrando acordos, convenções e contratos coletivos de trabalho, representando e defendendo, perante as autoridades administrativas e jurídicas os interesses e direitos da categoria profissional, exigindo o cumprimento de todos os direitos conquistados e, ainda mais, defendendo a unidade dos trabalhadores na luta contra a exploração do trabalho, contra todas as discriminações e pela a constituição de um país democrático.

Também é importante que se diga que a escolha em estabelecermos o desafio de estudarmos uma entidade representativa da categoria docente do ensino privado, está vinculada a constatação da pouquíssima incidência de pesquisas acadêmicas versando sobre as questões pertinentes ao associativismo e ao sindicalismo produzidos pelos professores que atuam na esfera da educação privada. Se essa escassez se mostrou preocupante no universo geral, com reduzido número de estudos tratando destas problemáticas, no que tange ao SINPROSASCO pode-se assegurar, que até o presente momento nenhuma pesquisa foi realizada sobre a sua trajetória. Mas, essa falta nos trouxe uma positividade, que foi termos que lançar mão da coleta de depoimentos e de entrevistas com os seus fundadores, desta forma produzindo uma aproximação real com aqueles que emprestaram suas vidas, dedicação e militância política, para que os professores de Osasco e Região pudessem ter os seus direitos profissionais mais elementares adequadamente defendidos.

O SINPROSASCO surgiu como sindicato oficial do ensino privado desta cidade, embora sua intencionalidade de representação regional estivesse presente no desejo da entidade desde os tempos em que experimentou a condição de associação de professores. Em

1986, com a outorga da carta sindical, o sindicato obteve a representatividade dos professores que atuam nas cidades de; Osasco, Cotia, Carapicuíba e Barueri, legalmente se transformando em Sindicato dos Professores de Osasco e Região.

Como vimos, ao longo desse estudo, e também pode ser verificado nos depoimentos que coletamos dos professores, a necessidade do sindicato surgiu num período bastante conturbado da história social, política e econômica brasileira, o fim da ditadura militar e a criação de organismos independentes e autônomos da classe trabalhadora. De fato, o cenário da transição política do país apresentava um sem números de lutas, os movimentos reivindicativos dos trabalhadores colocavam-se na ordem do dia. Greves gerais foram realizadas, partidos políticos e centrais sindicais foram criados pelos trabalhadores em todas as partes do Brasil.

Nesse universo de reivindicações que aconteceu nesse período, os professores não estavam às margens desse processo, pelo contrário, se organizavam e procuravam participar ativamente das mudanças que então se anunciavam. Seus esforços se materializaram em diferentes frentes políticas e sociais, como também, na clarividência de que a criação de entidade sindical era um passo importante que precisava ser dado. Tanto como um espaço objetivo do agrupamento da categoria, como no incremento de reivindicações, na legalização dos seus direitos trabalhistas, como é o caso dos registros funcionais, garantias salariais, recolhimentos previdenciários, pagamento de férias. Como também fazer a validação dos acordos coletivos estipulados e acordados em lei que nem sempre são respeitados por aqueles que empregam os professores no âmbito do ensino privado em nosso país.

No final, mas não menos relevante, é necessário dizer que julgamos de suma importância à realização desta pesquisa, tendo como principal suporte, as vozes e o resgate das memórias de pessoas que viveram e participaram ativamente das transformações históricas do seu tempo, inserindo seus nomes e os seus esforços políticos organizativos na história social da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Danusa Mendes. Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo de professores públicos no Ceará (1962-1992): a APEOC/sindicato e o SINDIUTE. Tese apresentada a Universidade Federal de São Carlos (2015).

ALMEIDA, Danusa Mendes, **FERREIRA JR.** Amarílio. “As pesquisas sobre o associativismo docente no Brasil: o que dizem as produções acadêmicas nacionais? (2015).

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas (SP), Cortez e Editora da Unicamp, 1995.

_____. O Que É Sindicalismo. (Coleção: Primeiros Passos) (Sindicalismo -Políticas - São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

_____. Uma breve radiografia das lutas sindicais no Brasil recente e alguns de seus principais desafios. In: **INÁCIO, J.R.** (Org.). Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos? Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

BASSO, Maristela e **POLIDO**, Fabrício. A Convenção 87 da OIT Sobre Liberdade Sindical de 1948: Recomendações Para a Adequação do Direito Interno Brasileiro aos Princípios e Regras Internacionais do Trabalho (in) Rev. TST, Brasília, vol. 78, no 3, jul/set 2012

BAUER, Carlos. Brasil, 1968: estudantes, operários e guerrilheiros escrevem a história a contrapelo. In. Contexto Radial / Unidade Estácio Participações — São Paulo nº 12, junho de 2010.

BAUER, Carlos. **PONTES**, Suelen. Sindicalismo Universitário na América Latina – História e Embastes Políticos na Contemporaneidade. (1990-2010). In. Heurística, Revista Digital de História de la Educacion, Dezembro, 2013, nº 16.

BAUER, Carlos. Associativismo e sindicalismo na história da educação – aspectos teóricos e ideológicos de sua construção. In. Pedagogias Alternativas. Jundiaí. Paco Editorial:2014.

BOHN, Rudhy Marssal. Organização Sindical e Precarização do Trabalho Docente nas Instituição Privadas de Ensino Superior em Rondônia. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Federal de Rondônia (2015).

BOITO JR. Armando. Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. Crítica Marxista. São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p.80-105.

BOSI, Ecléa. O Tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 16-18.

_____. Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos- Companhia das Letras. São Paulo;1994.

CARDODO, Adalberto Moreira. O Sindicalismo no Brasil breve excuro sobre mudanças e permanências. In. Sindicalismo e Relações Trabalhistas. Cadernos Adenauer III, v. 2, Rio de Janeiro. Fundação Konrad Adenauer, 2002.

CARR, Edward Hallet. Que é história? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CORONEL, Márcia Cristiane Völz. Pesquisas sobre Gênero e Sindicalismo Docente: o que dizem a respeito da participação sindical das mulheres? Universidade Federal de Pelotas (UFPel). 37ª Reunião Nacional da ANPED – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.

DANTAS, Vanessa Amorim. Aspectos históricos e políticos da Associação de Professores do Estado do Maranhão (1976-1989). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), 2016.

DAL ROSSO, Sadi. et ali. Associativismo e sindicalismo em educação - Organizações e lutas / Brasília: Biblioteca “Sindicalismo em Educação” volume 1 - Paralelo 15, 2011.

DALL ROSSO, Sadi; **LUCIO**, Magda de Lima. O Sindicalismo Tardio da Educação Básica no Brasil. Revista Universidade e Sociedade. Brasília, DF, ano XIV, Nº 33, 2004.

DAL ROSSO, Sadi. et ali. Associativismo e sindicalismo em educação - Organizações e lutas / Brasília: Biblioteca “Sindicalismo em Educação” volume 1 - Paralelo 15, 2011.

DALL ROSSO, Sadi; **LUCIO**, Magda de Lima. O sindicalismo tardio da educação básica no Brasil. Revista Universidade e Sociedade. Brasília, DF, ano XIV, Nº 33, 2004.

DAL ROSSO, Sadi; **CRUZ**, Hélvia Leite e **RÊSES**, E. Condições de emergência do sindicalismo docente. In: Pro-posições. Revista quadrimestral da. Faculdade de Educação /UNICAMP. Campinas, SP, v.22, n. 2 (65), maio/agosto, 2011.

DINIZ, Cássio de Hiro; **BAUER**, Carlos. A história do movimento sindical docente em Minas Gerais (1979-1983). IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL” Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa– Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5 – 2012.

FERREIRA JR., Amarilio. Sindicalismo e Proletarização: A SAGA DOS Professores Brasileiros. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.

FERREIRA JR, Amarilio. **BITTAR**, Marisa. Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985) - São Paulo: Terras do Sonhar: Edições Pulsar, 2006.

FERREIRA, Marcia Ondina Vieira. Pesquisando Gênero e Sindicalismo Docente. et ali. Associativismo e sindicalismo em educação - Organizações e lutas / Brasília: Biblioteca “Sindicalismo em Educação” volume 1 - Paralelo 15, 2011.

FREITAS, Sônia Maria de. História oral: possibilidades e procedimentos. São Paulo: USP, 2002.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. In: Cadernos Pagu (8/9). Editora da UNICAMP: Campinas, 1997.

GINDIN, Julián; **FERREIRA**, Marcia Ondina Vieira; **DAL ROSSO**, Sadi. (orgs). Associativismo e sindicalismo em educação – teoria, história e movimentos / Brasília: Biblioteca “Sindicalismo em Educação” volume 2 – Paralelo 15, 2013.

LE GOFF, Jaques. A história nova. Tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins, 1993

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 1990.

HIDAKA, Renato Kenedy. Sindicalismo docente e reforma neoliberal no estado de São Paulo. In: Associativismo e Sindicalismo em Educação: Teoria, história e movimentos. Editora: Paralelo 15, 2013.

LANÇA, Héliida. O Jornal Sindical e a Formação Política: o caso da UDEMO junto dos diretores de escola da rede Estadual paulista. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), 2013.

MATOS, Alessandro Rubens de. Trajetória do sindicato dos profissionais em educação no Ensino Municipal (SINPEEM): 1986-2004. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. Escravizados e Livres: Experiências comuns na classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2008.

MIGUEL, Mirian Maria Bernardi. História da educação Brasileira e seus personagens invisíveis: práticas políticas e sindicais do sindicato dos funcionários e servidores da educação do Estado de São Paulo – AFUSE (1978-1992). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), 2016.

MIRANDA, Kênia Aparecida. As Lutas dos Trabalhadores da Educação: do novo sindicalismo a ruptura com a CUT. Tese (Doutorado em História Social) Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

_____. Como os trabalhadores da educação pensam a educação dos trabalhadores: um estudo sobre os sindicatos docentes do Rio de Janeiro”. Meio digital. <http://hdl.handle.net/2133/5615> . Artigo publicado em 2011.

MOLINA, Helder. Capitalismo, sindicalismo e educação dos trabalhadores: uma análise da política nacional de formação da CUT. Dissertação de Mestrado em Educação, UFF, 2003.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho. 26. ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.

NORONHA, Eduardo G. Ciclo de Greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. In: IUPERJ, São Paulo 76: 119-168, 2009.

OLIVEIRA, Wellington de. O Movimento docente de Minas Gerais, Brasil, no final dos anos de 1970: Um engajamento no “Novo Sindicalismo”. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2006.

OSTRONOF, Leonardo José. Poder, gênero e identidade: um novo momento no sindicalismo. Tese de Doutorado apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) 2008.

PAIVA, Luis Roberto Beserra de. Sindicalismo e associativismo docente universitário na América Latina e embates políticos na contemporaneidade (1990-2010). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), 2016.

PEREIRA, Maria Cristina Cardoso. Judicialização de Conflitos Coletivos na esfera sindical: o caso do Andes Sindicato Nacional. In: Associativismo e sindicalismo em educação – Organizações e lutas / Brasília: Biblioteca “Sindicalismo em Educação” volume 1 - Paralelo 15, 2011.

RÊSES, Erlando da Silva. Contribuição sócio histórica do sindicalismo docente da educação básica no Rio de Janeiro. In: Associativismo e sindicalismo em educação – Organizações e lutas / Brasília: Biblioteca “Sindicalismo em Educação” volume 1 - Paralelo 15, 2011.

_____. Sindicalismo docente da educação básica no Brasil: história, memória coletiva e construção de interfaces. 2011.

_____. De Vocação Para Profissão: organização sindical docente e identidade social do professor. Tese apresentada a Universidade de Brasília (UnB), (2008).

RIBEIRO, Maria Luíza Santos. A Formação Política do Professor no Exercício Profissional Durante os 70: Organização e Liderança. São Paulo, 1983 (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ROCHA, D. A era FHC e Lula: Transição? Brasília, 2004.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram e cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. O Sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorganização. In: Cadernos Adenauer. Ano III, nº 2, 2002.

SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras e Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo - Mapa do Ensino Superior no Estado de São Paulo, 2012.

SILVA, Robson Santos Câmara. O Sindicalismo Docente da Educação Básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia, da Universidade de Brasília. 2013.

SILVA, Juan Carlos da. A política educacional do governo José Serra (2007-2010): Uma análise da atuação da Apeoesp. Dissertação apresentada no Programa de pós-graduação em Educação da UNICAMP (2013).

SILVEIRA, Denise Tolfo, **CÓRDOVA** Fernanda Peixoto, et al. GERHARDT, Tatiana Engle e **SILVEIRA**, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SINPROSASCO – Estatuto dos Professores de Osasco e Região, 2015.

SOUSA Andrea Luciana Harada. Mercantilização da educação e precarização das relações de trabalho docente: o ensino superior privado e a atuação do Sindicato dos Professores em Guarulhos. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2015.

THOMPSON, E. Paul. A voz do passado – História oral. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

VINCENTINI, Perin Paula; **LUGLI**, Rosario S. Genta. Associativismo docente no Brasil: Configurações e estratégias de legitimação do final do século XIX à década de 1970. In. Associativismo e sindicalismo em educação – Organizações e lutas / Brasília: Biblioteca “Sindicalismo em Educação” volume 1 - Paralelo 15, 2011.

XAVIER, Libânia Nacif. A Construção Social e Histórica da Profissão Docente. Revista Brasileira de Educação v. 19 n. 59 out.-dez. 2014

SITES CONSULTADOS

ANDES- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal.andes>. Acesso em 10/07/2015

ADHB - Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>- Acesso em 10/07/2015.

ANPUH- Associação Nacional de História. Disponível em: <http://site.anpuh.org/>. Acesso em 16/06/2015.

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Disponível em: <http://www.anped.org.br/>; Pesquisa ao banco de Teses e Dissertações. Acesso em 21/12/2016.

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Disponível em: <http://www.anpocs.com/>. Acesso em 21/09/16.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Busca por Teses e Dissertações. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>. Acesso em 10/07/2015.

CIE – Centro de Informações Educacionais. Disponível em: <http://deosasco.educacao.sp.gov.br/centros-n%C3%BAcleos/centro-de-informa%C3%A7%C3%B5es-educacionais-e-gest%C3%A3o-de-rede-escolar-cie>. Acesso em 18/09/2016.

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Disponível em: <http://cnpq.br/>. Acesso em 12/11/2016.

COMIL. http://pt.coinmill.com/BRC_BRL.html#BRC- Acesso dia 26/12/2016.

CUT – Central Única dos Trabalhadores. Disponível em: <https://www.cut.org.br/>. Acesso em 03/04/2015.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/>. Acesso em 15/06/2015.

FEEESP – Federação dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo. História da Federação. Disponível em: <http://www.feeesp.com.br/index.html>. Acesso em 10/07/2016.

FELCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Banco de Teses e Dissertações. Disponível em: <http://fflch.usp.br/>. Acesso. 11/07/2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados Escolares. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso. 10/07/2016.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa. Dados Escolares. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>. Acesso em 11/07/2016.

IDHM – índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Dados Sobre Osasco. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=353440&idtema=118&search=sao-paulo%7Cosasco%7Cmunicipal-human-development-index-mhdi-&lang=>. Acesso em 13/07/2016.

SEAD – Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/>. Acesso em 12/11/2016.

SBU – Sistemas de Bibliotecas Integradas. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/>. Acesso em 23/11/2016.

SEE – Secretária de Estado de Educação. Número de Matrículas. Disponível em: http://www.educacao.sp.gov.br/central-de-atendimento/Relat_Escola.asp?ID_DIR=060&ID_MUN=492&ID_DIST=&NM_MUN=OSA_SCO&NM_DIST=&CD_ADM=1&Nova=1. Acesso. 21/11/2016.

SINPROSASCO – Sindicato dos Professores de Osasco e Região. Disponível em: www.sinprosasco.org.br/sinpro-osasco. Acesso em 08/12/2016.

REFERÊNCIAS (ÉPIGRAFES)

ANDRADE, Carlos Drummond de. Mãos Dadas. In Sentimento do Mundo. Companhia de Bolso. FUVES, 2013.

_____. A flor e a náusea. Publicado em Antologia Poética – 12a edição – Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, ps. 14,15 e 16)

BAUER, Carlos. Associativismo e sindicalismo na história da educação – aspectos teóricos e ideológicos de sua construção. In. Pedagogias Alternativas. Jundiaí. Paco Editorial:2014.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos- Companhia das Letras. São Paulo;1994.

BUARQUE, Chico. Música. Apesar de você. 1978.

BENJAMIN, Walter. “Experiência e Pobreza”. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRECHT, Bertolt. Elogio da Dialética/A necessidade do Sindicato. In: <http://mepr.org.br/cultura-popular/poesias/96-coletanea-de-poemas-de-bertolt-brecht.html>: Acesso; 21/07/2016.

CAZUZA. O Tempo Não Para - 1989 - Universal Music Brasil

FORTUNA, José. Osasco, Cidade Sorriso. http://www.josefortuna.com.br/poemas/osasco_cidade_sorriso.htm - Acesso em:12/07/2016.

GONZAGUINHA. E Vamos à Luta. Música de Gonzaguinha em o sexto álbum da cantora brasileira Alcione, lançado em 1980 pela gravadora Polygram.

GULAR, Ferreira. Toda poesia. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

KARL, Marx. Que é salário? <https://www.marxists.org/portugues/marx/1865/salario/>. Acesso; 10/01/2017.

SÊNECA. Dicionário de citações: 5.000 citações de as literaturas antigas e modernas com o texto original. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TAIGUARA. Que as crianças cantem livres, 1973. In. <http://memoriasdaditadura.org.br/artistas/taiguara/>. Acesso. 02/12/2016.

TROTSKY, Leon. <https://www.todamateria.com.br> > História. Acesso em 18/07/2016.

JORNAIS UTILIZADOS (ACERVO DIGITAL DA FOLHA DE SÃO PAULO)

Folha de São Paulo, 1º de março de 1988.

Folha de São Paulo, 10 de abril de 1991.

Folha de São Paulo, 11 de abril de 1991.

Folha de São Paulo, 09 de maio de 1991

Folha de São Paulo, 15de maio de 1991.

Folha de São Paulo, 16 de abril de 1991.

Folha de São Paulo, 08 de agosto de 1991.

ENTREVISTAS ANEXOS A

Neste item estão presentes todas as entrevistas feita por nós.

Mantivemos a transcrição de todas as falas na íntegra.

Todos os entrevistados autorizaram a publicação das entrevistas em sua totalidade.

ENTREVISTADOS

Maria José Favarão (Mazé), professora e membro fundadora do Sinpro.

Rubens Aparecido dos Santos (Rubão), Professor, participou ativamente após fundação do Sinpro-Osaasco.

Onassis da Silva Xavier – Professor e atual presidente do SINPROSASCO no ano de 2016/2017.

ENTREVISTA ANEXO B

ENTREVISTADO

Marcos Müller- Professor e membro fundador do Sinpro-Osasco

Esta entrevista foi cedida pela instituição SINPROSASCO

ENTREVISTA PROFESSORA MARIA JOSÉ FAVARÃO (MAZÉ)

POR MARIA CRISNEILÂNDIA & CARLOS BAUER.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer – Quem é a professora Maria José Favarão? Quando e em que cidade nasceu? Qual sua formação acadêmica? Quando e como se deu o seu ingresso no magistério? Quanto tempo atuou no magistério até concorrer à primeira candidatura política?

Maria José Favarão

Bom, Maria José Favarão, eu nasci em 21/11/1953 na cidade de Osasco, mas, na época era um bairro de São Paulo, portanto eu sou paulistana de nascimento original, mais eu sou osasquense de vida inteira. Entrei no magistério em 74. Eu comecei a dar aula em uma fundação, na época era o Instituto Tecnológico de Osasco e depois foi incorporado a Fundação, Instituto Tecnológico de Osasco e paralelo a isso comecei a pegar substituições na rede estadual. Então a minha carreira ela se dá concomitante na Rede Privada que seria o antigo ITO e na Rede Pública fazendo substituições em várias escolas de Osasco ou de São Paulo, mais de Osasco e em 84 quando eu me efetivei na rede estadual eu já naquele mesmo ano participei do congresso que definiu a filiação da antiga CPB, Confederação dos Professores do Brasil a Central Única dos Trabalhadores que havia sido criada um ano antes e, me envolvi, comecei a me envolver na vida sindical da rede privada, tendo participado da comissão para a criação do Sindicato dos Professores de Osasco e Região e, já tendo feito parte da primeira direção provisória, e na primeira eleição definitiva eu já fui eleita presidenta, cargo que ocupei por três mandatos e depois disso fui secretária e tesoureira, até que em 2000, tendo sido eleita vereadora eu pedi um afastamento e a partir daí sou uma sócia remida do sindicato que eu ajudei a criar.

O Sinpro-Osasco nasce como uma associação, a Associação Profissional dos Professores de Osasco e, posteriormente a fundação do Sindicato dos Professores de Osasco. Quais foram as principais motivações que levaram a proposta de criação do Sinpro-Osasco?

Maria José Favarão

Nós fazíamos parte de uma federação, que era uma federação ampla suficiente para não ter tempo de cuidar da categoria aqui na nossa cidade e na região. O que mais nos motivou foi à luta pelos registros profissionais. A nossa grande bandeira é: se você tem um trabalho sistemático, frequente, que é o trabalho fim, que é o trabalho fim na educação, a atividade fim, você tem que ter o registro, tem que estar registrado na sua carteira de trabalho e a Previdência Social, você tem que ter o registro. Então o que me motivou foi o reconhecimento da categoria, através do seu registro, não apenas a mim, a outros companheiros da época, me lembro do professor Rubão, aqui também junto comigo brigávamos bastante por isso, tem também o professor Divalte bom, aí vieram felizmente vários. Então o que nós brigávamos era isso, que fossemos todos registrados e, sendo registrados que fôssemos reconhecidos e reconhecidos todos os direitos da categoria a qual eu pertenço que é a aposentadoria especial, o recesso, as férias de 30 dias, a própria jornada e tal e, de fato o Sinpro-Osasco ele nasce com a vocação de regulamentar o trabalho do professor da rede privada na Cidade de Osasco e Região. Quase todos os sindicatos de Osasco, são Osasco e Região, que Osasco é um polo dessa Região. Paralelo a isso, quando nós criamos o sindicato em 86, paralelo a isso havia a discussão da criação de uma Federação que, afastar-se-ia daquela Federação ampla suficiente para não tomar conta de nada e criar essa Federação dos Professores do Estado de São Paulo (FEPESP). Então, em alguns anos depois, 88, 89, eu não me lembro, desculpe não tenho tanta lembrança, o Sindicato dos Professores de Osasco e Região do qual eu já era presidenta compôs o núcleo fundador da (FEPESP) Federação dos Professores do Estado de São Paulo, que tinha também como objetivo lutar pela regulamentação da categoria, regulamentação no sentido de que tem que ser registrado, é o mínimo que havia e depois se organizar para obter novas conquistas.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Da criação da Associação e posteriormente do Sindicato aparecem alguns nomes como à senhora já citou na formação da entidade, o seu e dos professores Marcos Muller, Divalte Garcia, e Osmar Orlandini. Qual a importância desses atores nessa luta e quais foram as principais dificuldades encontradas do ponto de vista político e organizacional no momento de fundação do Sinpro?

Maria José Favarão

Está faltando o professor Rubão, cujo nome eu me esqueci agora, que também foi presidente do nosso sindicato e uma pessoa assim de uma importância ímpar na criação do sindicato.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Essa composição foi da formação da Associação?

Maria José Favarão

Isto, que depois foi o da formação do sindicato e da Associação para o Sindicato não deve ter sido mais do que um ano. A Associação serviu para que nós nos agrupássemos e uma coisa interessante de registrar é que esses professores saíram das escolas mais importantes da Rede Privada e do Município. Eu era da Fundação, o Marcos Muller e o Orlandini eram do Colégio dos Remédios, um Colégio tradicional da Zona Norte da Cidade, o Divalte também era da Fundação como eu e também dava aula o Divalti se eu não estou enganada no Leonardo da Vinci, de onde o professor Rubens também era professor. Então, nós tínhamos a representação das maiores escolas de Osasco tá, aquelas que mais tinham referências, não eram as únicas, haviam outras de médio porte, que por ter uma relação que era muito o dono da escola a convivência então era mais difícil você poder fazer a discussão sindical. Nessas três é importante também, nessas três à postura, a linha pedagógica das escolas, os mantenedores das escolas tinham uma posição mais aberta, mais democrática, tá. A Escola Nossa Senhora dos Remédios é de uma ordem religiosa mais se tem uma posição mais aberta, mais democrática, o Leonardo da Vinci foi criado, pertence a um grupo que tem uma posição democrática até hoje, aberta que se dispõe a debater, pode não concordar mais se dispõe a debater e a Fundação o ITO de onde erámos eu e o Divalte, nós nascemos no momento de ampliação, de massificação da luta contra a ditadura, que nós já estávamos na fundação desde 70.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Então nesse momento, quais eram as principais dificuldades do ponto de vista político e organizacional que pudesse interferir na organização do Sinpro?

Maria José Favarão

Então nós tínhamos essas três unidades escolares de onde e onde podíamos fazer a discussão, onde as irregularidades eram relativamente menores, aliás, eram menores e de onde nós podíamos compor uma diretoria. As demais escolas que havia, várias delas ainda se mantem no Município, na Região, nós tínhamos muito problemas para entrar, muito, muito problema.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Voltando a esse período histórico, o momento da ditadura, a repressão, como à senhora analisa a conjuntura daqueles dias? A conjuntura política que o país vivia naquele momento histórico? E como elas influenciaram as discussões da criação do Sinpro-Osasco?

Maria José Favarão

Então veja, não era diferente do que a gente está vivenciando atualmente. Vamos estabelecer a repressão que existia nas escolas não eram uma repressão tão marcada como sendo uma repressão política, partidária, não é isso, digamos assim, então era um controle, você tem um emprego, bom então é nas condições que eu dou, são essas as condições que eu estou dando, não é o piso, não é o salário mínimo, não é o registro, não são os direitos, porque é isso, ou é isso ou você não será empregado. E isso não é uma questão menor, como não é hoje ainda, não é uma questão menor para o aspecto organizacional. Foi no mesmo período em que a própria APEOESP, da rede estadual retoma suas grandes mobilizações, não é, retoma o próprio Sindicato alguns anos antes com eleições com um diferenciado. Na APEOESP, a estrutura da APEOESP, o estatuto da APEOESP e a natureza de um serviço público permitia a entrada de dirigentes da APEOESP nas escolas, a Rede Privada não tem esse privilégio, quer dizer é uma conquista, é uma conquista mais pela sua especificidade é um privilégio, nós não tínhamos essa conquista, não temos até hoje. Então há dificuldade do debate, de entrar na escola, de conversar sobre os direitos, nós nunca nos referenciamos nas questões pedagógicas naquele momento, era assim, você trabalha, tem registro? Não, não tenho, então temos que fazer o registro. Você trabalha, trabalha, recebe no mínimo um salário mínimo, se não recebe tem que receber. Eu me lembro de uma luta que nós tivemos de uma escola em cotia que queria descontar segunda, terça e quarta-feira de carnaval, queria descontar, porque não trabalhava bom, não trabalhava porque o Brasil inteiro não trabalha está certo, bom, então se não vai trabalhar então nós não vamos pagar. Então, para você ter ideia das artimanhas de não respeitar neste caso o direito para você receber, embora naquele período você não tenha

condições de estar trabalhando, então as grandes ações, as mais intensas ações e mais frequentes eram mesas redondas para o básico, registro em carteira, respeito de horário de trabalho, pagamento de hora extra.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Houve apoio de outras entidades sindicais da região que pudessem favorecer a fundação do sindicato? Se sim, quais? E como se deu essa colaboração?

Maria José Favarão

Olha, a gente dialogava, nós nascemos sob o manto da CUT tá, então nós dialogávamos com os sindicatos cutistas, tá dialogávamos, que no caso eram os comerciários e os bancários, mais todos eles também tinham suas especificidades, também estavam em um período de reorganização, lembro o período das greves, as grandes greves do ABC.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Então como já foi dito, a criação se deu no momento dessa transição política, marcado por entre outras coisas a Assembleia Nacional Constituinte, eleições para governadores e outros eventos. Houve a participação do Sinpro-Osasco nesses eventos, e de que forma isso foi feito?

Maria José Favarão

Então, vamos dizer assim os fundadores, os primórdios, eu, o Marcos Muller, o Rubão, o Orlandini e também o Divalti, embora o Divalti que se colocou uma missão que era construir o sindicato, depois disso ele falou: “agora é com vocês”, mas sempre esteve junto. Nós viemos de movimentos outros, em fim da luta contra a ditadura, da década de 70 de uma forma ou de outra, nós havíamos participado, um mais na igreja, outro na universidade tá, no movimento estudantil. Então, nós compreendíamos o sindicato como espaço de luta política mais ampla e com muita limitação, muita limitação nós participávamos da luta do período, então havia caminhada em São Paulo, havia idas a Brasília, havia necessidade de baixo assinado, de faixas, estávamos nisso, estávamos, mais conforme eu disse, a categoria sabia disso através de um informativo, porque pela dependência do emprego ela tinha muita dificuldade de participar, era muito medo. Eu me lembro de uma outra greve que nós fizemos, se eu não estou equivocada isso já era em 92, uma greve de professores aqui pela campanha

salarial e nós já estávamos na Federação, já desenvolvíamos campanhas Estaduais, como outro sindicato, sindicato da baixada, sindicato do ABC, São Paulo. É que nós íamos panfletar nas escolas privadas e nós panfletávamos na entrada, porque não podíamos entrar e quando chegava dentro da unidade o dono da escola estava na porta para falar bom dia, boa tarde, dependendo do horário e os professores jogavam fora o material.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - E como o sindicato lidava com essa questão?

Maria José Favarão

Não tinha como lidar, era uma disputa política certo, nós não podíamos obrigar o professor a não jogar fora, a não ter medo do patrão e, o patrão e o patrão, ele é o dono da escola. Então nós tínhamos o informativo que era o Cafezinho Sindical, onde nós levávamos as discussões da categoria.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - As principais formas de lutas empregadas seriam essas? E as greves?

Maria José Favarão

Nós fizemos uma grande greve, aí nas demais a gente chamava a paralisação, assembleias.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Essa grande greve foi no ano?

Maria José Favarão

Em 92, se eu não estou enganada, já faz tempo, aí as assembleias, aí a partir da própria Federação nós fomos avançando em algumas conquistas e uma das conquistas era, nós queremos mais espaço para dialogar com os professores, então nós conseguimos que houvesse um quadro de avisos do sindicato mais não conseguimos que nós entrássemos na escola para colocar os avisos.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer- Isto seria uma questão para as formas de organização de base?

Maria José Favarão

É de busca de organização da categoria tá, pra você organizar alguém você precisa dialogar com este alguém tá certo, a forma que nós tínhamos para dialogar era com panfletos nas portas ou com o Cafezinho Sindical, que quando eram para os filiados, ia para a casa deles, o informativo, quando não eram filiados como e a grande maioria que é todos os sindicatos, eu não sei como anda agora mais a média de filiação era de 20 a 25% das categorias.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer – Existia a preocupação em organizar os professores em suas respectivas instituições? A senhora lembra de algum nome que ficou marcado nessas escolas?

Maria José Favarão

Lógico! Nas escolas além dos próprios diretores, os colegas professores que demonstravam essa disposição, a gente já incorporava na diretoria pra que não fosse demitido tá, aí nós tivemos de outras escolas movimentos e quando surgia uma liderança naquela escola, a nossa preocupação era proteger para que ela não fosse demitida, daí vieram diretores novos, veio a Solange, veio o Luiz, veio o próprio Onassis que hoje é o diretor do sindicato, tá certo, mais naquele momento para nós do Sinpro-Osasco e Região era muito difícil pensar em uma organização em um local de trabalho, era muito difícil, porque veja, na escola particular média, nós temos aqui o Fernão Dias, temos o Haya, temos o próprio Leonardo da Vinci, temos umas outras mais novas, quantos professores eles têm tá, vamos considerar 50 professores, esses professores estão lá num período, frequentemente estão na Rede Pública também, porque na Rede Pública eles se efetivam e na Rede Privada existe o medo de perder o emprego a cada final de semestre, final de ano, então o que que seria ter as disciplinas frequentes então você pode se encontrar com seus colegas no máximo duas vezes por semana, certo. Como que você organiza isso? A categoria em minha opinião, nossa categoria de professores na Rede Privada é muito difícil de organizar, o que a gente avançou um bocadinho era de ter as referências e mesmos os delegados sindicais, certo, e ter uma estabilidade de pelo menos um ano para cada um dos delegados, ainda assim não era fácil, não é fácil você até hoje eleger os delegados.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - É importante que a senhora nos ajude a localizar a base social do Sinpro-Osasco, dos trabalhadores em educação que irão se filiar ao Sinpro. Qual é o perfil social dos filiados e, se existem professores que se destacaram nesse processo?

Maria José Favarão

Para responder esta pergunta nós precisamos considerar como é que está a nossa categoria hoje, a nossa categoria da Rede Pública e da Rede Privada, que já, nós eramos chamados de mestres, nós eramos considerados magistrados, portanto tínhamos o reconhecimento enquanto tal. Todo o desenvolvimento e o próprio processo de democratização da educação levou a uma democratização em quantidade, mas pagando o preço da qualidade tá, na categoria, é, o rebaixamento salarial, as pressões com relação a produção, ao que chamamos de produção, tem que fazer, as cobranças do neoliberalismo da década de 80 e 90, que era importante você mostrar números e números, tá, as exigências pelas relações de trabalho, nos casos que a gente ainda houve infelizmente na rede privada do aluno pela sua origem econômica, pela sua origem até familiar, dizer eu posso mais que você professor, certo, ganha mais que você, não me atazane o espírito. Isso produziu uma categoria que hoje é uma categoria no geral que chega até a faculdade, aí não há o estímulo para ele continuar estudando, não há o estímulo pra que ele amplie sua visão de mundo, pra que ele leia, pra que ele vá ao cinema, vá ao teatro, pra que ele possa usufruir de vários tipos de músicas, para tudo aquilo que a gente já sabe, nós estamos com um professor hoje que, o processo cultural, a proletarianização, mais a proletarianização não precisaria levar a uma redução da potencialidade cultural. Não é porque eu sou um trabalhador na indústria que eu não posso ler, ir ao cinema, não é isso. Aí a gente tem que considerar tudo isso, o que é a categoria hoje? O que é a nossa categoria hoje? Se você observar a categoria no campo Público, Municipal e Estadual, você vai ver, isso não sou eu que estou falando, hoje é área de estudos e tal, vai fazer magistério, vai fazer pedagogia o aluno que não tem uma performance de mediana pra alta na escola pública e, aí com as facilidades, corretas que estão sendo dadas neste século de financiamento da educação, de bolsas de estudos, a própria ampliação nas universidades públicas a situação modificou um bocadinho, mas nas demais é a matrícula e o básico. A educação a distância, sendo a formação inicial, eu acho isso, você paga por isso, você paga por isso. A Educação Inicial a Distância tem um preço, tem o preço da limitação dessa formação. Então como é que

identifico o professor hoje? Como é que eu identifico, tá, eu acho que não há esse critério, acho que é até o contrário, algumas pessoas que você vê as vezes com uma formulação de pensamento meio truncada, com uma articulação da língua meio, não precisa ser purista, mais assim é questão de pluralizar um verbo, então aí de repente é professor. Eu acho que é o contrário, na Rede Privada, acho que é um pouco diferente, sim é! Porque a Rede Privada pode se dá ao luxo ainda de alguma seleção, mais a minha geração já devia tá aposentada ou fora eu que sou meio atrapalhada e continuo, mais há duas gerações depois a minha de cursos egressos de formação, perto de mim tem uma lacuna imensa. Então como é que você identifica? A, é o que mais frequenta livrarias, será? Essa é uma identificação do professor hoje e temos estudos sobre isso, infelizmente sim, e verdade, que fará magistério, portanto pegará as series iniciais, fará pedagogia, pegará as series iniciais que são as mais importantes, diga-se de passagem, na minha opinião, quem e quanto aluno da escola pública esteve de mediano para baixo.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Então para a senhora esse perfil de professor que era mais elitizado ele vem se modificando com esse processo de globalização e de expansão do ensino universitário?

Maria José Favarão

Eu corrigiria a palavra elitizada, eu não sou elitizada eu sou filha de motorista de caminhão e dona de casa, eu não participava de uma elite, a maneira como as coisas se desenvolveram para mim, minha mãe fez apenas a quarta série, mas, filha de italiano e acreditava no estudo, veio de uma cidade onde havia escola e tal e me permitiu as condições de uma universidade, uma universidade pública, até porque na época não tinha as outras como tem agora, não para pedagogia e, agora isso faz de mim uma elite? Até me honraria em ser uma elite intelectual entendeu, o período em que estudei, eu estudei no final da década de 70, então eu não diria elitizada mais eu diria que sai de uma classe social é, mediada, uma classe média, baixo média e que opta por ser professor, opta por ser professor, opta, escolhe, então eu quero ser professora, ainda há algumas manifestações dessas felizmente que às vezes são filhos de professores, embora o contrário seja muito mais frequente, eu não serei professora para sofrer tanto quanto meu pai sofreu, minha mãe sofreu. Então o processo da globalização, o processo da universalização do ensino de 1ª a 8ª e agora mais, ele apresenta no mercado uma demanda,

apresentou no mercado uma demanda que quem é que estava em condições de atender face a contrapartida desta profissão, qual é o salário e a tarefa de quem realmente quer ser professor, e aí é um círculo. Então, não teria hoje qual é o perfil, ainda é um perfil diferente da rede municipal, perdão, das redes públicas, mais mesmo assim, com muita frequência é o mesmo profissional com um comportamento diferenciado, aí por que Mazé? Pela questão de que posso perder meu emprego.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer – O Sinpro procurou formas de articulação com outras centrais sindicais? E como se deu o processo com a Federação?

Maria José Favarão

Nós éramos filiados à CUT e sempre estivemos filiados às ações da CUT. A Federação nós somos fundador da Federação. Para criamos a Federação era preciso à criação de cinco sindicatos, nós criamos o Sinpro-Osasco e Região e já havia os outros quatro, era: o ABC, São Paulo, Baixada Santista e um do interior que eu não me lembro agora quem era e o Sinpro-Osasco foi quem atendeu a exigência para a fundação da Federação. Quatro sindicatos já existentes necessitavam de um quinto para criar a Federação. O Sinpro-Osasco assim que se criou entrou no processo de criação da Federação, então nós somos fundadores da Federação e sempre estivemos lá, ou na executiva, ou na executiva e direção, da mesma maneira como nos filiamos através disso a Confederação, a (CONTEE) Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer- E neste momento o Sinpro já representava, Cotia, Carapicuíba, Barueri?

Maria José Favarão

Sim. Ele nasceu com a representação regional, ele nasceu. E participávamos e também da CUT, então os congressos da CUT todos eles nós participamos, fazíamos as assembleias, as assembleias não eram concorridas, não eram, mais sempre atendíamos ao mínimo exigido para poder eleger o delegado, tínhamos direito a um delegado, dois, três, tal, tínhamos, nunca compusemos a direção, nunca compusemos a direção da Central e a época logo no comecinho não havia ainda sub sede da Central como hoje há em Osasco, então nós também disputamos

estar na sub sede, nós sempre tivemos. O Sinpro com certeza no período em que eu era mais ativa sempre esteve envolvido nos movimentos políticos e sindicais mais amplos, partidários aí cada um tinha o seu partido, embora a retomada de tudo isso passasse muito perto do Partido dos Trabalhadores, muito perto.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - No momento da criação qual o número de filiados que a instituição alcançou, e como se dava esse processo de angariar filiados?

Maria José Favarão

Nós sempre estivemos nesse percentual meio padrão do movimento sindical tá, 20, 22, 25%, da categoria, sempre tivemos meio isso, agora eu estou afastada do sindicato desde o ano 2000, faz 15 anos, então não sei te informar

Maria José Favarão

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - O modelo de organização do SINPROSASCO e a aprovação de seu estatuto seguem os padrões convencionais que, é a organização vertical ou elege outro modelo de organização?

Maria José Favarão

Nós tentamos fugir um pouco disso, nós criamos um colegiado, mais veja, alguém tem que assinar o cheque, alguém tem que responder a um processo, alguém tem. Então, nós tínhamos um comportamento colegiado, mas, a estrutura era a estrutura que nos permitia ser reconhecidos. Então, presidente, tesoureiro, tem o secretário, primeiro tesoureiro, primeiro secretário. Nós fazíamos a comissão de comunicação, grupo de comunicação, grupo jurídico, o grupo de finanças, como é que a gente vai trabalhar as questões das finanças, a questão que nós discutíamos o não recebimento do imposto sindical na época, chegávamos a devolver para o associado, contribuição confederativa tá certo, porque cutista que éramos defendíamos escapar da estrutura, como uma reforma política, certo, você pode ser o melhor partido do mundo, você pode ser a melhor pessoa do mundo, tem uma estrutura, tem um sistema e para sua sobrevivência você passa a sobreviver daquele sistema mantendo a sua identidade.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Do momento de pensar criar a entidade, da Associação ao Sindicato qual foi o momento mais importante para a entidade? Um congresso, uma grande greve que o Sinpro participou em peso?

Maria José Favarão

O que nós temos, exceto dizer a greve de 92, o que nós temos são as campanhas salariais, quando é apresentada a pauta de reivindicação. Aí tem a assembleia é apresentada a pauta e em alguns seguimentos, por exemplo, o Sinpro toma conta do SESI, SENAI E SENAC, em alguns seguimentos você consegue liberação do ponto para participar da assembleia, então ela é mais concorrida, mais não há.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Quais os mecanismos que o Sinpro-Osasco elegeu para o seu diálogo com a categoria? Jornais, congressos, etc.

Maria José Favarão

Na época que eu estava lá tinha o Cafezinho Sindical, que era assim, saia especial se não saía a cada mês e meio dois atualizando, informando, entramos no processo dos convênios, erámos o que tínhamos o sistema não permite muito mais que isso, então era avisos informativos sempre, fazíamos atividades né, as assembleias para eleger os delegados para a CUT, CUT Nacional, CUT Estadual, para tirar pauta de reivindicação, fazíamos algumas atividades vamos chamar assim, de confraternização, como eu sei que faz até hoje, que eu vou a quase todas, a festa do dia dos professores, fazemos um jantar, alguma coisa, mais na época eram essas, visitas as escolas, eu ia muito à escola, adorava ir à escola. E é um problema também, de novo meu parâmetro e o público, nunca escola pública, municipal ou estadual, ainda que o diretor esteja sentado a mesa ele não tem o poder de te demitir, ele tem o poder da pressão, do bullying, da coação ele tem, poder não, ele não tem autoridade para isso, quem quer saber até ele conseguir esse intento vai ter muita água debaixo da ponte, na escola privada não, se a direção da escola, o dono da escola, o cara do RH tiver, aí você percebe que ninguém vai te perguntar, nem do tipo, o que você está fazendo aqui? Nada né, nada. Então uma das coisas assim, a gente tem que informar que vai visita, marcar a visita e, bom espera que se possa conversar só com os professores, eu fiz isso até quando eu fui para a vereança e depois acabei me afastando um pouco.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - A professora Maria José Favarão (Mazé), ficou como presidente do sindicato desde a sua fundação até que ano?

Maria José Favarão

Eu militei diretamente no Sinpro até o ano 2000, diretamente, agora antes disso eu fui presidenta por duas ou três gestões, eu fui secretaria, eu fui, até porque a luta sindical é, você não é uma coisa fácil, você tem que decidir, se você optasse pela luta sindical, o que você ganharia em troca? Nós tínhamos uma orientação tá, como a rede privada você tem um piso mais você tem salários diferenciados nas escolas, a nossa orientação até o momento em que fiquei lá era, você recebe o mesmo salário que você receberia do que se estivesse em sala de aula, para que ir ao sindicato não significasse ter um benefício monetário. Então eu tinha cinco aulas eu ia me afastar para fazer um trabalho sindical, para visitar escola, para acompanhar mesa redonda, para fazer homologação, então eu vou receber o valor que eu receberia com cinco aulas. Ah, mais a minha escola paga tão pouquinho. Bom, então vai lá e organiza a categoria, luta melhor pelo teu salário, daquele seguimento da sua categoria que o sindicato paga mais, está certo. Mais mesmo assim tem a questão da família, a questão das pressões, de que nunca mais você vai arrumar emprego depois que você sair do sindicato, tem as tarefas que decorrem do sindicato, tem o Congresso da Federação, Congresso da Confederação, Congresso da CUT, agora não está mais filiada à CUT, mais tem essas outras coisas. Que bom, se você é diretor você tem que considerar que isso é uma tarefa sua então não é exatamente fácil você ter essa militância. Mas no momento em que estive lá, tanto como presidenta tanto quanto outros cargos, nós sempre tivemos uns 30, 35% de mulheres, nunca chegamos a ser maioria, embora a categoria seja magirioritariamente feminina.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Gostaríamos que nos falasse um pouco sobre a origem de sua militância política e como chegou a sua atuação como dirigente sindical, como ela começou e quais foram os principais embates que, por ventura, tenha participado?

Maria José Favarão

Olha, pela minha natureza eu sempre fui muito pergunteidora. Adoro perguntar, por quê? Por quê? Mais como assim? Por quê? Então na minha época de ginásio, colégio, porque eu fiz ginásio e colégio, eu peguei o período da ditadura, peguei o período da greve aqui em Osasco, 1968, na época eu tinha 14 anos, 15 anos talvez isso. Eu via que tinha um movimento, via que algo estava acontecendo, eu estudava no Seneati, o Seneati estava fechado, o máximo que a gente podia, para mim e para minha idade era assistir, por exemplo, Navalha na Carne, que na época era uma descortinada, da pobreza e tal, do submundo. Quando eu vou para a universidade, nós ainda estamos sofrendo o efeito da ditadura e por essa minha natureza, eu já me metir, quer dizer fui convidada e incorporei em um grupo e reabriu o (CAEL) Centro Acadêmico de Estudos Literários, porque eu sou das letras tá, nós estávamos nas Colmeias, nós começamos nas Colmeias com psicologia depois nós fomos para o prédio COSEAS, logo no ano seguinte. Então no prédio do restaurante e tal, na época, imagina na década de 70, aí nós nos juntamos abrimos o CAEL reabrimos o CAEL para produzirmos as apostilas que os professores pediam, então a gente imprimia no famoso mimeógrafo a álcool, quando conseguíamos uma tinta era bárbaro, o elétrico então era fantástico, nós reabrimos a partir disso que era aquilo que parecia. Formamos um grupo feminista, porque qualquer outro era questionado, isso 1974, 75, época de maior terror da ditadura, que intencionou depois da greve de 68, maior terror da ditadura né, e compus, participei de um grupo, éramos um grupo que começou a escrever o Letrim, havia o Pasquim, que era um instrumento de resistência, através do deboche, através do humor e tal, então nós fizemos o Letrim. O Letrim além de falar alguma coisa da política geral sobre a ditadura, buscava denunciar os atos de autoritarismo, os atos de, não seria nepotismos claramente, mais os atos de alguns professores, mais ainda que eram os coordenadores das cátedras, então eu me lembro que havia uma cátedra cujo coordenador selecionava as vagas de pós-graduação a partir da relação pessoal que ele tinha notadamente com meninas, está certo, então o Letrim denunciava isso. Então né, “atenção está aberto o concurso de mis, quer dizer opa de vagas para a cadeira de com o professor tal”, mais era um número muito pequeno, a gente imprimia aquilo e no dia seguinte as aulas começavam as sete e as seis horas da manhã a gente circulava todo o corredor lá do prédio, entrava nos banheiros em algumas salas de aulas e deixava alguns exemplares do Letrim, infelizmente eu não guardei nenhum, quer dizer, eu até guardei mais no momento em que nós tivemos um companheiro que foi preso e poderia responder pelo 477 a gente recebeu uma orientação de que era pra queimar tudo. Mais a coisa de, já era professora, coisa de 20 anos atrás

conversando com uma colega professora também de português, batendo papo, e aí Mazé, então tal e tal, o Letrim, ela diz: “você fazia o Letrim?” Eu fazia parte do grupo que fazia, e ela diz: “nossa a gente esperava o letrim, a minha mãe lia o Letrim, joguei fora os meus há pouco tempo”, que pena né”? Mais teve um papel importante, nós não tínhamos nem o próprio termômetro disso, esta moça, por exemplo, lia, gostava e tal, mas ficava lá, não ia atrás da gente, alguém sabe quem escreveu? Porque eu quero me juntar ao grupo e tal, não! O medo é uma coisa terrível, o medo é uma coisa terrível! E quanto mais isolado você está mais poder tem o medo, nós sabemos disso. Então, aí teve o Letrim tá, a gente consegue década de 80, eu começo a dar aulas para os trabalhadores, eu não tive atuação no movimento estudantil a não ser esta do Letrim e do grupo para discutir feminismo, era assim o que nós podíamos debater. Aí eu começo a militar na corrente sindical classista, que é o braço sindical, da tendência sindical classista, aí tem o grupo estudantil que vai dá origem a (LIBELU) Liberdade e Luta do Movimento Estudantil e, que eu não participei porque eu vim para o movimento sindical, como eu dava aula para operários, então, eu dialogava com os operários, era aonde eu tinha que desenvolver, que também foi depois de 74, o período os últimos 5, 6 anos da ditadura, que teve o voto nulo quando foi ARENA e MDB, que teve o voto nulo, que teve a Assembleia constituinte, que foi no final de 80 que a gente já debatia, dialogava, então, eu vim para uma militância semi-clandestina com operários de onde eu trabalhava. Eu era do grupo cuja a atividade estudantil passava pela LIBELU, mais eu não militei na LIBELU, não fui as festas, não disputei chapa pela LIBELU, depois eu vim para cá, daí é que está o grande impulsionador da minha atividade sindical, aí eu já estava conversando com metalúrgicos, com os químicos, com têxteis, depois no final dos anos 70 a gente já começa, fizemos a campanha da Anistia Ampla Geral e Restrita, a gente já estava na rua com isso, em 83 a greve e eu já estava trabalhando, eu já estava no Estado, mais quando voltei para fazer meu mestrado no final do século passado, na década de 90, eu já estava no movimento sindical, e aí eu gostei!

COSEAS – Coordenadoria de Assistência Social

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer- Naquele momento para a sua atuação no sindicato houve algum tipo de resistência pelo fato de ser mulher? Se sim, como essas dificuldades se manifestaram?

Maria José Favarão

Sim. Existia dificuldade por ser mulher porque o mundo é machista, certo, então na família a mulher fala: vou compor a diretoria do sindicato. Como que você vai compor, e as crianças, isso nós sabemos não modifica. Dentro do sindicato, sendo eu a presidenta ou quando a Solange foi presidenta, uma outra companheira também, aí a nossa intensão, sempre foi de trazer mais mulheres, bom no nosso caso não dava para a gente sofrer nenhum tipo de discriminação lá dentro se não a gente brigava, nunca fomos maioria, agora não sei como é que está a posição, eu acho que diminuiu bastante, acho que diminuiu.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Quais eram os principais desafios que estavam colocados para a organização associativista dos professores do ensino privado paulista naqueles dias?

Maria José Favarão

Todos. Todos. Todos. Naquele período, nos anos 70, 80, todos. Quando é que a Rede Estadual recupera espaço? É na época sabe de quem, quando o Malluf era governador, Malluf era governador ainda no período da ditadura, aí os colegas da Rede Estadual nas condições que eu já falei para você, que são efetivos, que para mandar embora, começam a dizer, opa, tem alguma coisa errada, vamos conversar, vamos lá. Agora a Rede Privada, a Rede Privada a Federação que havia é essa que te mencionei FETEE certo, que tomava conta de tudo para não precisar tomar conta de nada muito bem, então, ela existia, existia. Ela tinha sede, tinha imposto sindical, tinha taxa confederativa e se alguém fosse procurar dependendo de como interessava era recebido absorvido e dizia, não dá e já jogava água fria. O estímulo, lógico sempre você tem os indivíduos que particularmente, internamente tem as suas decisões, agora condições de associativismo, condições de agrupamento, elas passam a existir após anos 80, que em São Paulo foi isso. O Sinpro-São Paulo passa a ter uma atuação tá, passando a ter uma atuação, o Sinpro-ABC é construído a partir das lutas do ABC, o Sindicato de Santos já era antigão, muito antigo com muitos vícios e tal, mais o seu presidente se dispunha a dialogar, conseguir melhorias para a categoria, era uma referência política. O ABC era político, São Paulo tinha o viés de organização da categoria e mais vamos dizer assim, mais progressista, Santos e outro que não consigo me lembrar de onde vem o outro, não consigo lembrar e

Osasco que veio, eu tive um papel importante nisso, então foi nesse período, foi depois de 80, 84 que brotou mais.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Em que grau de ensino esses professores atuavam? Existe um destaque maior para a atuação de professores de um determinado nível de ensino?

Maria José Favarão

Nós tínhamos desde 1^a a 4^a, 5^a a 8^a e Colegial. A maior parte dos dirigentes ministravam aulas no Colegial. Em Osasco nós tivemos uma grande dirigente, que era professora de 1^a a 4^a série, só uma, que se projetou como dirigente, depois vieram outras, mais que não está mais na categoria há algum tempo, mais é do ensino médio, que seria o Colegial.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Existia uma instituição de ensino com maior representatividade de filiados e de atuação mais efetiva para o Sinpro nos primeiros anos de sua fundação?

Maria José Favarão

Sim. A minha escola, a minha escola, depois os Remédios, era nessa ordem, minha escola, os Remédios e depois o Leonardo e depois algumas outras, havia uma outra escola que fechou, Continental que fechou e tal, e as demais eram assim, só alguns, eu não vou dá esses números para você agora não. E aí o SESI, a gente cresceu bastante em filiação com o SESI E aí a gente conseguiu ampliar, conseguimos ampliar também por conta das atividades vamos chamar assim, de convênios, de parcerias com colônia de férias do Sinpro-São Paulo, nós também entramos nessa.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer- Como o sindicato se organizava, cursos, assembleias, quais os mantenedores mais difíceis de negociar?

Maria José Favarão

Por exemplo, esse que te falei, que eu fui lá panfletar, isso as 06:30 da manhã e, 07:00 horas deu o sinal, fiquei na porta até as 07:30 e fui para o sindicato, uma 10:00 horas da manhã,

09:30 eu não sei, uma amiga me ligou, e disse Mazé fui obrigada a jogar o papelzinho fora, eu quero ler, não consegui nem ler, eu falei, tudo bem eu mando para tua casa me dá aí seu endereço. As relações se davam assim, escondidas. A Fundação Bradesco era difícilíssima de fazer uma filiação da Fundação Bradesco. Nossa, a gente conseguia fazer uma filiação na Fundação Bradesco, desde que não fosse feito desconto em folha, desde que não fosse em folha porque aí não saberia que era filiado ou quando alguém queria ser mandado embora, aí ele vinha e dizia, quero me filiar.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Em linhas gerais, qual foi a importância do Sinpro-Osasco no interior do movimento sindical nos anos em que esteve como dirigente? Em sua opinião, qual é o papel que essa entidade tem desempenhado na história dos movimentos políticos e sociais dos trabalhadores em educação?

Maria José Favarão

Olha, eu posso falar para você da época em que eu estava lá. Na minha época eu digo para você que o Sinpro, as ações do Sinpro com limitações, com impedimentos para dialogar com professor, ele foi um centro de divulgação das lutas. Nós tínhamos uma ordem assim, todas as campanhas nacionais, fechava, no dia seguinte tinha uma faixa em frente do sindicato falando da campanha. Então vamos imaginar a Assembleia Constituinte, tinha lá, diretas, tinha lá, não aos fiscais do Sarney, quer dizer, nós éramos um espaço de difusão e de divulgação das lutas. Não conseguíamos organizar a partir daí, pelas as dificuldades que a categoria, que muito possivelmente ainda apresenta, mais, nós divulgávamos. Nós as primeiras diretorias compreendíamos o sindicato como um espaço de uma luta política mais ampla, compreendíamos a natureza do sindicato, a capacidade de aglutinar independente de raça, cor, religião e, opção partidária, mas, nós tínhamos a compreensão de que sociedade nós queríamos. Então, todas as campanhas que aconteceram da fundação do sindicato até um ou dois anos antes da minha saída ou possivelmente depois, eu acredito, todas elas nós divulgávamos. Nós alugamos uma sede e já falávamos: põe dois mastros de cada lado para a gente esticar a faixa, então era quase como se fosse um outdoor. Houve um papel importante de divulgação das lutas gerais, de divulgação das atividades coletivas do movimento sindical tá, de debates face a disputas eleitorais, tá certo. Nós promovemos debates entre candidatos, nós levávamos na época da Assembleia Constituinte em 1988, os candidatos e os deputados

aqui de Osasco, o deputado de Osasco era Francisco Rossi, nós levamos as reivindicações da categoria para ele, isso tudo a partir da ação da própria Federação, então a Federação e o Sindicato de Osasco, nós tivemos sim, no mínimo esse papel difusor, no mínimo, está certo, nós participávamos de tudo.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Existe alguma questão ou posicionamento que gostaria de registrar nesse depoimento?

Maria José Favarão

Não. Eu acho que não. O que eu tenho que registrar que, é muito, muito difícil você fazer movimento sindical na rede privada de ensino, muito difícil, muito. E essa dificuldade que vamos dizer assim, é uma dificuldade sindical, ela acaba se refletindo em qual educação está sendo oferecida em cada uma das escolas e, no mínimo é uma educação que não mostra outros lados a não ser aquele lado tá, que o sindicato ele não mergulha na questão pedagógica, tá ele não mergulha, mas, a questão pedagógica faz parte do mundo, e se o mundo é um mundo limitador, repressivo, antidemocrático, o resultado da ação pedagógica vai ser repressora, limitadora, antidemocrática, né. É muito difícil, muito difícil. Bom, é por isso que a gente tem que defender ainda que não seja na rede privada nós temos que defender a meta 17 do Plano Nacional de Educação, porque se a meta 17 é alcançada, você tem na rede privada que sempre foi um pouco a mais, exceto escolinhas muito menos e tal né, vai ter que subir.

Tem outra coisa que considero interessante, um amigo de quem eu gosto muito, muito, muito, ultimamente a gente tem divergido um pouco. E ele defende a escola privada nos seguintes termos; o Estado tem que oferecer educação, ele é filho de Escola Pública, como eu. O Estado tem que oferecer educação e tem que oferecer de boa qualidade. A escola privada é uma escolha do pai, é uma escolha, então ele pode sim, escolher uma confessional, na confessional ele pode escolher a ordem que ele quer, agostinianas, misericórdia, ele pode escolher ligada as origens culturais, Dante Alighieri italiana, Osvaldo Cruz alemã, bom por aí vai, então é importante ter isso claro, ninguém é contra a escola privada, nós só queremos que a escola privada seja a opção do pai.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Por fim, existe algum poeta, alguma canção, um verso, um pensamento, ou uma frase que ache importante constar como epigrafe dessa entrevista?

Maria José Favarão

Várias. Pode ser várias?

“Amanhã vai ser outro dia” ou então “a lição sabemos de cor só nos resta aprender” e, “em mesmo em tempos ruins, todo mundo também dá bom dia”.

Tem uma minha pessoal, “vida minha vida, olha a minha o que é que eu fiz”, e aí todo o resto da música.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer- Professora Mazé, a senhora nos autoriza a publicação de excertos ou mesmo a totalidade da entrevista que nos foi concedida?

Maria José Favarão

Sim.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Nós jogamos muito importante que a memória dos professores e demais trabalhadores da educação seja preservada. Nesse sentido temos procurado defender que o nome de nossos entrevistados seja divulgado, para que suas trajetórias e presença na história da educação não caia no anonimato ou seja esquecido. Portanto, o senhor concordaria que seu nome fosse divulgado em nossas pesquisas.

Maria José Favarão

Sim.

.

ENTREVISTA PROFESSOR ONASSIS MATIAS XAVIER

POR MARIA CRISNEILÂNDIA & CARLOS BAUER

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer – Quem é o professor Onassis? Quando e em que cidade nasceu? Qual sua formação acadêmica? Quando e como se deu o seu ingresso no magistério?

Onassis Matias Xavier

Eu sou professor de educação física, professor da rede SESI e da rede pública, estou na rede Sesi desde março de 91 e julho de 91 na rede pública, sou professor de educação física, fui coordenador, vice-diretor e diretor de escola na rede pública e no Sesi eu atuo como professor, sou formado na Universidade Estadual da Paraíba, fiz pós-graduação no Rio e fiz pós-graduação aqui também na Fiel, como pedagogo aí fiz administração escolar, fiz personal trainer mais algumas coisas por aí.

Quando e como se deu meu ingresso no magistério? Final de 88, início de 89, foi a minha formação na educação física, personal trainer foi um pouco mais para a frente, 96, 97 pela FMU, estou na área do magistério, há 25, 26 anos completos. Nós passamos também por três anos que eu dei aula na Paraíba para a primeira fase, os pequeninhos que naquela época era chamada de primário, três anos que trabalhei com essa faixa etária também.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer- Como se deu o seu ingresso como Dirigente Sindical do Sinpro-Osasco e, em que ano?

Onassis Matias Xavier

O ingresso foi exatamente em 92, e em 92 eu já estava na rede SESI, quando começaram as dificuldades de relação empregado e empregador, então sempre teve essa correlação de forças entre quem trabalha e quem explora, o explorador, então muito bem. Já em 92 tinha umas reivindicações muito forte que permanecem até hoje e aí nós começamos a ser um pouco mais enfáticos nessas reivindicações e aí eu entrei, fui eleito pela categoria pra ser delegado sindical, fiquei um ano então, tive uma ação e uma participação direta na demissão de 6 professoras na época e aí fizemos um trabalho de invasão da escola, nós tivemos uma ação

muito forte e aí eu fui punido pela instituição depois de uma auditoria por 30 dias de suspensão e a partir desse momento eu fui convidado pela Mazé até então, que era presidente do sindicato para fazer parte da diretoria. Então eu entrei no sindicato de 92 para 93 por nossas eleições elas acontecem entre novembro e dezembro e você toma posse em dezembro e a partir dessa data eu comecei a fazer parte das diretorias sequenciais do sindicato.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Quais são as principais dificuldades do ponto de vista político e organizacional no momento atual do Sinpro? E como elas influenciam as discussões das ações do Sindicato?

Onassis Matias Xavier

Agora é toda vida. A maior dificuldade que nós temos é a participação dos professores, o engajamento da categoria na ação do sindicato. Para a categoria todo sindicalista é ladrão, todo sindicalista é vagabundo e a gente está aqui apenas passando o tempo como diretor do sindicato e na verdade a maioria são as 58 clavas 57 que nós temos nos quatro seguimentos que representamos que são: o Ensino Básico, o SESI, SENAI, Ensino Superior e os cursos livres. Os cursos livres agora não fazem mais parte da nossa representatividade. Mas, é muito forte a não participação da categoria e a mesma a alienação política dos professores, então você chega numa escola para você mostrar a pauta de reivindicação, muitas vezes o professor não quer nem saber, porque na maioria dos casos o professor quer defender o seu interesse pessoal e não o interesse da categoria, principalmente no ensino superior. No ensino superior os professores não se entendem professores, eles se entendem advogados, eles se entendem médicos, enfermeiros, engenheiros, mais nunca professores, porém, quando a escola não faz o pagamento deles na data base, como é o caso que nós estamos passando agora na Uni Fiel, aí eles recorrem ao sindicato dos professores e não a OAB e não ao sindicato dos engenheiros, mais sim o sindicato dos professores e eles não entendem o sindicato como seus representantes, quando eu falo isso eu nunca falo na sua totalidade eu sempre falo por uma grande parte porque tem aqueles professores que abraçam a causa que participam das assembleias, que vêm até o sindicato.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Você atribui isso ao que, essa desvalorização, e criminalização. O que faz esses movimentos de criminalizar as organizações construídas para os próprios trabalhadores? Você atribui isso ao que?

Onassis Matias Xavier

A corrupção. Nós somos o seguinte, o sindicato é uma entidade de classe, é uma entidade social que está aqui para representar uma classe e as nossas instituições todas elas, eu não excluo nem o judiciário, porque dentro do judiciário existe a corrupção também, é claro que existem pessoas serias e assim é em toda a sociedade. Você chega no meio político eu não preciso dar exemplo e a gente ver o que está na mídia, é a mídia comprada e muitas vezes polarizada pelo grupo econômico e pelos governos que aí estão e aí o que que acontece a sociedade civil não confia nas suas entidades de classes, nos seus movimentos de classe. Então, hoje a corrupção infelizmente ela nivela todos os níveis, todos os movimentos, todas as categorias como um sendo um só. Você chega à segurança pública, você chega à médica, na saúde, você chega aonde você chegar você tem os corruptos e os corruptores. Hoje a sociedade está muito envolvida pelos meios de comunicação, hoje você não ler você ver, então é mais fácil ver e acreditar naquilo que está sendo dito na mídia, tanto televisiva como rádio e deixar de ler, deixar de procurar contra a oposição, hoje geralmente você pega uma linha e ler aquilo que lhe interessa você não faz o contraditório para que você possa dizer esta está certa ou está errada e eu vou nessa linha algumas coisas tem fundamento e outras não. Então hoje em dia a nossa sociedade não faz uma avaliação da oposição, ela faz uma linha e qual é a linha? Aquela que lhe é mais fácil, e qual é a mais fácil? Aquela que você não precisa ter trabalho. Eu ligo a televisão e tenho a informação que eu quero.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - No momento de seu ingresso como Dirigente Sindical quais eram as principais formas de lutas empregadas pela categoria? (Greves, paralizações, carta denúncia) como o sindicato levava essas questões à diante?

Onassis Matias Xavier

As formas de luta não mudaram muito não. Isso se você for pegar a classe média, os trabalhadores já começaram a fazer greves e a greve é o último meio que o trabalhador tem de conseguir alguma coisa, então quando uma categoria entra em greve ela não entrou porque

acha bonito, porque quer atrapalhar o trânsito ou porque quer aparecer diante da mídia. Quando uma categoria entra em greve é porque não existe mais argumento para convencer o patronado, então quando a gente vai para uma greve ou quando a gente propõe uma greve é porque nosso poder de argumentação acabou e, não há mais o que fazer a não ser tratar ou tentar dar prejuízo àqueles que nos incomodam. Infelizmente na educação é o contrário, quando o professor faz greve dá lucro às instituições eles deixam de pagar. Nas instituições particulares não acontecem à greve, porque infelizmente o dono de escola ele tem o poder de te demitir a hora que quiser então ele faz assim, vai fazer greve, pode fazer em julho eu te mando embora e, ele tem julho e dezembro para mandar embora. Então, qualquer paralisação que você fizer na escola particular você tem emprego por mais três ou quatro meses no máximo, então, o poder de greve que é o último momento que nós temos para conseguir alguma coisa na escola particular ele é anulado esse poder ele é anulado, então nós não temos greve na escola privada pelo medo do desemprego.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - E vocês fazem o que?

Onassis Matias Xavier

Argumentos. O nosso maior argumento em uma negociação que nós estamos agora, são três negociações o básico, o superior e o Sesi, SENAI que, inicia-se agora em fevereiro as nossas negociações. Então, qual é o nosso poder hoje? A divulgação, a panfletagem em frente da escola tentando da melhor forma possível colocar os patrões em uma situação que os deixem constrangidos, na verdade o que nós temos que fazer hoje e tentar ao máximo constranger os donos de escola e informar a sociedade do que está se passando com a educação particular que nós representamos.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Então essas são as argumentações que o Sinpro utiliza para o diálogo com a categoria?

Onassis Matias Xavier

Nós temos alguns meios que estão sendo bem utilizados pelo sindicato, esse meio são: nós temos o facebook em pleno ar, colocando os professores a par de tudo o que está acontecendo, nós temos os e-mails que encaminhamos aos professores quase que diariamente senão duas ou

três vezes por semana informando o que está acontecendo, nós temos o twitter nosso que funciona, nós temos o nosso site está certo, em resumo as mídias sociais hoje estão funcionando a nosso favor. Aí nós temos para causar constrangimento nos patrões o carro de som na cidade e a panfletagem em frente às escolas está certo, e os advogados de negociações em que nós tentamos argumentar em frente ao patronato das necessidades do professor e das dificuldades que o professor tem para exercer a profissão. O Sinpro tem os boletins eletrônicos e físicos também quando há necessidade. Nós não temos um boletim sistemático porque ele passou com a sustentabilidade, com essa coisa da economia, nós tínhamos um boletim chamado Cafezinho Sindical, que era físico e nós deixávamos nas escolas, só que esse boletim a escola não deixava a gente distribuir aos professores, eles pegavam para entregar aos professores e esses boletins nunca chegava ao professor ele era colocado no lixo, então para evitar o desperdício nós utilizamos a mídia, quando o professor nos fornece a mídia social e as panfletagens porque dentro das escolas ou fora nas portas das escolas somos nós que entregamos, então nós fazemos uma quantidade suficiente para não jogar fora, para não haver o desperdício de papel.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - E hoje nessas instituições o Sinpro tem esses professores que conseguem fazer esse trabalho efetivo de divulgação de articulação com os professores?

Onassis Matias Xavier

Temos. São os delegados sindicais, então os delegados sindicais eles são os nossos olhos dentro da escola. Então a escola atrasou o pagamento é o delegado sindical que nos informa a escola não está pagando à sexta básica, a escola está negando um direito básico para um professor é esse delegado que nos informa e, que aí a gente parte para as providências legais que vai desde a panfletagem a solicitação de fiscalização da DRT que vai até a escola verificar o ocorrido, ou a denúncia feita por esse professor.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - O Sinpro-Osasco procura formas de articulações com centrais sindicais, de que forma isto é feito?

Onassis Matias Xavier

Sim. Isso Já foi menos, na verdade não são centrais sindicais, são sindicatos, porque cada sindicato, cada filiação ele se filia a uma Central, hoje nós somos obrigados a estarmos vinculados a uma central sindical e hoje nós temos ai uma variedade muito grande de centrais sindicais, por exemplo: nós temos CUT, nós temos a Força Sindical, nós temos a Inter Sindical, nós temos CPB, temos CGPB e por ai vai, e uma infinidade, nós, por exemplo, somos filiados hoje a Inter Sindical, que é uma central sindicato, essa central ela cuida mais amplamente dos nossos cuidados, está certo, de nossos cuidados políticos, ou das nossas lutas, vamos dizer assim, reivindicações em nível nacional, por exemplo: uma data base para os professores em nível nacional isso é um sonho, se nós pudéssemos dizer, o Brasil inteiro a data base dos professores da escola particular é primeiro de março, seria uma coisa assim, extremamente importante, porque você ia tentar movimentos em que o Brasil se movimentasse isso não acontece. O professor, por exemplo, de Tocantins, eles não têm nem Acordo coletivo, nem Convenção coletiva. Em Salvador em 2015, agora em 2015 fez um congresso, para tentar o primeiro acordo coletivo, nós estamos em 2015 eu estou falando, tentar o primeiro Acordo coletivo do Ensino Superior. Então nós não temos Lei, *nego* faz o que quiser. Então o único meio de professor cobrar os seus direitos e a CLT e nada mais, não é? E aqui em São Paulo nós temos as Convenções Coletivas mais avançadas do Brasil, então nós estamos, São Paulo e Rio Grande do Sul, vamos dizer assim, na frente da luta, com os benefícios e as Convenções mais avançadas para o professor.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Dentre as instituições filiadas ao Sinpro- Osasco existe uma com maior número de filiados?

Onassis Matias Xavier

São Paulo, São Paulo eles têm vinte mil professores filiados, o sindicato de Campinas acho que está com oito mil e alguma coisa, não sei o número exato o Sinpro-ABC pega, Santo André, São Bernardo, São Caetano, são três cidades bem grandes, bem representadas e bem representativas em números de escolas, nós temos, o Sinpro-Sorocaba também temos, o Sinpro-Sorocaba também tem uma amplitude de 51 cidades, tem bastante sindicalizados, bem representativos, agora o maior deles mesmos é o Sinpro-São Paulo.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Qual é a Instituição de Ensino do Sinpro Osasco com maior número de filiados?

Onassis Matias Xavier

Nós temos o SESI, nós temos a FITO, nós tínhamos a FITO. Eu não sei hoje se a FIP é a maior escola. Você quer dizer o nosso maior colégio eleitoral? Nosso maior colégio eleitoral é o SESI, a FITO, a Anhanguera, que era a antiga Universidade Bandeirantes, acho que é isso, os outros são poucos professores.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - O número total de filiados?

Onassis Matias Xavier

Final de novembro, início de dezembro nós éramos 1502 filiados exatamente.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer- O Sinpro possui alguma campanha de filiação?

Onassis Matias Xavier

Temos. Nós temos inclusive uma agente filiadora que está viajando, e ela visita todas as escolas da base e, nós estamos buscando mais uma agente filiadora e nós fazemos campanhas com agendas, campanhas com camisetas. Uma das campanhas que pegou muito bem era assim: Educação não é mercadoria, e aí nós fazemos assim, como se fosse código de barra com um lápis, pegou muito bem a gente coloca o logo do Sinpro-Osasco e aí com bolsas inclusive nós temos bolsas sustentáveis, porque foi feita uma campanha e o professor que se sindicalizava recebia uma bolsa, com uma camiseta, com agenda, era uma campanha assim bem expressiva, temos que fazer esta campanha agora novamente para 2016 porque nós temos o objetivo de chegar no final de 2016 pelo menos com 1800 filiados.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - No seu período de atuação no Sinpro, tem algum momento que considera mais marcante na história? Uma grande paralização, um congresso, etc.?

Onassis Matias Xavier

Pra mim, eu não posso falar em um, nós tivemos uma vitória muito grande, que foi uma decisão judicial muito interessante que eu não me lembro do ano especificamente, 2009, 2008, 2006, eu não me lembro bem, que os patrões não queriam dar nada, e a inflação chegou a 16 ponto alguma coisa e eles ofereciam 5%, 9% e, aí nós entramos com uma ação na justiça e o juiz determinou que fosse pago 16.9 a toda a categoria, então isso foi marcante na época, os professores vinham aqui agradecer ao sindicato, tal, tal e tal. E a minha pessoal, foi essa da demissão, que eu já falei, demissão não desculpa, da auditoria que eu cumprir a suspensão por 30 dias do trabalho, então pessoalmente foi esse e para a categoria eu acho que esse foi momento eu acho que esse momento marcante mesmo foi essa decisão judicial em prol dos professores na época.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Existe uma maior atuação de um determinado nível de ensino?

Onassis Matias Xavier

Existe. Existe. O ensino básico, assim, ele é um pouco mais atuante. Ele é mais participativo do que o ensino superior. Os professores do ensino superior, eles em sua maioria, eu repito, em sua maioria não se consideram professores, a ponto de serem tão mal educados que quando os nossos diretores chegam à sala dos professores, e eu já participei de uma cena dessas, pra mostrar as ações do sindicato eles se levantam e saem da sala, grande parte dos professores, eu passei por isso na Uni Fiel tá certo, nós passamos por isso na Anhanguera e nós passamos por isso em uma faculdadezinha aqui chamada FALC, que os professores são escoraçados praticamente, trabalho precarizado e mesmo assim não reconhecem o sindicato como um órgão que está ali para beneficiá-los, tá certo, infelizmente a categoria do ensino superior ela é muito alheia ao que acontece no meio, agora são ímpar para cobrar. Quantos vocês vão conseguir para a gente este ano? Aí eu pergunto. O que o senhor vai fazer para a gente conseguir? É isso.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Poderia nos falar um pouco sobre esses professores, importantes articuladores dentro dessas instituições, e quais papéis eles cumprem? Por exemplo, os delegados sindicais.

Onassis Matias Xavier

Os delegados sindicais a função deles, eu já falei sobre isso, é ser os nossos olhos dentro da escola, então a função do delegado sindical é articular os professores para uma mobilização em relação aos seus direitos, que naquele momento eles estão sendo desrespeitados, então a função de delegado sindical ela é extremamente importante, apesar de alguns delegados não acharem importante a participação deles. Então o delegado sindical ele tem uma função talvez, mais importante do que o diretor sindical, porque nós somos eleitos, nós temos quatro cidades com aproximadamente mil escolas nas quatro cidades, talvez não chegue a mil, mais uma quantidade muito grande de escolas e aproximadamente três mil professores, está certo. O delegado sindical ele não consegue chegar a todo mundo, mais o delegado sindical dentro da sua escola ele consegue ouvir seus colegas e trazer para dentro do sindicato as suas angústias, não é, os seus anseios, as suas reivindicações, não é, e para nossa atuação o que está acontecendo dentro da escola, nós só sabemos quando alguém nos diz. “Eu não sou adivinho”. Mais você não foi ainda a tal escola? Por que querido? Lá está sendo feito isso, isso e isso. E você quer que eu adivinhe querida? Se eu adivinhasse, eu já tinha acertado a mega sena e não estava aqui, então eu não posso ir à sua escola se você não diz o que está acontecendo. Por que o que está acontecendo, por exemplo, agora no Anglo, não sei. Por que eu vou para o Anglo se está tudo bem? Se não tem nada lá, ou vou para uma escola que tem, então é necessário à atuação do delegado sindical.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - E como se dá a eleição do delegado sindical?

Onassis Matias Xavier

A eleição ela é uma cláusula do nosso acordo coletivo. Então, numa escola que tem trinta professores tem direito a um delegado, está certo, então toda escola tem direito a representação dos professores desde que tenha mais de trinta professores.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Quais são os mantenedores mais difíceis de negociar?

Onassis Matias Xavier

Então querida, é assim, são as escolas comandadas por padres e freiras, confessionais, essas escolas confessionais é complicadas as negociações ou são complicadas as negociações, mais mesmo assim eles são representados por sindicato patronal então nós temos o SIEEESP, que é o sindicato que representa as mantenedoras da escola de base e nós temos o SAMESP que é o sindicato que representa os donos das escolas superiores, então, quando nós vamos discutir o acordo coletivo, nós discutimos com seus representantes, tá certo, e aí o que é decidido em Convenção Coletiva é decidido para os mantenedores e para os professores. Então, eles têm um sindicato e nós temos outro, nós sentamos e debatemos as nossas cláusulas.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Em linhas gerais, qual é a importância que o Sinpro-Osasco tem desempenhado na história dos movimentos políticos e sociais dos trabalhadores em educação?

Onassis Matias Xavier

Os sindicatos em sua maioria, embora existam sindicatos que tem outra linha, eles são formados por pessoas de esquerda, está certo, e esses sindicatos em sua maioria eles apoiam os movimentos sociais, eles estão ligados a partidos políticos de esquerda, eu não vou aqui nomear cada partido porque você vai comprometer alguns sindicatos. Tem sindicatos ligados a vários partidos políticos e nós também temos as nossas preferências está certo, embora, na diretoria tanto executiva quanto na diretoria plena tem professores de todos os partidos, nós temos professores aqui, eu vou chamar de simpatizantes para ficar uma palavra bonita. Simpatizantes do PT, do PSOL, do PSTU, do PSDB e do PMDB, então nós temos professores delegados sindicais está certo, mais isso eu não acho, deixa só eu fazer um adendo, eu não acho isso ruim, porque a oposição as suas ideias te fazem refletir. Então, quando estou aqui muito empolgado, por que esse movimento? Por que isso o que lá? Por que assim e tal, aí levanta um e fala. Deixa eu falar presidente? Fala. Mas, tal e tal, aí você para pensa, embora você entenda que aquele discurso ele chega a ser patronal, então cabe a você parar, refletir sobre dito e argumentar. Eu costumo dizer na diretoria que eu estou hoje como presidente, até hoje são três anos, e nunca coloquei nada em votação, porque eu acho que a votação é rolo compressor. A votação é um instrumento democrático para o autoritário que tem a maioria e, eu posso fazer isso, eu não posso mais repetir isso se você perguntar, e a maioria que eu tenho está certo, eu posso utiliza-la da forma que eu quiser, inclusive para reprimir. Então, essa

história de vamos votar, quando você fala vamos votar, é porque acabou o teu poder de argumentação e você tem a maioria, sabe que tem a maioria, por isso você chama para votar, porque quando você não tem a maioria, você não pede votação, você quer que a tua ideia seja atendida pelo menos em parte, então você já não tem maioria e se tem a maioria, diz não, não, não é desse jeito e vamos pôr em votação então, eu já ganhei a votação, então, eu estou sendo um autoritário usando o instrumento da votação que é democrático para colocar aquilo que eu quero, porque eu tenho a maioria isso e muito complexo falar sobre isso, porque isso dá uma discussão, inclusive ética, moralista e pode ser também demagoga, dependendo do enfoque que você der a discussão essa ideia da democracia ela é muito vaga, eu tenho maioria eu quero a democracia por votação e aí eu passo o que eu quiser.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - É por consenso?

Onassis Matias Xavier

Exatamente, por consenso e argumento, eu tenho que ter argumento para te convencer de que eu estou certo, se isso não ocorrer nós vamos debater as ideias.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - E tem muitos conflitos nessas horas?

Onassis Matias Xavier

Graças a Deus, é assim, nós somos uma diretoria pequena, nós temos quinze membros, dos quinze, só onze são efetivos, não, nós temos dezesseis com dez efetivos, porque seis são do conselho fiscal e do conselho fiscal ainda não tem participação na diretoria direta, porque eles nos fiscalizam, então, a própria CLT não permite que o conselheiro fiscal esteja envolvido na diretoria executiva, você não pode fiscalizar aquilo que você executa, não tem cabimento isso. Então, nós somos dez e nesses dez, claro, as discussões existem. O bom de nossa diretoria é que nós somos todos vindo de esquerda, então, isso já nos dá um norte muito bom nas discussões, porque como somos de esquerda pensamos mais ou menos com algumas divergências, com algumas formas de lutas diversificadas ou diferenciada, certo, mais, pensamos mais ou menos como pensa o explorado e não o explorador.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Como se dá a organização e atribuição das funções no sindicato?

Onassis Matias Xavier

O importante que você precisa levar para a categoria e que alguns professores acham que nós vivemos, nós diretores sindicais vivemos do dinheiro do professor e do sindicato. No SINPROSASCO isso não é verdade, por exemplo, toda a nossa diretoria, todos os professores que dão plantão aqui, eles têm aulas, nós temos professores do Rio Branco, que dão aula no Rio Branco e tem o plantão. Nós temos professores do Anglo, nós temos professores do Haya, nós temos professores do SESI, nós temos professores do Estado, nós temos professores da Faculdade Fernão Dias, nós temos professores do Mackenzie, nós temos professores da UNIFEO. Todos esses professores que eu citei, ele tem uma carga horária na escola e tem um ou dois plantões no sindicato. Então, nós recebemos uma ajuda de custo do sindicato no valor da hora aula da nossa escola, então nós não recebemos a mais para estarmos no sindicato, nós recebemos o equivalente da escola pra tá aqui, tá certo, então, como que acontece, eu vou citar o meu caso, por exemplo, eu tenho vinte aulas no estado e doze aulas no Sesi, então qual que é minha carga horária, eu tenho seis aulas na segunda, seis aulas na quarta no estado, seis aulas na quinta e seis na sexta no Sesi, a tarde eu tenho reunião de diretoria na segunda, e mais duas aulas no estado, saio correndo daqui para o estado. Na terça-feira eu tenho a FEPESP e mais duas aulas no Estado, na quarta-feira eu tenho plantão à tarde no sindicato e na quinta-feira plantão à tarde no sindicato, na sexta eu tenho aulas no estado. Então, nós vivemos em função da escola e do sindicato. Nenhum diretor nosso é profissional do sindicato, nenhum professor nosso é afastado da escola para vir dá plantão integral no sindicato. Então, isso é bom que fique bem entendido, porque as vezes os nossos colegas, que são representados pela a gente, acha que nós só estamos no sindicato e no sindicato a gente não faz nada. Então, nós assim, todos do SINPROSASCO dão aulas em suas instituições base e dão os plantões no sindicato, é isso.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Poderia nos contar um pouco sobre a origem da sua militância política e em que momento da história tomou gosto pela política?

Onassis Matias Xavier

Eu tinha mais ou menos a idade da minha filha hoje, com onze, doze anos, eu no interior paraibano em uma cidadezinha chamada Esperança, nós, eu fui criado por um grupo, criado politicamente, deixa eu falar direito se não meu pai revira no túmulo. Eu fui criado politicamente por uma pessoa que eu admiro até hoje, ele foi perseguido, chamava-se Jaime Pedrão, ele foi perseguido politicamente, a esposa dele teve o bico dos seios arrancados sob tortura em frente a ele numa cadeira, numa cadeira, ele num pau de arara e ela numa cadeira na polícia federal em Campina Grande, ela teve os bicos dos seios arrancados, morreu de câncer e eu conheci essa família demais, e era flamenguista assim como eu, então nos aproximou mais ainda, então o que acontece ele nos ensinava política e política operária. Então, eu saía com doze, treze anos aproximadamente para alfabetizar o povo rural, para poder votar e criar naquela época o Partido dos Trabalhadores. Então, eu fiz parte de um movimento que foi o inventor, criador do Partido dos Trabalhadores. Nós vendíamos umas estrelinhas e umas camisetas feias, horríveis, pintada, mal pintada, com um nome assim, *optei* em cima de uma estrela, e eu vendia aquilo ali para arrecadar dinheiro para fazer a campanha do primeiro candidato a governador da Paraíba chamado Dorni Pereira, do qual nós fizemos, nos cotizamos na época para alugar um caminhão e colocar esse caminhão no meio da feira e ele fazia um comércio com uma difusora, isso em, nós estamos falando de 77, 78 aproximadamente, porque em 81 eu servi o exército eu já tinha passado por isso, eu estava aí pelos meus dezesseis, dezessete anos, quinze anos, você me fez voltar no tempo agora e eu estou vendo uma cena na feira, a gente com aquele caminhão e ele discursando no meio da feira, ninguém queria ouvi, ninguém entendia nada e se falava de movimentos sociais que o país ia ter um movimento social, que tinha um líder surgindo em São Paulo, que ia fazer a revolução no país, hoje eu me sinto envergonhado, e eu estou dizendo isso alto para ficar gravado, do que se passa dentro de um partido que eu criei, que eu ajudei a criar, então isso me deixa muito constrangido, porque eu jamais imaginava, hoje eu estou com cinquenta e dois anos, vou fazer agora no meio do ano, e eu não imaginava que o partido que você, o que eu fiz o que fiz para criá-lo se tornasse hoje alvo tão fácil de ser agredido, isso infelizmente acontece e vai continuar acontecendo. E naquela época só para ilustrar um fato eu com meus quatorze para quinze anos eu dizia que ia dormir na casa da minha avó, e dizia aos meus pais e dizia a minha avó e ia lá para a casa do Jaime Pedrão e no mimeógrafo rodar panfletos, colocar embaixo das casas das pessoas e no dia seguinte meu pai me chamava e dizia assim: meu filho você está vendo o que que está acontecendo? Cuidado com esse povo, esse povo é

comunista e você fique esperto para não se envolver com os comunistas e mal sabia ele que eu era um dos caras que colocava os panfletos embaixo das casas das pessoas, embaixo das portas e dos portões. Então essa foi uma, eu vivi esse momento, eu participei não e, embora hoje, isso infelizmente é uma grande decepção. Eu vejo que aquilo que eu preguei há trinta anos ou mais atrás, trinta e poucos anos atrás, hoje infelizmente eu não posso dizer a mesma coisa

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Você rompeu com o PT?

Onassis Matias Xavier

Querida, eu não vou dizer que eu rompi, eu vou dizer que eu estou desiludido com o partido porque quando você cria um filho e esse filho entra para as drogas, qual que é a tua luta? Tirar os filhos das drogas, então, como o PT lá na minha região, lá na Paraíba, lá no interior da Paraíba, eu fui um articulador é como se fosse um filho que entrou para as drogas e que eu tenho a esperança que um dia saia, embora hoje ele esteja afogado nelas e a gente tenha que colocar numa casa de recuperação, muito boa, muito conceituada, onde os seus psicólogos, seus médicos, seus tratadores tenham uma outra visão, é, recrie. A esquerda hoje no país ela tem que ser recriada. Por quem? Não sei.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - A burguesia está muito bem articulada?

Onassis Matias Xavier

Sim, muito bem articulada, mais quem deu essa autoridade a burguesia fomos nós, foi à esquerda que deu os instrumentos que hoje ela tem para lutar contra a gente, e deu isso eticamente, que é o pior, a pior, vamos dizer assim, a pior arma que você pode dar e a tua moral para alguém abalar.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Alguma questão ou posicionamento que gostaria de registrar neste depoimento?

Onassis Matias Xavier

Eu falei mais do que devia querida. Falei mais do que devia

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer- Professor Onassis, o senhor nos autoriza a publicação de excertos ou mesmo a totalidade da entrevista que nos foi concedida?

Onassis da Silva Xavier

Sim.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Nós jugamos muito importante que a memória dos professores e demais trabalhadores da educação seja preservada. Nesse sentido temos procurado defender que o nome de nossos entrevistados seja divulgado, para que suas trajetórias e presença na história da educação não caia no anonimato ou seja esquecido. Portanto, o senhor concordaria que seu nome fosse divulgado em nossas pesquisas.

Onassis da Silva Xavier

Sim.

ENTREVISTA RUBENS APARECIDO DOS SANTOS, POR MARIA CRISNEILÂNDIA & CARLOS BAUER

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer – Quem é o professor Rubens Aparecido dos Santos? Quando e em que cidade o senhor nasceu? Como se deu o seu processo de formação acadêmica? Quando e como se deu o seu ingresso no magistério?

Rubens Aparecido dos Santos

Eu sou professor, professor por convicção, eu nasci no bairro do Jabaquara, um bairro operário e dali com muita dificuldade eu rapidamente descobrir o papel da leita na vida da gente e de uma família de analfabetos seculares, eu fui o primeiro que cheguei na universidade e fui estudar primeiro economia e depois eu não permaneci e daí porque eu estava em um processo de luta muito grande e aí eu fui para a faculdade de direito no Largo São Francisco, sempre na USP e lá eu vi que não era possível, nem em luta política e nem em justiça aí eu passei para a História, História não eu prestei para Geografia, entrei na Geografia e no primeiro semestre eu já era professor. Isso tem uma perspectiva sempre, como filho de analfabetos eu achava que eu tinha que fica na rede pública de ensino e ajudar a formar a juventude.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Era um sonho?

Rubens Aparecido dos Santos

Eu não me arrependi, muitas coisas mudaram né, e eu fiquei, mas eu não me arrependo não, eu já assistir muitas reformas especialmente as sindicais, então eu ainda participo dos sindicatos da rede municipal, da rede estadual, mas a gente não construiu uma unidade, mais de 40 anos que precisava haver uma unidade, uma unidade verdadeira para enfrentar os patrões, não conseguimos essa unidade, então as trabalhadores só tem tido derrotas e derrotas violentas e essa agora da previdência, é o enterro da gente e dos sindicatos juntos, vai ser muito difícil eu acho os sindicatos sobreviverem após a reforma da previdência porque é uma desmoralização total, ainda mais de um governo que deu origens a outros sindicatos que é o PT.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - E quais são as ações do senhor e deus seus companheiros para tentar uma ação combativa nesse sentido?

Rubens Aparecido dos Santos

Olha, eu já sou mais velho, estou para completar 60 anos, e acho que a gente tem tido uma dificuldade, os mais jovens que chegam nas escolas chegam muito despreparados da questão do ensino, mais, brutalmente cegos para a questão social, então em geral eles são conservadores, em geral são reacionários e muito pouco sensíveis em lidar com a juventude pobre, então é uma situação também bastante difícil e sempre que eu posso eu estou cooperando, os alunos ocuparam a escola lá eu estava junto com eles, ocuparam a ocupação era legítima, uma política destruidora do Alkmin, no caso a escola que eu estava, que eu estou ela ia se modificar, ia ser removido um curso do ensino médio, eles não queriam, o governo impôs, e um curso de EJA de 25 anos que o governo pretendia terminar, então é isso eu gosto de ler e de escrever, então sempre que posso eu contribuo com o que me pedirem.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer – O seu nome foi citado tanto pelos professores, Onassis como a professora Maria José Favarão como sendo um dos precursores na luta pela fundação do Sindicato dos Professores de Osasco e Região. O sindicato SINPROSASCO antes de ser sindicato foi uma associação. O senhor participou no processo de criação da associação. Se sim, como era a sua atuação neste momento de construção da entidade?

Rubens Aparecido dos Santos

A questão era a seguinte, havia um, vou usar uma palavra, os patrões eles não acreditavam que o sindicato existiria, essa é que é a verdade, e esse grupo da associação que estava o Divalti, que estava o Marcus Miller, que estava a Mazé, um grupo de professores fixados na fundação municipal da FITO e professores do curso Anglo vestibulares. O Marcus Muller por termos vindo de uma, ele estudava na FEA comigo, na Faculdade de Economia, ele saiu da faculdade foi fazer História eu fui para a Geografia, e aí, eu já estava trabalhando né, e eles estava precisando de militantes, como era militante ele discretamente me indicou pra uma vaga que tinha na escola, no caso o Colégio Abdala Lince e eu fui contratado e, a nossa atuação não era discreta a gente tinha todos os professores filiados era um negócio motivador

e era também um período favorável, era no final da ditadura militar, então as pessoas tinham o desejo de ter transparência, de ter as lutas definidas, a questão da justiça, foi muito, é, necessário. No grupo da fundação eu participei só na filiação a CUT, que foi num sábado e tal, o sindicato já nasceu e depois ele se filiou a CUT. Então ele já nasceu num sindicato de oposição ao sindicalismo pelego, a esse sindicato engessado, que depois trouxe outras mudanças, então é isso.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - O senhor se lembra dessa época de filiação à CUT, de alguma ação, de uma contrapartida, de um período de greve ou paralização que estava acontecendo e que o Sinpro-Osasco tenha estado em peso na participação?

Rubens Aparecido dos Santos

Não. A greve já surgiu dentro do sindicato, à gente já estava como sindicato. Mas já havia tido paralisação na FITO, que era escola municipal de ensino médio e faculdade e os cursinhos pré-vestibulares e, aí começamos a fazer as primeiras reivindicações de direitos dos professores e teve uma paralização envolvendo umas 8 escolas, teve ação judicial, polícia e tudo.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer- Esse foi um dos momentos mais emblemático?

Rubens Aparecido dos Santos

Tudo vinha em luta, uma recrudescência muito grande, de força junto com o sindicalismo da educação pública, por exemplo, o SINPROSASCO era muito miúdo, ele repartia a sua sede numa das dependências da APEOESP, do sindicato estadual e foi uma coisa assim muito importante. Havia algo que favorecia muito além do clima para a luta é, da luta contra os patrões do ensino privado ela era bem diferente, por exemplo, os patrões eles, o pessoal não tem ideia, o presidente do sindicato patronal ele negociava com os professores com dois revólveres na cinta. Então esse era horrível, ele ia negociar com o revólver na cinta e na sede deles eles colocavam na lousa “por um piso salarial abaixo da sarjeta” era nesses termos que eles eram né, fora que eles sempre tiravam fotos da gente para mandar para os outros patrões

para que a gente nunca mais trabalhasse. Então era uma coisa, eles estavam bem definidos e a gente estava também, lutávamos por justiça, trabalho, por transparência e pelo socialismo.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Alguns dirigentes sindicais que estiveram presentes no processo de organização associativista e sindicalistas osasquense tiveram no Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), a sua escola de formação política e sindical. Por conta de sua atuação nas instâncias da APEOESP, houve algum tipo de aprendizado político e sindical assimilado nessa entidade que foi utilizado no processo de consolidação do Sinpro? Algum tipo de militância que o ajudou a consolidar o Sinpro-Osasco?

Rubens Aparecido dos Santos

Olha, eu acho que sim. Eu acho que, há uma diferença e essa diferença ela é ideológica, o professor do ensino privado ele não se sente um trabalhador pobre, mesmo que ele ganhe menos que um professor público, ela acha que ele recebe uma bolsa pra manter o filho dele na escola, então que ele é diferente que ele não é igual a aquele professor pobre, professor público, mas, riquezas dos encontros na rede estadual eram de um nível extraordinário, as assembleias a gente discutia coisas profundas, eu, por exemplo, aprendi sobre militâncias históricas, por exemplo, da matemática, Bento de Jesus Caraça, eu nunca tinha ouvido falar desse camarada, e ouvir em uma assembleia lá na rua do sindicato dos metalúrgicos, um cara bom, era um matemático português. Do ponto de vista das organizações tinha sim, por exemplo, a base ser ouvida, as discussões serem democráticas, a gente procurar tirar os espinhos da língua de todo mundo, de que os inimigos não estão entre nós, de que não houvesse as discussões a gente resolve no diálogo e ter clareza na unidade, isso que era mais importante. E tinha alguns na rede estadual ali, por exemplo, na sub sede da APEOESP do Caxingui, que era dentro de uma igreja também, nesse período a igreja estava com o Leonardo Boff e eles liberavam e lá chegaram, foram dois professores, um que chegou primeiro que é o Medina que cumpriu prisão na Ilha Grande e foi beneficiado, foi solto e voltou a ser professor de história e depois teve um outro professor já no Taboão, o Janice cumpriu 12 anos como prisioneiro na Ilha Grande, grande professor de matemática, ele veio, mas veio muito doente, muito sofrido, mas muito disposto, muito digno, muito com princípio sempre disposto a partilhar, então as partilhas elas se dão desde experiências de vida, a livros, a

acontecimentos de dramáticos nas escolas, como por exemplo, assassinatos de alunos, então essa associação que era muito evidente na rede estadual, na rede privada ela se diluía né, e aparecia esses alunos assim com mais dificuldades em geral nos cursos a noite, nos cursos a noite aconteciam coisas muito diferente assim, de alunos com necessidades, que não conseguiam pagar, coisas difíceis.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer – Professor vocês costumavam visitar as escolas da Região de Osasco? Como era esse processo? Encontravam muitas resistências e dificuldades por parte dos mantenedores? E de que forma buscavam burlar esses elementos inibidores para chegarem à base?

Rubens Aparecido dos Santos

Olha, nenhum patrão quer sindicalista lá dentro, então para a gente consegui que alguém fosse representante sindical eles tinham que ter estabilidade senão eles eram demitidos, então era bastante difícil, nós tivemos muitos casos. A visita na escola ela tinha que ser realizada antes do professor entrar na escola, no estacionamento, entregar o boletim, combinar uma reunião, pedi contato, consegui contato de colega que trabalhava no interior da escola pra a gente estabelecer discussões mínimas né, por exemplo, tem uma escola, preciso lembrar o nome dela que agora é até faculdade, o dono dessa escola ele tinha um grande orgulho de ter sido torturador, vou me lembrar, já lembro o nome dessa escola, então ele era totalmente selvagem, uma coisa profundamente desrespeitosa, destratava, eles demitiam as professoras especialmente, fazendo muita humilhação para com elas, na rede SESI era a mesma coisa, então era bastante difícil à gente tinha que fazer o boletim e o boletim tinha que ter as informações prioritárias, entregar o boletim e nunca deixar na mão do patrão.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - E as escolas confessionais?

Rubens Aparecido dos Santos

As escolas confessionais eu acho que elas são piores, elas são muito piores, as confessionais elas são conservadoras na sua essência então numa escola confessional conforme a ordem, que tem mais isso, por exemplo, o Pio X, eu precisava do nome daquelas escolas, era uma coisa horrível, que o propósito educacional já era horrível que era de formar crianças com

mentalidade estreita, fechada, que os pais desejavam essa mentalidade estreita, e nada podia interferir nessa mentalidade estreita e o sindicato era para explodir essa mentalidade estreita. Pio X, como é que chama a escola que Marcos Muller trabalhou, era uma escola religiosa que o padre conversa com eles né, tinha o padre e o padre fazia as reuniões com eles e procurava atender as reivindicações.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Esta escola estava aberta ao diálogo?

Rubens Aparecido dos Santos

Somente esta. A escola que o Marcos Muller trabalhou a maior parte do tempo, e, já lembrei, Colégio Nossa Senhora dos Remédios, no Colégio Nossa Senhora dos Remédios era também de uma ordem religiosa e ele estava ali no limite da fronteira de Osasco, estava perto dos lugares que tinham tido greve, então o bairro tinha uma memória, os pais tinham uma memória um pouco melhor e existiam as escolas de natureza religiosa elas eram pesadas, fechadas e, para conseguir o cumprimento da lei só na justiça.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Os professores se sentiam acuados?

Rubens Aparecido dos Santos

Eu acho que você sabe, que a ideologia ela também encontra os seus pares. Por exemplo, eu nunca trabalhei em uma escola religiosa, a minha esposa até queria que eu trabalhasse porque eles pagavam muito mais, mas eu não passava na entrevista com o padre, então o que eu vou fazer lá, o padre ele vai ver que eu não sirvo né? Então isso é uma coisa, então tem agrupamentos de professores que também são conservadores e preferem estar nesse ninho embora piorado, mais com devoção, com fé, é isso.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer – Uma das características do chamado novo sindicalismo é que seus dirigentes não restringem sua atuação às questões de ordem stricto sensu ou corporativistas, mas também procuram desenvolver suas atuações preocupadas com questões mais gerais atinentes ou vinculadas aos problemas conjunturais, políticos e econômicos presentes na realidade social. O Sinpro tinha essa sensibilidade?

Rubens Aparecido dos Santos

Ah Tinha, era uma coisa, o Sinpro era um sindicato internacional, tinha essa disposição, sempre se posicionou por lutas de todos os agrupamentos que estavam passando por um enfrentamento né, ele participou da fundação da CUT, eu fui delegado na fundação da CUT, então e ele tinha sempre esse eixo focado na luta no auxílio mútuo entre os trabalhadores e em contribuição, por exemplo, a greve dos petroleiros, greves dos metalúrgicos, não existia uma hierarquia de classe entre nós, havia um sentido de cooperação, um desejo de vitória nas lutas e em até em lutas internacionais a gente enviou documento pedindo soltura de prisioneiros no Leste Europeu, Adan Michnik era um militante de esquerda no Leste Europeu, se ele foi solto por nós eu não sei, mais se procurarem lá os documentos que chegaram pedindo para que ele não fosse morto nós tínhamos mandado, assim como o presidente da colônia portuguesa ali no sudeste asiático, Ramos Horta tivemos um encontro com ele quando ele ainda estava na luta pela independência do país e o sindicato subscreveu o apoio à luta pela independência e, quando eles fizeram uma lista de todos que o haviam apoiado quando eles conseguiram a independência do país, eles colocaram a gente lá e, nós estamos naqueles que não negaram apoio a eles, era uma coisa importante, muito importante.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - O senhor se recorda de uma campanha mais geral que o Sinpro tenha participado? O envolvimento do Sinpro com questões mais gerais. Por exemplo, uma discussão sobre a Assembleia Nacional Constituinte, o pagamento da dívida externa?

Rubens Aparecido dos Santos

A defesa da Assembleia Constituinte é a defesa de uma oportunidade pra você a partir de seus quadros militantes derrubarem o poder, a perspectiva era essa, embora ela não fosse hegemônica, mas ela tinha um princípio muito determinante que ela podia forjar novos quadros de trabalhadores e novos horizontes pra luta política do país né, então nós apoiávamos abertamente o fim da ditadura, o fim da censura, o fim dos presos né, Osasco é uma cidade que tem uma tragédia né, de onde saiu o Carlos Lamarca, a primeira greve contra a ditadura foi a greve da Cobrasma né, com muita gente sofrida, ali em Osasco se você andar pelo calçadão aonde estão os idosos você vê todo o quadro da história do Brasil, inclusive da

luta armada, você encontra os agrupamentos armados, esqueci de falar para você, um lugar que tinha um, um lugar perverso, bonitinho mais ordinário é a Fundação Bradesco, dentro da Cidade de Deus, uma coisa horrível, eu acho que é um, ela é uma coisa nazista. O Bradesco ele exigia dos bancários que eles cortassem o cabelo como o banco queria, imagina o que eles exigiam dos professores. Muito dessa memória extraordinária, das lutas de Osasco, elas foram, elas não foram apagadas, elas foram esquecidas, eu acho que é uma coisa mais grave, né, por exemplo, do ponto de vista da interpretação, o sindicato dos metalúrgicos eles se consideram, eles escreveram isso em um livro da história dos sindicatos dos metalúrgicos, pretensão deles, de que eles eram a luta, eles escreveram a primeira página do livro que era eles que tinham inventado luta política no Brasil, ai tudo já é um péssimo sinal, então quer dizer que esses trabalhadores da Cobrasma, da Eucatex eles não eram nada, né. Por exemplo, na Cobrasma existiam cursos de suplência para os trabalhadores estudarem dentro do turno, quando o exército invadiu a fábrica o professor da suplência, do EJA da fábrica da Cobrasma era o, hoje é professor Dr. aposentado da USP, Valentin Facioli e ele era o professor, e como ele tem defeito na perna ele arrastava a perna, começou a arrastar mais e via por onde os operários estavam indo para não serem mortos, então tem coisas assim, da luta. Todas as lutas são legítimas, algumas criam diferenças né, algumas criam diferenças sim, por exemplo, como decorrência desses agrupamentos de sindicatos, o sindicato de Osasco vem a partir do Sinpro ABC, mas há uma questão aí muito assim, espantosa que permite que você hoje pelo controle do dinheiro do imposto sindical, existem verdadeiros bandidos que controlam os sindicatos por causa disso, bandidos, bandidos, é um problema.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer – O Sinpro se envolvia com movimentos sociais. Recordar-se de alguma questão social que o Sinpro tenha colocado em pauta de discussão de alguma reunião. Por exemplo, as chamadas camadas mais empobrecidas da Cidade de Osasco?

Rubens Aparecido dos Santos

Veja só, as discussões na diretoria elas se dividiam, entre questões internacionais e as questões locais elas estavam muito vinculadas as lutas que o PT estimulava né, uma das lutas importantes que a cidade teve, foi a luta por terra, então havia um movimento de sem tetos muito numeroso e uma história magnífica desses sem tetos e eles enfrentaram um prefeito

absolutamente cruel que é o Francisco Rossi, como todos evangélicos, absolutamente cruel, botou a polícia para bater legal, mas eles resistiram e como resultado disso as mulheres construíram 22 blocos de prédios, construíram na mão porque os homens na mangaça, nos bares e elas trabalhando e bom número delas não permitiam mais que o cara fosse viver num lugar que ele nunca fez nada, e eu também tive um envolvimento direto com os sem terras e de ir levar colegas, levar alunos no assentamento dos sem terras no Sumaré, foi o primeiro assentamento de sem terras no Brasil antes de ele se tornar uma coisa mais orgânica, distribuída no país inteiro, e outras lutas né, lutas de memória, lutas dos aposentados. É, quando você está numa cidade como é Osasco que está próximo da capital você quer de alguma maneira trazer algo que tenha valor, que tenha importância pra tornar a vida daquele trabalhador mais digna, mas não é tão simples porque tem muita gente que não quer que os trabalhadores tenham vida digna, muita gente, eu dei o exemplo a você do patrão com o revólver na cinta, Sérgio Arcuri, agora lembrei o nome dele, ele preside o sindicato dos donos das escolas, e ele ficava mostrando os colares de ouro, pra dizer que nós não éramos nada. Eu tive um encontro também com o, que hoje é, era deputado muito pilantra no meu entendimento Rubens Fullan que dirige há muito tempo lá Barueri, uma mina de ouro né, e eu encontrei com ele lá na sala dele e ele debochado me diz assim, ele chama Rubens também como eu, e ele diz assim, “pois é Rubens, você tá nessa aí e eu estou cada vez mais rico”, mais foi dessa maneira, ser rico dessa maneira não quero não, então as coisas são duras, e outras lutas de categorias enfraquecidas, assim enfraquecidas do ponto de vista material de você fazer doações, mesmo a gente tendo pouco dinheiro doar para uma categoria conseguir se formalizar, alugar um quartinho, e seguir.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer- O Sinpro procurava parceria com outras centrais sindicais além da CUT?

Rubens Aparecido dos Santos

Não. Isso aí era o seguinte, a gente não se opunha mais as centrais sindicais, a CUT primeiro era uma perspectiva de independência sindical que era uma coisa muito importante, segundo era a independência dos patrões e terceiro era a gente ter um perfil político que a gente mostrasse essa transparência, aí o que acontece, você precisa de ter gente pra te ajudar, por exemplo, precisa pagar o DIEESE que é pra gente conseguir fazer os cálculos, você precisa

ter uma carta sindical junto com outros sindicatos , o sindicato de São Paulo, por exemplo, que é um sindicato milionário até hoje ele é controlado pelo PSDB, então daí você vê que tem dificuldades né no meio do caminho também, mas, isso não quer dizer né, tem os sindicatos dos sapateiros, sindicatos de açougueiros, que eles são modestos mais são honrados, isso aí é o que importa né, eles não vivem da categoria, vivem para a luta.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer- O senhor é capaz de nos ajudar a traçar naquela época o perfil dos professores da Cidade de Osasco? Qual era o retrato do professor que o Sinpro almejava representar?

Rubens Aparecido dos Santos

O professor do ensino privado. No caso do ensino privado era você estender benefícios que São Paulo já tinha, por exemplo, todas as escolas de São Paulo ofereciam aos professores que seus filhos pudessem ser bolsistas, nas outras cidades isso não era permitido, então mesmo que você trabalhasse, por exemplo, no Anglo de São Paulo, em Osasco você não tinha.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Essa era uma discussão da pauta?

Rubens Aparecido dos Santos

Era, porque os benefícios precisavam ser minimamente próximos. Então o perfil do professor era um perfil dum.... Eles eram jovens, tinham família, um filho, não tinham casa própria, viviam de aluguel, e tinham esse desejo de trabalhar mais na rede privada para ganhar mais e com isso conseguir benefícios, ao mesmo tempo a origem deles traziam uma contradição implícita né, você não pode melhorar de vida esquecendo sua origem, eles tinham que apoiar às lutas né, as lutas por moradia principalmente, as lutas por justiça.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer – Se lembra de algum momento que foi impedido de entrar em alguma escola? Quando isso acontecia existia alguma forma de diálogo com os mantenedores ou vocês desistiam?

Rubens Aparecido dos Santos

Olha, foram muitas. Eu vou te dá um exemplo, em Barueri nós fomos lá para entregar os boletins, era uma fundação como a lá do ITO, nós achávamos que ia ser uma coisa tranquila, mais o Furlan ele infernizava a vida, então ali ele veio nos ameaçar e a gente eu e a Mazé pegamos o caminhão, um grande carro de som e entramos com esse caminhão dentro do lugar dos ônibus que saia os ônibus e fizemos um escândalo, aí apareceu uma discussão aí quem apareceu pra discutir era o próprio Furlan, aí diz vocês vão lá no gabinete, eles tinham demitido 9 professores, uma era grávida e outro era um professor cego, então foi uma coisa bárbara e ele fazia isso porque ele achava que ele podia mandar, isso em Barueri que é da base do sindicato, em Osasco existe uma promiscuidade entre os patrões e o exercício da cooptação desses caras com o sindicato dos patrões e o grande bandido é o Jose Antiório do sindicato patronal e ele colocava polícia para persegui professor, ele ameaçava, ele mandava gente armada, e ele ao mesmo tempo era chamado para dirigir as escolas municipais, ser presidente das escolas municipais e ele falou lá para os diretores que todos os computadores da escola principal dele e com o dinheiro que ele tirou da fundação, então dinheiro roubado né, esse cara é um cara assim, a gente não podia deixar passar em branco e tinham muitos que eram vinculados a agrupamentos paramilitares né, então era bastante difícil a vida dos professores, e aí eles ficavam em silêncio né, os professores ficavam em silêncio só quando um professor ou professora estava em uma situação muito humilhante é que ele vinha até nós, mais eles nos reconheciam com os boletins, mais o medo de ser filmado.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer- O senhor participou da elaboração desses boletins?

Rubens Aparecido dos Santos

Particpei. Isso aí é uma herança que vem do leninismo né, o boletim tem que ter uma linguagem limpa, uma linguagem de enfrentamento e uma linhagem de clareza de transparência das reivindicações. A gente politizava todas as necessidades e as necessidades de conjuntura. O boletim inicialmente a gente era pobre então a gente fazia ele com colagem, datilografadas e depois vieram os computadores e facilitaram, mais não basta você ter um computador, você tem todos os equipamentos e se você não tiver a visão política você não faz um boletim que movimenta pessoas, não faz.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - O senhor se lembra de uma participação mais geral que a CUT tenha estado envolvido com vocês para defender uma causa?

Rubens Aparecido dos Santos

Tem. Veja bem a CUT como era uma central ela tinha que, ela indicava, ela estabelecia as jornadas de lutas, as lutas envolviam um calendário até chegar no 1º de maio, que seria o grande dia nosso e, nessas lutas nós tínhamos um problema político, por exemplo, nós éramos um sindicato filiado à CUT e o Sinpro São Paulo que era o poderoso sindicato brasileiro ele não era filiado à CUT, então nós tínhamos as proposições para levar a adiante e as proposições eram, primeiro né, de correção justa da base inflacionária, reposição da correção e cumprir a ação dos benefícios.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer – O Sinpro na sua época costumava participar de eventos culturais? Ou organizava esses tipos de eventos? Se sim como isso era feito e com que frequência?

Rubens Aparecido dos Santos

Organizávamos. Fazíamos encontros, os encontros dos congressos regulares, a gente sempre trazia pessoas vinculadas à arte popular, por exemplo, lá em Osasco teve uma vila muito importante, a vila dos artistas, era um lugar que todo mundo era pobre, mais todo mundo fazia coisas bonitas, então a gente tinha que trazer proximidade a eles para que eles notassem aquele trabalho e a gente dizer, a gente tem um mundo melhor para fazer e fazer esse mundo melhor a partir de nós.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer – Nas reuniões e discussões que o Sinpro organizava vocês usavam algum recurso como; filmes, para discutir alguma temática? Lembra-se de algum?

Rubens Aparecido dos Santos

Vê só, nós não queríamos mudar Osasco, nós queríamos mudar o mundo. E com esse propósito de querer mudar o mundo, a gente se apoiava, eu, por exemplo, considerava que com gente que é endurecida, você precisava se aproximar deles para conseguir tocar na sua

sensibilidade, qualquer coisa que a gente pudesse fazer para que eles pudessem ter um pensamento melhor, uma reflexão melhor, até para o seu trabalho, por exemplo, nós tivemos um cine clube, tínhamos uns filmes lá, tivemos encontro sempre com os reitores, fazíamos sarau lá e qual que era a ideia, era a gente conseguir que ele rompesse aquele mundo só trabalho e se enxergar também como uma pessoa que sentia, que podia ter esperanças né, uma outra relação com o mundo.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - naquele período histórico estava em curso um processo de discussões em torno da Assembleia Nacional Constituinte. O senhor se envolveu em alguma dessas discussões, por exemplo, apoio a candidaturas? Se no interior da entidade aconteceram essas discussões em apoio a candidatos democráticos, como por exemplo, Florestan Fernandes, Gumerindo Milhomem etc.?

Rubens Aparecido dos Santos

A Mazé era da Libelu, então ela sempre foi candidata, na medida em que ela se dispôs a participar e participou de momentos muitos difíceis, depois ela foi se incorporando a uma deformação que eu acho que o PT passou aí ela foi cada vez mais entrando nessa estrutura do PT aí eu fui me afastando né, então ela chegou a deixar a própria organização dela pra se juntar com aqueles que eram inimigos, e nós que éramos, não tínhamos uma organização, tínhamos a visão crítica, mas não concordávamos com isso, foi bem constrangedor essa mudança que ela teve. Então sempre teve, os candidatos eles eram em 82, as eleições permitiram que você pudesse ter dois candidatos aí se evidenciou muito as eleições de Osasco que o PT teve dois candidatos, um foi o Joaquim Miranda que era dos metalúrgicos e que participou da luta da Cobrasma então, era um operário histórico, um homem extraordinário e o outro era um senhor o Seu Pedrinho comunista que tinha passado por perseguições durante o Estado novo e tinha vivido no leste europeu, era um homem também, um homem muito digno, singelo, mais ali já estava evidenciando uma divisão que viria no futuro e depois facilmente os sindicatos se incorporaram eles se ligaram na máquina pra bancar seus sindicatos. No meu caso eu venho do, tinha sido bancário durante um bom tempo e fui preso numa greve lá, levado ao DOPS e tal.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Isso já no Sinpro-Osasco?

Rubens Aparecido dos Santos

Não. Bancário. Quando eu deixei de ser bancário eu disse, “agora vou ser professor” não vou ter outra saída, nos bancários eu fui preso e saiu uma foto minha na página central da Veja cercado pelos cavalos. Quando chegaram os policiais do DOPS na agência, que era o banco internacional Jesi Bank, eles levaram as fotos, o Jesi Bank pagava para o DOPS, e eles falavam você estava e falava não, não estava, aí eles começavam a colocar as fotos na mesa. Quem foi negociar a minha demissão foi o Kuchik, que faleceu, foi ministro, então veja, é uma cidade com uma história muito bonita, com uma história de luta, com uma comunidade muito organizada e com experiência, e havia dificuldades ali, os metalúrgicos, por exemplo, eles sempre foram mais vinculados a soluções mais passivas e não tanto radicais, o radicalismo nosso, era político, de justiça, reforma agrária, esse tipo de coisa. E os metalúrgicos eles sempre foram pelegos históricos traidores mesmos, tanto é que esse parceiro deles, gangster, esse Paulinho da Solidariedade, foi formado lá pelos metalúrgicos, então você tem gente que está nessa esteira aí e que é bem degradante.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer – Como era sua relação com outros dirigentes sindicais? Como as diferenças se materializavam, existia alguma polêmica política no interior do sindicato?

Rubens Aparecido dos Santos

Ah tinha. Veja só, a Mazé era de uma organização Trotskista e essas organizações elas definem o crescimento delas, nossa na voz dela ela vinha com aquele programa chatíssimo que a gente não se opunha né, mais não podia tomar totalmente as nossas reuniões, o Julho e tinha um outro camarada que esses caras eram malas, eles sempre vinham perto dos congressos da CUT onde as políticas eram definidas, Julho Turra e o outro era, preciso me lembrar do nome do cara, eu já me recordo dele, que eram pessoas que não pertenciam a categoria em primeiro lugar e lá em Osasco tinha uma coisa complexa porque, eu acredito que ainda hoje, Osasco tem na base da cidade mais de 50 sindicatos então essas questões das forças políticas eram muito importante e havia divisões nesse conceito, então mais todos aqueles que tentaram realizar alguma coisa, não é um demérito mas eu acho que a gente ainda sofre muito por uma influência das lutas internacionais que até hoje eu vejo que tem brasileiro

que está na luta social vivendo mentalmente como se ele estivesse vivendo em 1905 na Rússia, aí não dá, mais eu não sou Russo, não é que eles não tenham importância, é porque eram coisas importantes né, mais não dá para transpor o modelo deles pra nós, porque temos as nossas especificidades, a nossa particularidade e aí gerava essas dificuldades, então, por exemplo, isso também se revela nas composições da central da CUT, eram todas composições formadas entre agrupamentos de esquerda que discutiam isso antes e os delegados de um lado de enfeite, nos congressos né, então era, você pode dizer assim, isso aí traz uma grande educação política? Eu acho que não, era uma gente reacionária que estava preocupada como pode manipular o outro.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer- Seu gosto pela militância se deu quando?

Rubens Aparecido dos Santos

Você sabe a vida é dura né, eu, meu pai ele não sabia ler, eu sempre falo isso para os alunos também, você não precisa sentar no formigueiro para saber que você vai ser picado, meu pai ele foi, ele trabalhou com Antônio Fiel Filho, que foi o último operário assassinado em fábrica e ele sempre dizia as coisas, e quando o DOPS foi buscar o Antônio Fiel, que ele era um bom pai de família aí ele falou a é, então você vai também e ele foi ensanguentado, um negócio horrível e meu envolvimento veio da Sociedade Amigos de Bairros, lutas sociais dos pobres né, luta por condução, das passagens, luta por transporte de madrugada, essas coisas.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer – E quando que o senhor se afastou do Sinpro?

Rubens Aparecido dos Santos

Do Sinpro foi em 94, não 94 eu estava lá, foi em 2000. O afastamento foi porque eu já estava fora da sala de aula, pra você ter o elo com a base você tem que estar vinculado a sala de aula, eu fui reintegrado, mas depois eu fiz um acordo para que eu não ficasse mais na escola, então eu cumpria meu horário de aula no sindicato, mas isso não era uma coisa boa né, porque ele vai gerando privilégios assim, parece que é uma coisa insignificante, mas não é, e aí você vai vivendo mais cotidianamente diante da dificuldade do sindicato e das lutas e os que estão afastados do trabalho eles não conseguem absorver as necessidades de luta né, então depois

aconteceu rasteira né, rasteira, eu levei uma rasteira bem bacana da Mazé, mas, olhando no tempo histórico eu acho que eu estou melhor e ela tá pior, porque ela não pode transitar de boa lá na categoria e nem na cidade e eu posso, isso aí é importante né, porque ela foi mudando, mudando.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer – O senhor se lembra de um congresso, um grande congresso que o Sinpro participou e que ficou marcado?

Rubens Aparecido dos Santos

Olha, um congresso, nós éramos pequeno, o sindicato tem hoje na base ali de Osasco segundo Onassis falou mais de mil filiados, o que é um acontecimento histórico, é uma coisa extraordinária. Muito bem, os congressos a gente fazia sempre por empréstimo, a gente não tinha casa própria, era aquela coisa de pobre, nós fazíamos nossos congressos lá em Santos, usávamos a colônia de férias do Sinpro São Paulo pra levar professores da base pra se prepararem melhor na luta, foi acho o de 88, foi o congresso de 88 estava já no foco à campanha presidencial do Lula né, e ali Osasco foi à cidade que deu a vitória para o Lula no primeiro e segundo turno né, então era evidente aquela história de Osasco, era muito grandiosa, mas para você ter ideia como que é essa situação aí, nós fundamos uma Federação de professores, professores particulares que hoje é a FEPESP, QUE Onassis faz parte da diretoria e tem a nacional, porque nacionalmente não existe acordo sindical, por exemplo, na maior parte dos Estados do Brasil é isso, quer dizer que, a as condições de trabalho desses professores é absolutamente desprotegida, então você tem um professor que ele é celetista e ele recebe o pagamento dele via o governo federal mas, o pagamento dele é entregue a um vereador da cidade que fica com a metade do salário desse professor, isso é um crime, e isso é uma coisa assim que tem nacionalmente assim, e tem alguns lugares, que eu me lembre a Bahia, Minas, eles têm um sindicato único, que na verdade as dificuldades do trabalho é que são diferentes, mas, a categoria é a mesma, você é professor. Na rede estadual a gente, eu sempre falo que é um terreno baldio que nós fomos esquecidos, mais a rede privada como são celetistas eles precisavam garantir algumas coisas aos professores né, e no Brasil isso não temo ainda, então para você ter ideia, você saindo de São Paulo e Rio de Janeiro a ampla maioria é de escolas religiosas, muito atrasadas, tem uma das coisas mais nojentas que posso te falar, nojentas mesmo, os donos de escolas da região do Pontal do Paranapanema tem um

outro problema, geograficamente Osasco ele poderia representar somente Osasco ou uma cidade vizinha que tivesse injustiça ele poderia defender aqueles professores, não, ele não tinha permissão do Ministério do Trabalho. Ele tinha que está como Osasco e Região porque não tinha nada, mais essa abrangência tinha que está na Carta Sindical definitiva que veio posteriormente e algumas cidades elas infelizmente foram esquecidas, por exemplo, Taboão da Serra que tem mais de 100 escolas não tem nenhum lugar que possa proteger os professores, não é representado por ninguém, mas ele tem uma Federação de um sindicato de bandidos que vive do dinheiro dessa gente, então é uma coisa inacreditável assim, porque não existe, eles não têm a quem recorrer, são completamente sozinhos, é uma situação muito difícil, muito difícil e tem outras coisas né, que tem uma, você mora num bairro e você vê que falta muita, não tem creche, não tem nada aí você pega e resolve adaptar a garagem da sua casa como uma creche ou uma EMEI, garagem não é sala de aula, não é, e nós chegamos em uma escola que as condições das crianças, e as mães pagavam porque não tinham onde deixar os filhos, era uma coisa absolutamente desumana, não podia deixar as crianças daquela maneira, então a gente já agiu em relação à dona e em relação, o que estava sendo feito com as crianças, porque não podia deixar as crianças sofrerem daquela maneira. E a dona que não pagava os professores ela achava que era boa para as mães, que ela tinha o negócio dela que era um negócio justo, o negócio era usar a necessidade do outro.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Como era feito o processo de filiação do Sinpro, existia campanhas para esta ação?

Rubens Aparecido dos Santos

Era o seguinte, eles existiam como diz o Brecht lá no poema, e, Leminski diz de outra maneira, “en la lucha de clases todas las armas son buenas, piedras, noches, poemas”, os professores, as professoras não, mas os professores da FITO quem decidiu a filiação dos professores de Osasco a CUT foi a FITO e foi onde na quadra da FITO depois que terminou a partida de futebol de todos os professores, faziam aqueles encontros pra ficar jogando bola, terminava as partidas de futebol é, pegava cerveja e falava do sindicato, precisamos fazer isso, isso e isso, aí vamos juntar todo mundo em um grande campeonato aqui, pra gente decidir isso, aí eles disseram vamos decidir isso hoje depois a gente faz somente a festa, eles tinham clareza, os professores, tinham clareza que o sindicato era necessário, que o sindicato era uma

proteção, que o sindicato era sim, um interlocutor diante das autoridades, das autoridades judiciais. O SINPROSASCO ele se promiscuiu, porque, por exemplo, mesmo você se licenciando, a Mazé foi dirigir para o PT e persegui professores, isso é uma coisa que não tem, e o outro rapaz o Rubens também, Rubens Anis, ele dirige hoje a FITO e ele absolutamente cruel com os professores, e ele era o presidente antes de Onassis, isso é uma coisa inaceitável, você não pode, porque se você está ali na base eu posso não saber muita coisa mais eu percebo né, e o elo era qual né, era que você sendo do PT, isso é uma coisa que não dá, para te dá um exemplo do SESI, o pessoal acha que a escola privada ela é melhor, ela não é, ela não é em nenhuma circunstâncias.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Qual era a escola com maior número de filiados?

Rubens Aparecido dos Santos

Sempre foi a FITO, depois era o Anglo, Nossa Senhora dos Remédios e grupos menores, mas pra você ter ideia o Onassis, nós combinamos uma reunião dele fazer uma atividade lá e ele terminou suspenso, ele entrou na reunião dos pais lá para falar, mas para você ter ideia tinha uma diretora lá da paulista, dessas de unha grande, laquê, uma senhora, muito polida, mais muito ordinária, o SESI de Piratininga, Osasco ele é tão grande, tão grande, que ele tinha que fazer muitas refeições é para crianças e as refeições que sobrava com ele ficava muito perto dessa área onde estavam morando os sem tetos depois que essas mulheres foram construindo os edifícios, o que que eles fizeram, eles colocavam sacos com as sobras de alimento no portão do SESI e as mães iam lá buscar para dar para seus filhos, aí uma outra, sempre tem puxa saco né, uma outra funcionária querendo mostrar serviço ela pegou, porque tem uma solidariedade interna entre os pobres, orgânica, então aqueles funcionários que eram da cozinha e sabiam que tinham mães que tinham problemas para alimentar seus filhos, elas cuidavam para deixar os sacos da melhor maneira possível para ajudar aquelas mães, aí essa diretora lá do Piratininga ela deu uma ordem que todos os sacos com a comida tinham que ser misturados até ficarem nojentos pra que as mães não quisessem mais, aí nós fizemos um documento por escrito lá pra essa dona e é tão nojento o que ela respondeu, durante muito tempo ficou lá na parede do sindicato que era uma declaração da chefona lá, de que “o portão do SESI não era pra ter pobre na porta”, essa é a parte melhor que tinha no documento.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - O Sinpro possuía outros meios de divulgação fora os panfletos? Revistas, jornais, etc.?

Rubens Aparecido dos Santos

É, tem uma revista. Essa revista ela, eu acho que devo ter exemplares dela aqui, devo ter panfletos, o cafezinho sindical era o boletim, você colocava as questões, que o professor na escola privada ele é celetista, eu acho que agora ai junto com a mudança, com a anuência dos representantes do governo não existirá mais nem a CLT e a previdência será privada, ai eu acho que vai ser uma coisa criminosa, então a gente tinha revistas, nós chamamos o Paulo Freire, a revista era muito legal e tinha um artigo em uma delas escrita por um cara que o Bauer conhece muito, o professor Jorginho Matemático, aí vai aparecer uma outra informação que, é a seguinte, um hoje boa parte da formação dos militantes de Osasco foi feita por um grupo de padres operários que vieram da França. Esses padres vieram para Osasco e um dos padres foi trabalhar na Cidade de Deus como operário, ele era padre mais ele ia ser operário naquela missão de evangelização e no mesmo dia que esse padre foi trabalhar na gráfica da Cidade de Deus ele perdeu o braço dele e, aí como ele ficou mutilado ele saiu e ele foi para a periferia de Osasco para reconstruir o movimento de lutas que tinha sido destruído pela ditadura e lá que foi feita a experiência no Jardim Helena Maria dos grupos do Paulo Freire, os grupos pioneiros do Paulo Freire junto com a OEE foram feitas no Jardim Helena Maria e com os trabalhadores da categoria dos metalúrgicos e o artigo é uma coisa espetacular porque ele recuperou para nós uma memória de que a importância de Osasco estava nisso né, tudo que se passou depois para o Brasil e para o mundo do método do Paulo Freire foi feito no Helena Maria, um Bairro importante de Osasco e ele tá perto dos metalúrgicos, da base dos metalúrgicos e, quando o professor Paulo Freire veio para iniciar ele precisava de um lugar e ai foi indicado para que eles fossem. Daquele grupo que participou dessa formação da educação política com o Paulo Freire todos se tornaram sindicalistas, isso historicamente é uma coisa extraordinária.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Nomes desse grupo o senhor lembra?

Rubens Aparecido dos Santos

O Joaquim Miranda, Paulo Lima, já faleceu infelizmente, quem mais é, são muito, acho que são mais de 50, eu posso perguntar para você para o Jorginho, porque Jorginho tá vivo ainda, ele não participou do Sinpro-Osasco, mais ele foi uma pessoa que acompanhou a memória de Osasco e ele tinha participado do círculo de formação com Paulo Freire e, esses círculos de formação e elevação de consciência depois foi casado com os padres operários, que até aonde eu sei os documentos desses padres eles ficam na igreja, aquela igreja que tem na Praça Benedito Calixto, eu acho essa experiência para o Sinpro-Osasco que é muito tempo depois, porque essa experiência foi em 1968 né, já tinha tido a greve da Cobrasma, já tinha tido um grande esmagamento lá, e esses quadros eles permaneceram, tinha um outro lá que estava lá no que ele é hoje no Sinpro-Osasco mais ele foi durante muito tempo dos metalúrgico e estava na ocupação da Cobrasma.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Em linhas gerais, qual foi a importância do Sinpro-Osasco no interior do movimento sindical nos primeiros anos de sua formação? Em sua opinião, qual é o papel que essa entidade tem desempenhado na história dos movimentos políticos e sociais dos trabalhadores em educação?

Rubens Aparecido dos Santos

A segunda parte da pergunta reque um outro elemento. A nossa luta prioritária é a luta da escola pública porque a luta do ensino privado é uma luta intra-capitalista né, não dá para a gente lutar para melhorar a escola privada, está certo, porque ela tem dono, ela tem patrão ali você tem uma relação capitalista até cruel, então do ponto de vista dessa mudança então ela tem que haver essa separação. O que, que a gente pode conseguir de melhor? Nós podemos fazer com que as relações sejam mais civilizadas, que as pessoas sejam tratadas com mais respeito, que os professores sejam tratados como trabalhadores importantes, porque eles estão formando uma outra geração social. Por exemplo, trabalhando no Anglo eu levei alunos para irem lá nesse agrupamento dos sem terras, nessa época eu também era jovem, era loucão, eles foram lá trabalhar na enxada, imagina isso é uma coisa imaginável hoje, mas acho que para todos, ele foi uma experiência extraordinária. Quando nós chegamos lá no assentamento, primeiro antes de irmos, teve um pai de um menino que era juiz, e falou assim; “se você for nesse lugar eu vou mandar prender esse professor”, e o menino respondeu para ele, “se o senhor fizer isso nunca mais vai me ver”, aí o senhor resolve duas coisas, o senhor não quer

me ver direito por aqui, então a gente já resolve tudo”. Então, aconteceram coisas muito interessantes , quando chegamos lá no assentamento é, o que a gente pode querer em ensinar numa escola privada, que os alunos sejam mais humanos né, que eles não sejam aqueles burguesinhos de carrinho, que eles sejam né, eu me lembro que, aqui numa escola da capital, era uma escola de luxo né, uma escola que os alunos entravam com o carro blindado e o segurança armado ia levar o aluno na sala de aula, ai eles vinham com aquelas provocações, que eram ricos , vocês vão ficar sempre vivendo desse jeito e eles falavam, mais eu vivo melhor que você, vive aonde, que você vive? Eu saio daqui e vou a pé até o Lago de 13 de Santo Amaro, e voe não consegue dá um passo, atravessar a rua, onde que você vive melhor que eu? Se todo o seu mundo é definido, e fora que eles tiveram contato com gente estrangeira, tinha uma delegação da Itália comprando café lá nos sem terras aí eles descobriram que havia uma alternativa pequena na economia que não precisava ser tão humilhante para os pobres, bom, essa é uma coisa. O meu papel eu acho que ele teve importância no sentido de agudizar coisas que a gente não suportava mais não, nessa relação com os patrões, mas, eu acho que, eu avalio que nós não fomos bem-sucedidos, porque os patrões pioraram muito, né, então o nível de consciência profissional diminuiu demais, então você não consegue mais é, tem um, como disseram comigo, “Rubens você pode se deslocar da escola que você está e ir comigo para Osasco para militar a com a gente? ” Isso também tá relacionado a uma experiência que eu tive com o professor Paulo Freire, é trabalhando com formação de professores, lá na Zona Leste né, então as dificuldades eram extremas, então do ponto de vista pessoal talvez até seja uma coisa muito clássica assim, dizer assim, eu sei que eu não tenho importância nenhuma na história da humanidade, mas, as oportunidades que eu tive para melhorar essa humanidade eu não deixei a brecha passar, então, nós tivemos é, sempre buscando que a CUT melhorasse, que ela rompesse com o burocratismo, mas, essa burocracia sindical ela já estava muito deformada e isso trouxe problemas futuros.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer – O Sinpro buscou em sua organização desde o começo uma organização diferenciada dos outros sindicatos? Se sim podemos dizer que esse modelo organizacional estava dentro do contexto do novo sindicalismo?

Rubens Aparecido dos Santos

Tinha. Para começar podemos dizer que nós, totalmente no contexto de um novo sindicalismo, por exemplo, a gente militava pela ampliação das condições de trabalho, por vida melhor, pelo socialismo, por justiça, mas, a gente queria é que a luta se desse por si, ninguém era remunerado para ser dirigente né, e hoje você tem dirigente que é um dirigente de celular, que não fala com a base, que não conversa com ninguém, e colocou muita coisa pra trás, então ali no caso de Osasco é um lugar muito conservador, tivemos problemas em cognitivo, tive ameaçado de morte, e naquela época um aluno foi me visitar no sindicato, ele era do serviço reservado da polícia, e diz professor continua falando com ele que vou ligar lá na corporação, aí a gente prende, bom a situação assim, quando fui pra Osasco eu tinha conhecimento de uns dez assassinatos de militantes sociais, hoje eu conheço mais de cem que eu convivi, eu acho que a situação no Brasil ela continua muito política.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - E a CUT, o que pode ser dito da história dessa central que foi, nos fins do século XX, a mais importante e combativa organização sindical que os trabalhadores brasileiros foram capazes de construir?

Rubens Aparecido dos Santos

Ela foi. Ela foi um desejo muito importante dos trabalhadores, um desejo necessário, era muito necessário ter essa central sindical, então quando ela foi criada ela estava vindo num pulso de luta e de transparência democrática muito nítida entre aqueles que achavam que não era possível mais ter aquele sindicato verticalizado quando se podia ter um sindicato horizontalizado, que todo mundo pudesse discutir, que pudesse apresentar posições e discutir abertamente, e todo mundo contribuiu para construir a central, mas, a central se tornou infelizmente um aparelho de burocratas e burocratas que não estavam muito aí com as lutas e muito menos com a luta do sindicato pequeno como é dos professores de Osasco, mas a gente fala em público isso, o que deixava a gente um pouco queimado, os caras ficam enchendo com isso, mais era necessário.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Existe alguma questão ou posicionamento que gostaria de registrar nesse depoimento?

Rubens Aparecido dos Santos

Esse sindicato, ele é um sindicato pequeno, hoje ele tem uma sede própria, muito bem resolvido né, mais o sindicato em primeiro lugar ele tem que sempre ser a base da categoria, sempre o respeito à categoria, sempre colocar como primeiro a questão do respeito dos professores, por exemplo, nós tivemos uma primeira vitória que foi de assédio, uma professora foi demitida por uma carta que era uma coisa inacreditável à carta de demissão dela, o cara podia demiti-la, mas, não podia humilhá-la daquela maneira, era uma carta de ofensa do dono da escola e nós dissemos, nós não vamos fazer a homologação porque nós vamos fazer uma ação judicial pelo desrespeito que você está tendo com ela como trabalhadora, o direito dela trabalhista você vai pagar e tal, mas, você vai ter que indenizá-la, e teve, foi uma das primeiras indenizações do Brasil por assédio moral. Eu tive uma outra grande contribuição, que eu trabalhei, depois as consequências né, as coisas começaram a se agudizarem, o presidente, o dirigente lá do Anglo ele resolveu que queria me demitir, depois eu já estava trabalhando lá há 10 anos, muito bem, eu fui, uma história importante da luta de todas as categorias de professores privados do país, eu fui reintegrado na sala de aula com dois policiais para garantir o meu trabalho, porque eles tinham cometido uma coisa absurda contra mim, e aí o Maurício que era um cara muito experiente ele entrou na justiça e o juiz deu a reintegração, isso foi em 84 ou 85, e você ser reintegrado, chegou lá, chegou os dois policiais com a ordem para eu entrar em sala de aula e que se alguém impedisse era, os policiais era pra prender, a pessoa que impedisse, mas, tinha uma questão, como é que eu vou, eu estava afastado já tinha dois anos que estava essa questão, aí eu voltei e ia entrar na sala de aula, aí e tinha um professor lá, ele não vai tá você tem que tirar, e o dono teve que tirar os documentos dele e entregar pro oficial de justiça, para os policiais e disse se você criar algum impedimento a gente vai te prender, isso é uma glória. Eu acho que precisa ter um, essas experiências de conquistas é elas fazem parte de um memorial para se atingir outras lutas que não se ingressaram. Nós estamos em um momento de muito perigo, os sindicatos, hoje você tem um agrupamento de sindicalistas que não vivem da luta, vivem do sindicato, então isso colocam as coisas em atraso e permite que cada vez mais ataque a gente, eu vejo com muito ceticismo esse ataque aí, a previdência que eles querem passar pra mais de 70 anos, então eu acho isso aí um golpe muito violento, mas eles não conseguem, você pode dizer que tem outros fatores né, de interferência, da mídia, tem sim mais eu não acredito, e com toda a grana

que a CUT tem que eles não bancariam um propósito da gente de fazer uma resistência total em relação a isso.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Por fim, poderia nos deixar um pensamento ou um poema seu como epígrafe desta entrevista?

Rubens Aparecido dos Santos

Poxa, eu deixaria para você uma epígrafe que está no nosso hino mundial dos trabalhadores, a Internacional, eu demorei muitos anos para aprender o hino da Internacional e aprendi escondido em um 1º de maio que foi comemorado fechado no sindicato dos químicos e ele falou:

“De pé, ó vítimas da fome!

De pé, famélicos da terra!

Da ideia a chama já consome

A crosta bruta que a soterra.

Cortai o mal bem pelo fundo!

De pé, de pé, não mais senhores!

Se nada somos neste mundo,

Sejamos tudo [...]”

E é esse desejo de ser tudo, é o desejo de que não falte pão na casa de nenhum professor, de nenhum trabalhador, que ele tenha um teto para ele se proteger, que as professoras não sejam assediadas, que haja, por exemplo, a questão do descanso, os professores trabalham demais. As pessoas falam “mais os professores tem duas férias né”, nós temos duas férias, mais você acha que alguém aguentaria trabalhar o ano inteiro, com criança mimada, criança agressiva. Você sabe que uma vez um aluno do ensino médio veio me chamar, o pai dele era executivo da Ford, e ele disse professor me ajuda, minha avó se matou professor, ela está lá pendurada na escada eu estou desesperado, meus irmãos todos pequenos estão todos chorando, o senhor pode ir lá, eu pensei em chamar um funcionário da multinacional do meu pai, mais eles não querem saber, foi uma coisa assim tão, nós temos que ter como sempre, um teto para todos, comida quente, um abrigo para dormir e o amor à gente consegue, né?

O bom seria se você pudesse se filiar em São Paulo, em Osasco, mais o ministério do trabalho não permite isso, então você fica uma pessoa inferior a um faxineiro porque você não tem

representação você não pode recorrer à justiça e todos os patrões são contra você, então é uma coisa bem grave mesmo né, e agora com as redes de ensino que são, infelizmente é o outro problema que a gente resolveu mal, né, as escolas que foram municipalizadas os professores não têm estabilidade no emprego né, então eles são celetistas embora ele tenha prestado concurso, eles são sumariamente desligados e a casos que eles são pressionados como Barueri a comparecerem em eventos públicos de prefeitos para não perderem o trabalho, então é uma coisa. Outra coisa que é muito nojenta isso aqui e em São Paulo, imagina em outros lugares né. A lista dos aprovados nunca é divulgada publicamente, então a ordem sempre muda, por conveniências políticas, é um negócio assim nojento, eles têm procuradoria de justiça, e você vê como são cargos políticos, gente completamente despreparada e, hoje com a queda do muro de Berlim muita gente muda de lado com muita facilidade. Esse caso aí do cara do Coxo é vergonhoso e outro rapaz lá em Barueri, e um outro, Andalécio, por quê, ele fazia campanha com muita dificuldade pra se eleger petista e tal dentro de Barueri, um ambiente bastante hostil, hoje esse rapaz que se elegeu como petista ele é porta voz do governo municipal contra os professores, ele é o secretário municipal do ensino e fala assim, “aqueles que não quiserem eu demito, é só deixar o nome aqui que encaminho rapidamente”, então você tem hoje uma ausência, uma fraqueza de um posicionamento ideológico, com firmeza, com clareza, com definição.

Eu vou te contar um episódio muito tocante do Paulo Freire ele ia para Osasco, ele não foi para Osasco e nem para Havana porque ele morreu. Ele foi velado lá na PUC né, e no caixão nas mãos dele não tinha crucifixo, tinha um giz, e tinha um significado extraordinário.

E nós estivemos com ele dois dias antes de ele morrer, aí nós levamos um gravadorzinho desses, e você sabe o que aconteceu? Até a Rede Globo ligou pedindo a gravação porque ninguém tinha nada né, e eles disseram aqueles caras do sindicato eles gravaram, mais o gravador não gravou absolutamente nada, só gravou ruído, ele estava em uma cadeira mais baixa e ele estava com problema na voz para falar, e nós interrompemos porque ele não estava conseguindo, devia estar no início de processo de infarto né, e ele disse eu preciso parar que não estou aguentando. Nesse período, o Lula quando foi candidato pela primeira vez, ele foi lá a Osasco, os lugares para recebê-lo eram todos improvisados né, então ele foi recebido na quadra do Anglo né, eu era a pessoa que recebi o Anglo, então existia também uma motivação de que a gente ia fazer uma mudança muito grande, e a gente não fez essa mudança e teve o

governo né, você não pode ter um governo que a grande política dele é fazer caridade com verba pública.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer- Professor Rubens, o senhor nos autoriza a publicação de excertos ou mesmo a totalidade da entrevista que nos foi concedida?

Rubens Aparecido dos Santos

Sim.

Maria Crisneilândia & Carlos Bauer - Nós jogamos muito importante que a memória dos professores e demais trabalhadores da educação seja preservada. Nesse sentido temos procurado defender que o nome de nossos entrevistados seja divulgado, para que suas trajetórias e presença na história da educação não caia no anonimato ou seja esquecido. Portanto, o senhor concordaria que seu nome fosse divulgado em nossas pesquisas.

Rubens Aparecido dos Santos

Sim.

ENTREVISTA ANEXO B

ENTREVISTA CONCEDIDA PELA INSTITUIÇÃO SINPROSASCO

MARCOS MILLER

A Questão da Associação.

E aí o professor Divalti Garcia, ele lecionava no Leonardo Da Vinci e na FITO, ele começou percorrer as escolas de Osasco, pegando associados para organizar essa fundação da Associação e aí ele esteve lá no colégio Nossa Senhora dos Remédios e aonde alguns professores se filiaram, inclusive eu e o professor Antônio Osmar Orlandini, que também depois veio ser tesoureiro do sindicato em várias gestões, aí entrou com a documentação necessária no ministério do trabalho pedindo a carta sindical e essa carta sindical saiu em 1986, seria interessante explicar o porquê da fundação do sindicato, então o professor Divalti foi o primeiro a tomar essa iniciativa, porque a base aqui de Osasco e Região era representada por uma base chamada FETEE e que nós considerávamos entre aspas aí pelega né, fazia muito o jogo do patrão, o próprio Sinpro- São Paulo tinha um dirigente que fazia muito o jogo do patrão, então, diante disso nós sabíamos que o Sinpro-ABC tinha sido fundado, um sindicato bem mais progressista, o Sinpro São Paulo também estava num processo de mudança de diretoria não é, a oposição estava ganhando força e aí nós nos organizamos e a carta sindical saiu em 86, então o ano enquanto fundação do sindicato é em 86.

Eu queria que o senhor falasse um pouco sobre a primeira diretoria.

Então, a primeira diretoria quando nós fizemos uma assembleia para discutir a chapa, não, quando a gente conseguiu montar uma chapa, e envolvidos mesmos éramos nós 4 né, professor Divalti Garcia, a professora Maria José Favarão, o Orlandini e eu e o Antônio Carlos Brandão, mas o Toninho como nós o chamávamos acabou indo para o interior e começou a escrever livros, enfim, inclusive peguei um livro dele sobre juventude muito bom, mas, ele acabou não atuando na diretoria, então a professora Mazé a presidente, o professor Divalti abriu mão de qualquer cargo foi assim, estranho para todos nós pelo empenho dele na

organização do sindicato, o professor Orlandini ficou na tesouraria, eu fiquei na secretaria geral e o Divalti ficou como um coringa aí, como uma pessoa que me substituiria, aí tinha os suplentes e conselho fiscal, suplentes de conselho fiscal, em fim eu não estou lembrado dos nomes não, porque eram pessoas que pouco aparecia na sede do sindicato, alguns desses vieram depois a se tornar diretores, Marcos Rosa, em fim, mas teve muita renovação posteriormente também.

E qual é o ano da primeira convenção?

Então, já em 87 a gente passou a negociar e as negociações em nossa base ela se dá em nível estadual, então, era o Sinpro São Paulo, o Sinpro ABC, o Sinpro Osasco, Sinpro Campinas, Sinpro Santos, a FETEE, e logo nós, organizamos uma outra federação, chamada FEPESP que você vai ouvir falar bastante, que era, já que a FETEE fazia o jogo patronal, e a gente queria uma outra federação que era possível, já que a FETEE lidava muito com trabalhadores em estabelecimentos de ensino e nós não podíamos representar os trabalhadores em estabelecimentos de ensino, só os professores, já os inspetores, secretários, todos esses continuavam sendo representados pela FETEE, então daquilo que eu tenho lembrança, primeira convenção que nós assinamos juntamente com outros sindicatos foi em 87, e o sindicato patronal representado pelo SIES na época presidido pelo Camargo, José Aurélio de Camargo.

E as convenções mais difíceis de serem consolidadas?

Então, eu acompanhei bem o processo em 89 e 90 porque fui eu, representante de Osasco, mas, todas elas esbarravam na questão da reposição salarial por conta das altas inflações e de um ganho real, não posso te dizer quais foram as mais difíceis, mais teve dois anos seguidos, se eu não me engano 90, 91, não vou confirmar porque não me lembro bem, mas lembro que em uma delas eu estava em negociação, uma os reivindicados do DIEESE, que é a classe trabalhadora, se baseia né, porque é o Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos, bancados pelos sindicatos, então seria ilógico não usar o índice do DIEESE, e os patrões não aceitaram e foi para dissídio, e a justiça concedeu o índice do DIEESE, foi uma baita vitória porque eles negaram e a justiça concedeu, mas depende muito

do grupo de juízes que cai o processo, tem grupo de juiz que não concede nada bem patronal mesmo, e tem juízes mais progressistas, então nós negociamos, e no ano seguinte era o medo do Color entrar né em 90, o Color tinha sido eleito em 89 e lançar o pacote econômico, queria lançar a data base 1º de março certo, conclusão, o patronal assinou logo e assinou com o índice do DIEESE, então, foi dois anos seguidos que o índice do DIEESE ficou na nossa convenção produtiva, uma por conta do juiz e outra por conta do medo patronal de um pacote econômico que impedisse o reajuste, porque é, o patrão faz assim, dá o reajuste e repassa a mensalidade, então se eles dão um reajuste e não tem tempo de repassar a mensalidade eles entram pelo cano, então eles queriam antecipar por conta do pacote econômico que viria , e veio.

E o sindicato já manteve alguma greve?

Então, em 89, nós tivemos, por exemplo, não foi uma greve de toda a categoria, mas no Colégio Nossa Senhora dos Remédios nós paramos uma semana, tinha eu o professor Antônio Osmar Orlandini, o patrão também não era, era o Padre Ari na época que era, o presidente da mantenedora, era uma pessoa conversável, então nós, fomos lá conversamos e falamos, “então padre o jeito é nós entramos de greve”, e aí ficamos uma semana paralisados. Fora a isso, teve algumas paralisações na FITO, paralisações para discutir o reajuste salarial, a situação da FITO de lá para cá sempre teve complicada, e a base do sindicato sempre foi a FITO né, a maioria dos professores filiados uma grande parte dos filiados desde o início era da FITO, então teve momentos que paralisou mais nada assim de dias corridos como foi esse da Nossa Senhora dos Remédios, eu não me lembro de nenhuma escola paralisar por muito tempo. Teve algumas vezes que o sindicato acabou fazendo intervenções por conta de falta de pagamento, etc, etc., mas eram coisas bem esporádicas.

Eu gostaria que o senhor falasse um pouco da história do sindicato com a FITO.

Então, eu cheguei a trabalhar na FITO por quatro meses, pela orientação até do Divalti uma professora ia tirar licença gestante, aí eu fui e fiquei quatro meses e sentir dos meus colegas na época uma competência extraordinária, ali café pequeno era mestre, muitos doutores, uma escola fenomenal, Divalti, professora Mazé, e o que eu sei da FITO é que na época ou até

próximo daquela época o que havia era a prefeitura destinar 2% de seu orçamento ou coisa parecida para a instituição, esse valor somado as mensalidades pagas pelos pais acabava somando um montante que permitia uma estrutura educacional muito boa, com laboratórios bastante avançados, tanto é que a FITO era extremamente respeitada no Brasil inteiro, pelo que eu sei na gestão de Rossi, não sei não tenho essas datas na cabeça, a Mazé deve ter isso, parou de bancar os 2%, financiada apenas com o dinheiro dos pais, aí, começou um arrocho salarial a FITO que era a melhor escola que pagava no município deixou de ser, e estava muito mal em relação as outras escola, continua tendo um corpo docente fantástico, muitos daqueles, foi em 85 que trabalhei lá, já aposentaram, mas, o nível pelo que eu sei ainda continua muito bom.

E as principais lutas?

Eu acho que tem muita coisa com a questão da classe trabalhadora no geral, então uma luta importante foi fazer com que a FEPESP filiasse-se a CUT na época, porque a CUT na minha opinião, representava o que tinha de mais avançando enquanto classe trabalhadora, isso na época, minha opinião pessoal, pode ser divergente por parte dos diretores, tanto é a gente chegou a desfiliar o Sinpro da CUT, o nosso sindicato se desfiliou da CUT, mas na época não dá para negar que a CUT era quem puxava a luta, então você tem questões gerais não é, de condições de trabalho, de jornada de trabalho, coisas até que acabaram refletindo na constituição de 88, eu mesmo tive uma participação pelo Sinpro, até de ônibus cheguei a ir para Brasília, para pressionar, lutar, pressionar senadores, pressionar o ROSSI, que era deputado federal na época e que chegou para mim e disse; “fica tranquilo rapaz, fica tranquilo que eu vou votar tudo com vocês”, e votou tudo para a classe trabalhadora e tirou 10 no departamento intersindical de assessoria parlamentar, que é uma entidade dos sindicatos também que avaliam a atuação dos deputados e senadores, e a gente conseguiu um 1/3 de férias, 40% em fim, 120 dias de licença maternidade, então aquilo que a CLT tinha e era pouco avançou, agora eu acho que a grande luta aqui no Sinpro-Osasco em especial foi fazer com que o patronal passasse a cumprir a convenção coletiva e a CLT, então um exemplo, cito nome de escolas ou acha melhor não, pode citar, então, nem sei se existe ainda a escola Continental, aqui próximo ao centro, nós recebemos a denúncia que o patrão não dava holerite, folha de pagamento, bom, a gente chamou para uma reunião na DRT, Delegacia

Regional do Trabalho e, lá o patrão acompanhado do advogado e nós também acompanhados de um advogado chamado José Dirceu, esse advogado era um cara muito importante também, porque mais militava que advogava e fomos para a audiência e colocamos a questão na mesa né, como é que o senhor desrespeita a CLT, que diz que tem que ter comprovante de pagamento e a convenção coletiva de trabalho que também diz, e sendo o senhor advogado, que era pior, o que agravava mais ainda, então ele teve lá um piri paque, um princípio de infarto segundo o advogado dele, mais passou e a delegada foi lá e disse, “ o senhor tem tanto tempo para regularizar a situação”, se não ele ia ser multado, autuado. Era um processo difícil porque o número de escolas em Osasco era grande, então primeiro fazer com que a categoria soubesse que aqui tinha um sindicato que os representavam, certo, distribuir a convenção coletiva de trabalho, não tinha, não tinha site, na época mal tinha chegado o PC no Brasil, então era através de boletim de visita a escola, de convencimento, de filiação, de convencimento de que a denúncia devia ser feita mesmo que anônima para que a gente pudesse atuar, porque se a gente não soubesse o que estava de errado a gente não podia atuar e a partir daí um certo respeito do patrão ao sindicato e a categoria e a convenção coletiva, então, eu lembro que teve uma vez um chamado e eu que acabei indo, uma reunião do patronal, porque eles queriam que a gente desse um prazo de 3 meses para eles regularizassem a situação e, eu fui e já tinha estabelecido com nossa diretoria que nossa proposta era podia ser esse prazo só que se tivesse alguma denúncia nós não poderíamos fazer vistas grossa e aí a gente vai para a justiça e, aí eu acredito que todas as escolas regularizaram, mais uma parte delas as mais centrais acabavam temendo mais.

As dificuldades?

As dificuldades de se fazer reconhecer pela base né, pelos patrões e o respeito a convenção coletiva e a CLT que é para isso que o sindicato tinha sido criado, para a luta, e a primeira luta era fazer cumprir com aquilo que a gente já tinha direito, já tinha conquistado né, e isso se deu aos poucos, enfim, ganhávamos a maioria que eu me lembro a gente não tinha perdido nenhum processo nas primeiras gestões, todos os processos que a gente entrava, o advogado era muito competente, então nós tivemos uma dificuldade na questão de ampliação de base porque era só Osasco e nós percebíamos que a procura por professores de Barueri, Carapicuíba e Cotia vinham até nós pedir ajuda e nós não os representávamos porque quem continuava a representar era a FETEE e aí a gente entrou com um processo no Ministério do Trabalho para a ampliação de base, se prorrogou, enquanto isso a gente deixava para o

advogado entrar com o processo, ele não representava enquanto sindicato, mas ele representava os professores, era como se a gente tivesse pagando um advogado para esses professores, até sair a atuação de base aí o sindicato passava a representar Cotia, Carapicuíba e Barueri, senão por exemplo o Mackenzie não seria nossa base, em fim foi uma luta também difícil mas, uma luta a mais, jurídica e eu acredito que as grandes dificuldades que nós enfrentamos foram essas, a FITO acabou diante da falta de pagamento de fundo de garantia, que estava com um problema terrível, não deposita os professores são celetistas, tem um acúmulo de processos muito grande, isso não foi resolvido ainda, a maior parte deles e uma questão muito complicada foi a questão financeira, posso explicar isso, então, porque enquanto o sindicato não teve a carta sindical, nós não recebíamos nem imposto sindical, nem contribuição assistencial e nem associativa certo, era assim, o associado lá na associação vinha e dava o dinheiro, e aí a gente precisava começar a atuar, então o Divalti, gasolina, plantão, o tempo que ele estava lá ele pagava do bolso, e depois nós começamos a organizar os plantões e ninguém recebia por isso, tínhamos que trabalhar de graça, embora na rede estadual e na rede particular, nós tínhamos um princípio e o princípio era, ninguém sai da sala de aula para ser sindicalista profissional, a gente vai permanecer em sala de aula trabalhando, porque ficar como sindicalista apenas você se distancia da base, a gente vai ganhar por hora, o valor correspondente que a gente receberia se estivesse em sala de aula, a aula 50 minutos, mais ou menos uma hora, não interessa, então fica mais ou menos assim, dessa maneira dificultar algum possível interessado que viesse a ser sindicalista só para ganhar dinheiro, aí nós temos um problema de sede, inicialmente a gente dividiu uma sede com a APEOESP na rua Antônio Agu, aí venceu o contrato que era assinado pela APEOESP aí nós tivemos que mudar, eu lembro que não tinha ninguém da APEOESP para fazer a mudança, tinha eu que era professor do estado também e a secretária da APEOESP, aí a gente pôs tudo em uma caminhonete deixamos uns móveis velhos lá e fomos para a Salem Bechara, foi também a segunda sede do sindicato e da APEOESP também aí com o tempo a APEOESP resolveu mudar aí a gente acabou indo para a Praça Duque de Caxias, uma casinha bonitinha, acho que existe ainda, ficamos ali, muito gostosa, tinha a praça e tal, e ali eu fui fiador do sindicato, precisava de um fiador e não tinha ninguém, aí eu fui o fiador, então, essa questão da dificuldade financeira foi grande, porque nós tínhamos que sobreviver dando aula e ao mesmo tempo prosseguir com o sindicato sem ganhar, recebia o imposto sindical dentro daquela regra que expliquei, a Mazé começou a subir mais, que era presidente inclusive, o Orlandini fazia a

tesouraria, mas todas essas coisas acabavam ficando zuada, por exemplo, cuidar da questão financeira, mas, a grande questão era atender professores, era visitar escola, distribuir boletim, cuidar da papelada era o de menos, a questão era ir à luta mesmo, ir para a porta da escola, as vezes ser impedido de entrar nas escolas pelos donos, mas a gente conseguiu renovar a diretoria e entrou um pessoal que não estava na época.

E de todas essas histórias, quais as principais conquistas mesmo?

Então, primeiro com a instituição o SINPROSASCO passou a ser reconhecido pelos outros sindicatos da categoria, uma entidade que vai à luta, que organiza a categoria e defende a base e todo sindicato pequeno se você pegar numericamente, toda vez que tinha discussão política, seja na Federação ou na Confederação Nacional, a FETEE, nós estávamos presentes, sempre ouvidos e fazendo valer, cabe mesmo que não seja algo fundamental mas muitas vezes sempre reservavam um espaço para nós, nós tínhamos uma importância, não numérica mas, política, isso era importante. E eu acho que a gente conseguiu consolidar essa questão do respeito com a convenção coletiva e com a CLT, isso não se universalizou em Osasco porque pela escola né, abre uma e fecha outra, a coisa é terrível, e as vezes você não sabe que abriu, aí passa batido, você vê uma garagem lá, era muito comum menores de idade ganhando menos que um salário mínimo e com condições precárias de atendimento as crianças, nós não pegávamos a questão pedagógica, não cabia ao sindicato as questões pedagógicas, cabia a delegacia de ensino fazer isso, mas nós constatávamos que as condições de ensino eram péssimas e as condições de trabalho absurdas porque não se respeitava nada, e isso se não tá resolvido totalmente eu acredito que boa parte, Osasco deixou de ser terra de ninguém onde patrão fazia o que bem intendia.

E as principais derrotas?

Então, eu não acho que seja uma batalha perdida, eu acho que ainda tem muita luta ainda pela frente mas, a FITO sem sombra de dúvida sempre foi uma dificuldade que nós enfrentamos, passadas aí várias administrações aí de vários prefeitos, vários gestores, a instituição com a questão do fundo de garantia continua com um grande problema, o respeito a convenção nem sempre se dá com deveria, em fim eu acho que isso continua sendo um problema e já

perdemos várias batalhas, mas não perdemos a guerra, o contrário outras lutas perdidas, eu acho que em um momento ou outro nós tivemos algumas divisões na diretoria, pessoas que acabaram saindo da base, eu mesmo deixei a rede particular de ensino, nós temos outros companheiros, a professora Mazé foi pra vereança, foi secretaria de educação em Osasco, o professor Divalti também deixou de militar, mas derrota, derrota significativa não, tivemos outros problemas internos de administração porque não é fácil gerir uma instituição com todas essas questões e com a falta de tempo, sem ter objetivos maior, nós nunca fomos patrimonialistas, precisa comprar isso, precisa comprar aquilo, não, perdemos alguns processos mas, isso é comum em todos os sindicatos, mas eu acho que a grande derrota não é do Sinpro- Osasco é dos professores de modo geral, da categoria da classe trabalhadora. A classe trabalhadora se desorganizou perdeu o norte está tentando aí se organizar diante do avanço da organização da burguesia, teve uma mudança de legislação né, o pouco que a gente conquistou corremos o risco de perder que é um problema e eu acho que nós não politizamos a classe trabalhadora suficiente e, aí é algo que a gente tem que assumir a culpa, o Sinpro- Osasco também não conseguiu isso, a nossa categoria profissional não dá para dizer que é uma categoria politizada, não se vê enquanto categoria, eu cheguei a ouvir de alguns colegas absurdos, que nós estávamos numa central sindical junto com operários sujos de graxa, então eu disse que se estivéssemos na escola estaríamos sujos de giz, e se nós estávamos sujos de giz ou de graxa nós tinhamos que valorizar, isso era uma honra, esse é o nó que não sei se nós vamos conseguir desatar, eu acho que por parte dos dirigentes maiores aí, e não é só a CUT tem as outras centrais sindicais também, parece que não tem muita vontade política que isso aconteça, e isso atravanca o centro da luta, nós sendo categoria politizada não precisa fazer a greve, mas só o fato de discutir no seu espaço de trabalho já mostra para o patrão que esses trabalhadores são competentes e tem consciência da sua importância e que merece receber mais.

Tem mais alguma coisa que você acha importante citar?

Bom, nesses 30 anos, o sindicato vai comemorar ano que vem, eu acho que foi um acúmulo de experiências bastante grande que os mais antigos diretores tentaram passar para os mais novos aí no processo, conseguimos formar algumas lideranças importantes, hoje o Onassis, o Geraldo que já vinha com a experiência dos metalúrgicos, a Solange que foi presidente, o

Rubens Aparecido dos Santos que também foi presidente, companheiros que contribuíram muito nesse processo, ajudaram a inovar, acho que a renovação deveria ser maior, pra ter uma rotatividade para que todos possam participar da luta, uma hora como diretor de base, outra hora como dirigente, porque isso aqui não é uma profissão é uma função que você tem que exercer durante um tempo e depois deixa para outras pessoas exercerem, mas eu estou muito satisfeito e feliz em poder ter contribuído, e acredito que não foi em vão, tivemos o reconhecimento da categoria enquanto instituição, das próprias outras instituições de trabalhadores, da própria central, da Intersindical, que hoje alguns de nossos diretores devem estar mais próximos e, enfim, tem uma história, o Sindicato dos Professores de Osasco e Região contribuiu uma história que a categoria tem que se orgulhar, alguns contribuíram mais outros contribuíram mesmo, com algum dinheiro, ou participando das assembleias, ou ajudando mesmo a politizar a categoria, muita gente contribuiu para esse processo e todo mundo cresce com isso.

ANEXOS C – JORNAIS UTILIZADOS

Fonte: Acervo digital do Jornal Folha de São Paulo

Jornal folha de São Paulo, 1988, 1 de março

Figura:01

INFORME PUBLICITÁRIO

ALERTA AOS PAIS E ALUNOS DAS ESCOLAS PARTICULARES

Nós, Professores e Auxiliares de Administração Escolar, estamos em campanha salarial unificada no Estado de São Paulo.

Fazemos parte, sem dúvida alguma, daquelas categorias que, nos últimos anos, foram mais prejudicadas em termos do poder de compra dos salários.

Em 1988, as escolas particulares obtiveram do governo a chamada "liberdade vigiada" que, na prática, significa um sinal verde para praticarem os aumentos que bem entenderem nas mensalidades, enquanto a comunidade escolar ficou indefesa. Inclusive várias escolas já praticaram aumentos superiores a 150%.

De acordo com as "planilhas de custo" oficiais entregues pelas escolas, até o ano passado, no Conselho Estadual de Educação, a remuneração dos Professores e Auxiliares de Administração Escolar constitui, no máximo, 70% dos custos das mesmas.

Entretanto, os donos de escolas anunciam, bombasticamente, que mesmo tendo, na maioria dos casos, já reajustado suas mensalidades no início do ano, irão repassar, integralmente, o reajuste dos seus funcionários nas mensalidades.

SENHORES PAIS E ALUNOS! NÃO SE DEIXEM ENGANAR!

Queremos a reposição do nosso poder de compra (107% sobre os salários de fevereiro de 1988, de acordo com o índice do DIEESE). Queremos um aumento real baseado na produtividade de 15,72%. Queremos a início da recomposição de nossas perdas salariais anteriores. Queremos negociar essas reivindicações através de nossas entidades sindicais.

As escolas particulares tiveram um aumento significativo em patrimônio e lucros. Entretanto, para o 1.º e 2.º graus propõem 70,71% de reajuste, percentagem que não atende sequer aos índices oficiais. Os donos de faculdades e universidades particulares foram mais além ainda no descaso e no escárnio para com nossas reivindicações: nada propuseram. Pura e simplesmente, sem qualquer diálogo, remeteram os autos para dissídio.

Além disso, foram-nos negadas outras justas reivindicações, tais como um piso salarial digno e a remuneração do trabalho realizado pelos Professores fora das salas de aula.

Todas as nossas assembleias gerais rejeitaram com indignação as ultrajantes propostas patronais.

ESTAMOS EM ESTADO DE MOBILIZAÇÃO.

Não podemos admitir que se busque, ao mesmo tempo, aviltar, ainda mais, nossos salários e cobrar abusivamente da comunidade por um serviço que depende, fundamentalmente, das condições de trabalho dos Professores e Auxiliares de Administração Escolar.

Quaisquer transtornos que venham a ocorrer nas escolas particulares, tais como a paralisação das atividades ou a queda do padrão de ensino, têm, como únicos responsáveis, os sindicatos patronais, gananciosos, intransigentes e insensíveis.

A atitude dos donos das escolas é tão violenta quanto a do governo do Estado de reprimir, com patas de cavalos, a justa manifestação das colegas da rede pública de ensino, com os quais nos solidarizamos integralmente.

SENHORES PAIS E ALUNOS! NOSSA LUTA TAMBÉM É SUA!

Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo — Sindicatos dos Professores de: São Paulo — Campinas — Mogi das Cruzes — Santos — Bauru — ABC — Sindicatos dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de: Presidente Prudente — Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de: Lins e Auxiliares de Administração Escolar de Ribeirão Preto — Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo — Sindicato dos Professores de Osasco — Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Mogi das Cruzes — Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Sorocaba — Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Marília — Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Bauru.

Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo — Sindicatos de Professores de São Paulo, Campinas, Mogi das Cruzes, Santos, Bauru, ABC e Osasco — Sindicato dos Professores e Auxiliares de Administração Escolar de Ribeirão Preto — Sindicatos dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Presidente Prudente e de Lins — Sindicatos dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo, Campinas, Mogi das Cruzes, Sorocaba, Marília e Bauru.

SÃO PAULO, 1.º de março de 1988

Professores da rede particular tentam greve

Da Reportagem Local

Professores de escolas de [REDACTED] 1º e 2º graus e faculdades particulares de São Paulo, Campinas, Santos, Osasco, São José do Rio Preto e ABC devem entrar em greve hoje por tempo indeterminado. Na última paralisação (26 de março), houve cerca de 20% de adesão.

Eles reivindicam reposição das perdas desde março de 90, de acordo com o Dieese. O índice total de reposição é de 837%, devendo ser descontadas as antecipações. A média de reajuste, já feitos os descontos, é de 140%.

A greve foi decidida em assembléia sábado, com a presença de 2 mil professores. Na capital existem 30 mil professores em 2.600 escolas, que atendem 800 mil alunos. O Sindicato dos Pro-

fessores (Sinpro) alega que os donos de escolas romperam negociações. As escolas aguardam decisão da Justiça sobre a data-base da categoria.

Segundo o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp), José Aurélio de Camargo, 42, o movimento não é "contra as escolas, mas contra a política econômica."

O Sieeesp quer orientar as escolas para reajustar os professores se o TRT definir que essa é a data legal para negociação. O Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior do Estado de São Paulo (Semesp) diz que só tomará posição quando o governo encaminhar ao Congresso projeto de lei regulamentando as negociações coletivas.

Figura:03



Figura:04

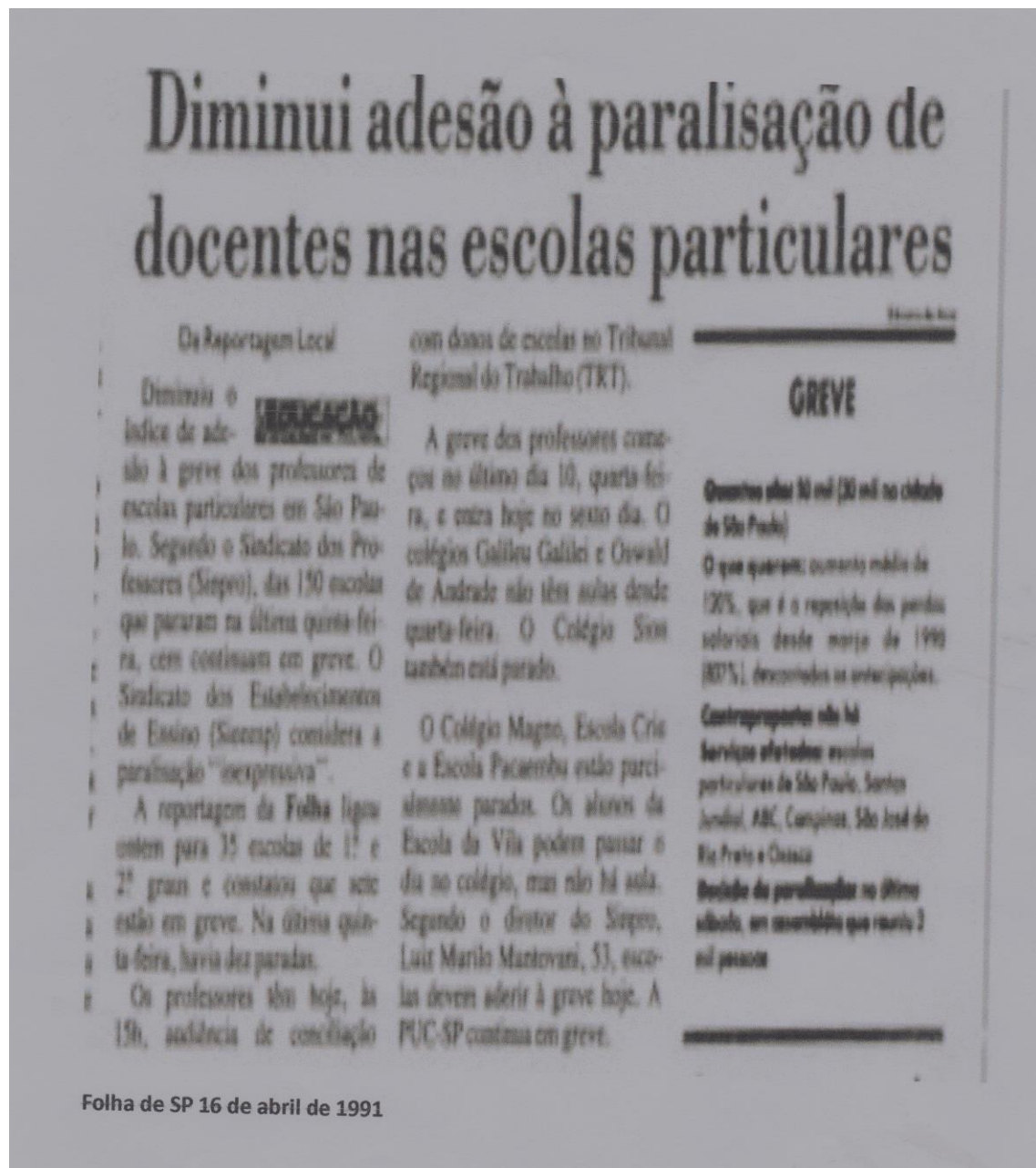


Figura:05



FOLHA DE S. PAULO cotidiano Quarta-feira, 15 de maio de 1991 4-3

Justiça suspende liminar contra reajuste de 26%



José Aurélio de Camargo, presidente do sindicato das escolas

Saiba o que estipula a lei

Da Reportagem Local

A legislação só admite aumento das mensalidades agora pelo repasse de 70% do reajuste salarial dos docentes. A data-base dos professores foi março, mas o Tribunal Regional do Trabalho ainda não julgou o dissídio.

Muitas escolas estão negociando aumento salarial direto com seus docentes, alguns chegando a 151%, o que autoriza repasse de 105% à mensalidade. Reajuste salarial e repasse são retroativos a março.

Pacientes podem esperar até dez

Médico é acusado de espancar

Figura:07

FOLHA DE S. PAULO - Quinta-feira, 8 de agosto de 1991 sp sudeste

Escolas vão recorrer de reajuste de 70% dado para professores

O sindicato só espera sair a sentença do TRT para entrar com ação

Danielyne Torquato



Polêmica começou em abril

Da Reportagem Local

Em abril deste ano os professores da rede particular de ensino do Estado de São Paulo entraram em greve por melhores salários. A categoria reivindicava uma reposição das perdas salariais de março de 90 a março deste ano (837,71%).

Em junho, o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo anunciou um reajuste de 4% para os professores. Anteriormente, o TRT de Campinas divulgou um reajuste de 70% para professores de Campinas e mais dez cidades da região.

Segundo o TRT, a decisão foi tomada com base nos acordos feitos com os professores da Puccamp, do Colégio Pio 12 e Colégio Rio Branco, que tiveram reajuste de 70%.

Na época, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Siceesp) não apresentou nenhuma contraproposta. Professores e sindicato patronal tiveram duas audiências de conciliação no TRT mas não houve acordo.

Segundo o Sindicato dos Professores de Campinas (Sinpro), as mensalidades teriam sido reajustadas no início do ano sem repasse equivalente nos salários.

O Siceesp informou que todos os reajustes de mensalidades foram e têm sido repassados aos professores. O presidente do Siceesp, José Aurélio de Camargo, disse que desde fevereiro os reajustes têm sido mensais, de acordo com a Taxa Referencial (TR). De fevereiro a julho os salários e mensalidades foram reajustados em 65,94%.

Da Reportagem Local

O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Siceesp) anunciou ontem que vai recorrer da decisão do TRT de Campinas que determinou um reajuste de 70% para os professores das escolas particulares de 11 cidades da região. O TRT de São Paulo concedeu para a mesma categoria um reajuste de 4% (veja texto abaixo).

O presidente do Siceesp, José Aurélio de Camargo, 42, disse que a certidão da sentença do TRT ainda não foi emitida. Enquanto o Siceesp não receber a certidão, os salários não serão reajustados nem as mensalidades.

Marilda Aparecida Lemos, 44, presidenta do Sindicato dos Professores de Campinas (Sinpro), disse que as escolas têm condições de reajustar o salário dos professores em 70% sem repasse integral nas mensalidades.

Camargo disse que como o aumento é retroativo a março do ano passado, as mensalidades teriam um reajuste de 70% e seria necessário uma folha de pagamento adicional correspondente a três mensalidades e meia reajustadas. A mensalidade média no 1º grau hoje é de Cr\$ 30 mil. Com o reajuste, o valor iria para Cr\$ 51 mil mais um adicional de Cr\$ 178,5 mil.

Segundo Camargo, a posição do Siceesp não significa uma desvalorização do trabalho do professor.

Entidades trocam acusações

Da Reportagem Local

"Colocar pais contra professores parece ser o objetivo do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo", disse Débora Castilho, 37, da diretoria da Associação Intermunicipal de Pais de Alunos das Escolas Particulares.

Rubens Gabriel Abdal, 45, vice-presidente do Sinpro de Campinas, disse que o Siceesp quer confundir a sociedade. Abdal considera a atitude do atual presidente do Siceesp, José Aurélio de Camargo, "um jogo político". Hoje acontecem as eleições do Siceesp e Camargo é candidato único.

Segundo Débora, a Associação tem procurado acatar sempre a decisão da Justiça e o que está em discussão não é o reajuste de 70% aos professores mas a forma com que as escolas vão conduzir o repasse nas mensalidades.

Débora disse que participam da Associação professores que também são pais de alunos e que reclamam da diferença entre os reajustes concedidos nas mensalidades e nos salários.

Muitas escolas mantêm livre negociação com os pais e já concederam alguns reajustes nas mensalidades, provenientes de repasses dos salários dos professores, disse Débora.

Em Campinas, e nas dez cidades atingidas pela decisão do TRT, existem 120 mil alunos matriculados em mais de mil escolas particulares.

ANEXOS D – DOCUMENTOS DO SINPROSASCO

Fonte: Sindicato dos Professores de Osasco e Região/SINPROSSASCO



O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO

FAZ SABER a quantos esta CARTA vem que, atendendo ao que requer a "ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DE OSASCO",

com sede em OSASCO, NO ESTADO DE SÃO PAULO

homologar o respectivo estatuto, e reconhecer a, sob a denominação de SINDICATO DOS PROFESSORES DE OSASCO, com dispensa da exigência constante do artigo 515 alínea "a" da Consolidação das Leis do Trabalho,

como sindicato representativo da categoria profissional "PROFESSORES (diferenciada)" - INTEGRANTE DO 1º GRUPO - "TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO" - DO PLANO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA,

código 010.135.02317-0

na base territorial DO MUNICÍPIO DE OSASCO

PAULO com sede em OSASCO NO ESTADO DE SÃO PAULO de acordo com as disposições da CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

Brasília, 13 de setembro de 1986.


ALMIR PIZZARIOTTO PINTO

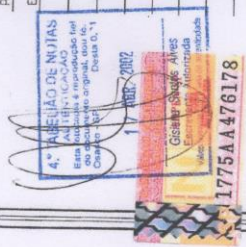
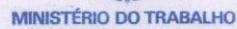

4ª REGIÃO DE NOJAS
ALTERNATIVAS
Esta autuação e transcrição tem validade de 15 dias úteis a contar da data de emissão.
1003/2002
Gestor: Sérgio Alves
Emissor: Almir Pizzariotto Pinto
1775AA476178

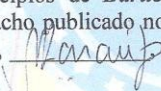
Figura: 01



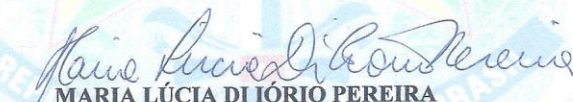

Ministra do Trabalho

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

CERTIDÃO

*****A SECRETÁRIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria 343/00, **CERTIFICA** para fins de direito que, consta no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais – CNES, o *registro de alteração estatutária*, referente ao processo de nº 24000.001453/90, do *Sindicato dos Professores de Osasco e Região - SINPROSASCO*, representante da categoria *Profissional Diferenciada dos Professores, Orientadores Educacionais, Supervisores de Ensino de Todos os Níveis, Graus, Setores e Tipos de Ensino Particular, os Instrutores do Ensino Profissionalizante do Sesi, SENAC, SENAI, SESC, bem como de Todo e Qualquer Docente Empregado em Empresa Privada que Desenvolva Atividade de Ensino em Qualquer Natureza*, com abrangência *intermunicipal* e base territorial nos municípios de *Barueri, Carapicuíba, Cotia e Osasco - SP*, concedido por despacho publicado no D.O.U. em 20.06.01, seção I, p. 34. Eu, Mary Lane Araújo,  Coordenadora-Geral de Registro Sindical, a conferi.

Brasília, 10 de maio de 2002.


MARIA LÚCIA DI IÓRIO PEREIRA
Secretária de Relações do Trabalho

CER 367 MF

Figura:03